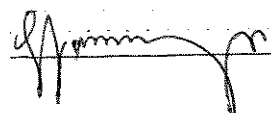


ARILDA INES MIRANDA RIBEIRO

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação de Mestrado
defendida por Arilda Ines Miranda
Ribeiro e aprovada pela comissão
julgadora em Campinas, São Paulo

Data: 4/08/87

Assinatura: 

TÍTULO: A EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL-COLÔNIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1987

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ARILDA INES MIRANDA RIBEIRO

A EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL-COLÔNIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1987

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

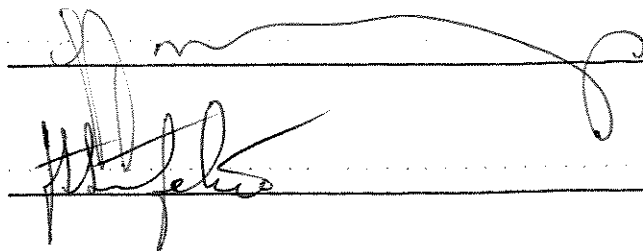
ARILDA INES MIRANDA RIBEIRO

A EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL-COLÔNIA

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP São Paulo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação, na área de Filosofia e História, sob a orientação da Profa. Dra Gilberta Sampaio de Martino Januzzi.

- Comissão Julgadora -

Assinatura do Juiz Titular.

A handwritten signature in dark ink, written on a set of three horizontal lines. The signature is stylized and cursive, starting with a large, looped initial 'M' or 'J' and ending with a long, sweeping horizontal stroke that extends across the lines.

Agradeço a todos aqueles que participaram direta ou indiretamente deste trabalho, criando as condições necessárias para a sua elaboração:

Aos meus pais, Ary e Eliza, e aos irmãos, Maria Elisa, Gilmar, Maria Aparecida, Mário, Geraldo e Denise pelo apoio durante o processo de elaboração.

A Profa. Dra. Gilberta S.M. Jannuzzi que me orientou na elaboração dessa dissertação, pelo muito que aprendi com a sua convivência.

Aos professores, José Luís Sanfelice, Augusto Novaski, Lúcia Avelar e Newton Aquiles Von Zuben, pela análise e discussão do projeto desde o início, passando pelo exame de qualificação até a conclusão.

A Profa. e grande amiga Maria de Fátima Costa Félix pelas sugestões, acompanhamento e estímulo durante todo o processo percorrido até aqui.

Aos amigos Ivan Gomes Tavares, Conceição Braide, Doralice Araújo, Deborah Stucchi e Rosa Tambascio que acreditaram nesta dissertação.

Aos colegas e professores do curso de pós-graduação, pelo apoio e convívio durante o curso de Mestrado.

Aos funcionários da Faculdade de Educação da UNICAMP, pelo seu trabalho, fundamental para o funcionamento do Curso, em especial a Nadir, a Marina e ao Admir, responsável pela datilografia dessa dissertação.

SUMÁRIO

	página
INTRODUÇÃO	1
Origem do problema	1
Revisão Bibliográfica	2
O problema	4
Importância do Problema	4
Procedimentos	5
Estruturação do Trabalho	6
CAPÍTULO I - O CONTEXTO COLONIAL	8
Tipo de Colonização	12
CAPÍTULO II - O PAPEL DA MULHER BRANCA DE ELITE NA COLÔNIA: SUA EDUCAÇÃO INFORMAL	23
Atividades da Mulher Branca na Colônia	23
Condição de Infeioridade das Outras Mulheres	29
CAPÍTULO III - A FAMÍLIA PATRIARCAL E MONOGÂMICA E A EDUCAÇÃO INFORMAL DAS CRIANÇAS.....	34
A Escrava na Vida do Branco	42
CAPÍTULO IV - CONJUNTO DE ELEMENTOS QUE CONSTITUIA O PROCESSO EDUCATIVO NO BRASIL-COLÔNIA	50
O Ensino jesuítico	69
Educação Formal Feminina: Conventos e Recolhimen- tos	78
As Reformas Pombalinas	90
O Verdadeiro Método de Estudar	93
Influência do Apêndice "Estudo das Mulheres" no Brasil	106
CONCLUSÃO	116
BIBLIOGRAFIA	125

INTRODUÇÃO

Origem do Problema

O presente trabalho surgiu de uma revisão histórica da Educação Brasileira. Ao percorrer os diversos períodos do ensino básico em nosso país, constatei a ausência de bibliografias que focalizassem os diversos momentos da ascendência feminina no quadro educacional, bem como o processo de como se deu a educação informal das mulheres no Brasil.

Além disso, as pesquisas históricas sobre a educação no período colonial são escassas e remotas. Geralmente limitadas ao ensino dos jesuítas, e conseqüentemente a educação formal masculina.

Assim, sentindo que era necessário realizar um trabalho que enfocasse a questão da mulher no que diz respeito à sua educação, busquei resgatar as fontes antigas e novas que possibilitassem uma introdução ao problema educativo no Brasil. E isso só poderia ser feito a partir do período colonial.

As investigações iniciais posso dizer que foram desanimadoras. A busca nos fichários de bibliotecas especializadas sobre o assunto propriamente dito foram sempre respostas negativas. Diante desse quadro, comecei a perceber a importância de persistir em tal estudo. Havia a necessidade imediata de recuperar as informações primárias na sua origem, a fim de apreender o percurso feito pelas mulheres brasileiras no que se refere à sua educação formal e informal.

Também o fato dos historiadores não mencionarem o papel feminino no desenvolvimento histórico representava um

aspecto repleto de conotações para análise. Ao escreverem e registrar a História, sempre o fizeram através das ações masculinas, porque essa história deveria ser lida apenas por homens. A mulher, como todos os vencidos, não faz parte do grupo privilegiado, e portanto há um silêncio sobre a sua participação na história brasileira.

De acordo com o Prof. Affonso Taunay, "*a mulher é a grande ausente da história do Brasil...*" (Rodrigues, 1962, p.11). Realmente, pouco se escreveu sobre ela nesse país. É exatamente por esse vazio que acredito ser relevante recuperar dados, os quais se encontram espalhados na documentação colonial, fazendo uma tentativa de resgatar o processo educacional da mulher nesse período. Nesse sentido, ao recuperar a documentação primária, encontrei referências sobre a mulher branca de elite e infelizmente poucos dados acerca das outras mulheres. Daí a razão deste trabalho estar centrado na educação da mulher branca de elite. No entanto, inicialmente o meu interesse estava dirigido ao estudo da Educação feminina em todas as classes sociais.

Revisão Bibliográfica

Já fiz referências ao material escasso que existe nessa área. Poucos dados poderia obter em fontes seguras que tratam especificamente do assunto.

Sobre a educação da mulher propriamente dita, encontrei "*A Educação da Mulher*" de Afrânio Peixoto, de 1936, onde o autor faz um "ensaio", como ele próprio afirma, sobre a educação feminina desde a idade antiga até as reivindicações feministas da década de 30, procurando a "documentação anatômica, fi-

siológica, psicológica e social..." (Peixoto, 1936, p. 5). Apesar de ser uma fonte antiga e obsoleta, contém informações necessárias a esse tema.

Outro trabalho imprescindível é a tese da Madre Le-da Maria Pereira Rodrigues publicada em 1962, sob o título "*A Instrução Feminina em São Paulo; subsídios para a sua História até a Proclamação da República*". A abordagem, apesar de restringir-se à descrição e conter o valor da ordem religiosa que professa, fornece ao leitor informações seguras das fontes primárias, muitas delas inéditas e de difícil acesso.

Também os livros dos viajantes foram utilizados como verdadeiros guias do período colonial, principalmente no século XIX. Sabe-se que até a vinda de D. João VI ao Brasil em 1808, ou seja durante a colônia, a imprensa era proibida no país. Isso fez com que não houvesse registro em jornais, livros, revistas, etc. Toda a documentação a respeito ficou limitada a registros oficiais. Os poucos viajantes que estiveram no país durante o período colonial e registraram suas impressões, o fizeram em circunstâncias especiais, tendo pouco tempo para fazê-las com precisão. Muitas vezes relataram fatos ditos por outrem. Há também que se levar em conta os estereótipos criados por eles com relação aos costumes dos brasileiros e dessa forma estar-se atento ao que seria dado concreto da época.

Por ser um estudo que foi realizado sem uma bibliografia precisa e dessa forma, muito variada, foi necessário percorrer vários caminhos, coletando dados muitas vezes desnecessários ao estudo do objeto proposto.

Encontrei ainda, trabalhos que trataram do tema sobre a mulher inserida na sociedade de maneira geral e de sua instrução fazendo parte de um contexto mais amplo. Na obra de

Heleieth T.B. Saffioti, "A mulher na sociedade de classes: mito e realidade", utilizei o capítulo dedicado à instrução feminina. Também é o caso de Luis Alves de Mattos na obra "Parâmetros da educação no Brasil". Em outros, tais como em Maria Odila L. S. Dias "Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX" e June Hahner, "A mulher no Brasil", coletei detalhes importantes, no entanto a educação feminina de uma maneira geral não consta como objeto específico desses estudos.

Ainda sobre o estudo das mulheres, no que se refere à escolarização universal, utilizei como referência primária o apêndice de Luís Antonio Verney, décima sexta carta, "O Verdadeiro Método de Estudar" relevante no que se refere ao período colonial e à fase da reforma pombalina das instruções públicas.

Entretanto, no cômputo geral, a maioria do material ao qual tive acesso possui um caráter descritivo ou não focaliza a questão como tema principal do trabalho. É possível que haja estudos que elucidam essa questão que abordo, porém não tenho conhecimento.

O Problema

O problema a ser estudado no presente trabalho diz respeito à Educação formal e informal da mulher branca, especificamente daquela que fazia parte da classe dominante na colônia. Início a partir do começo da colonização e do envio das mulheres brancas portuguesas da metrópole para a colônia e limito-o à chegada de D. João VI, em 1808.

Importância do Problema

Ao constatar que existem poucos trabalhos que tratam historicamente da questão educativa feminina no Brasil, e

principalmente no Brasil-Colônia, acredito ser de grande importância iniciar a coleta de informações sobre esse período para que futuramente a área da História da Educação complemente a lacuna que existe sobre essa educação que estou tratando no período colonial.

Nesse sentido, não analiso um pequeno período, nem apenas um lugar, o que seria mais produtor e mais preciso para a análise do contexto. Entretanto, pela própria escassez documental inicialmente manifestada, procurei reunir o maior número de dados possíveis sobre o tema proposto. A preocupação em fornecer ao leitor informações primárias a respeito de um tema ainda obscuro em nossa historiografia educacional, revela a importância desse trabalho.

É, pois, uma primeira tentativa de articulação sistemática da educação feminina abrangendo aspectos formais e informais, dentro de uma classe, que no meu caso, por questão de localização e acesso documental, foi escolhida a branca de elite. Nesse sentido, constitui-se o primeiro passo para a compreensão da gênese educacional feminina no Brasil.

Procedimentos

Ao evidenciar a dificuldade na coleta de dados, posso afirmar que a história que estou escrevendo é pois, a história que me foi possível documentar, e portanto, espero que possa ser complementada e criticada por outros pesquisadores, posteriormente.

Como será constatado no decorrer do trabalho, muitas obras importantes à pesquisa não foram localizadas. A própria desorganização das bibliotecas e centros de documentação, que muitas vezes exige do pesquisador verdadeiros malabarismos à procura de dados, contribuiu para esse resultado.

A procura exaustiva aos documentos primários que nem sempre são localizados, testou muitas vezes a persistência no estudo do tema proposto.

O silêncio encontrado nas fontes primárias e secundárias sobre as mulheres, exigia leituras a partir da ausência de dados, muito embora houvesse exceções. Esse é o caso da Fundação Carlos Chagas e da sua "*Bibliôgrafia Anotada*" sobre a questão feminina.

A pesquisa está apoiada em fontes bibliográficas primárias, tais como os *Annaes da Bibliotheca Nacional* do Rio de Janeiro, onde se encontram os registros do Conselho Ultramarino de Portugal. Nas *Revistas dos Institutos Históricos*, visto serem estes verdadeiros depósitos de informações originais. Em arquivos do Estado de São Paulo, do Município de São Paulo e posteriormente nos livros de viagem e nas fontes secundárias. Sobre essas, percebidas como fidedignas, utilizei as escritas no período e também as posteriores a ele.

Estruturação do Trabalho

Quanto à estruturação do trabalho, este foi montado da seguinte maneira:

Foram desenvolvidos quatro capítulos:

No primeiro faço um apanhado sobre o contexto colonial, onde procuro colocar de forma bastante sintética os aspectos econômicos, sociais e políticos do período colonial e o sentido da colonização em função dos objetivos portugueses.

No segundo, procuro evidenciar o verdadeiro papel da mulher branca de elite na colônia, através das atividades que exercia, bem como a condição de inferioridade das outras mulheres.

O terceiro capítulo se faz necessário em função

do segundo capítulo, isto é, visto explicitar a origem da família patriarcal. Procuro discorrer sobre a educação informal das crianças, a relação de dominação entre homens e mulheres.

No quarto capítulo procuro captar os aspectos gerais da educação colonial e os elementos que constituíam a rede do processo educativo tanto do homem como da mulher. As dificuldades que surgiram em decorrência do analfabetismo feminino colonial, e o período jesuítico face a este estado. Ainda neste capítulo, cito os conventos e recolhimentos como forma de viabilizarem a educação da mulher branca de elite na colônia, como empresas gerenciadoras de crédito e como prisões místicas. A educação formal é vista apenas como instrumento de acesso aos livros de rezas. Paralelamente a este princípio educacional, introduzo a reforma pombalina e o estudo de Luís Antonio Verney sobre a educação das mulheres, bem como a influência dessa obra no Brasil.

Finalmente, faço as conclusões que considerei procedentes.

CAPÍTULO I

③ CONTEXTO COLONIAL

Para o estudo de qualquer problema em um determinado período é necessário compreender a realidade na qual foi produzido. Isso não quer dizer que deve apreender todos os fatos que ocorreram na época, e nem é esse o sentido de totalidade. Implica, isto sim, em compreender o fenômeno como um momento "definido em relação a si e em relação a outros fenômenos". (1)

Se desejo estudar a educação formal e informal da mulher branca de elite no Brasil-Colônia, necessito vê-la fazendo parte de um conjunto, expresso através da vida material, social e política.

A educação da mulher branca, nesse caso, deve ser analisada como parte de uma totalidade concreta e dentro de uma dimensão histórica.

Dessa forma, acredito ser procedente introduzir nesse trabalho o sentido básico da colonização brasileira. A mola propulsora do desenvolvimento e da função da colônia, porque isso indicará o objetivo da educação em geral e nesse caso, a educação da mulher branca de elite. Ou seja, é preciso explicitar a necessidade da dinamização da vida econômica da metrópole, através das atividades coloniais para que Portugal passasse do

(1) Carlos Roberto Jamil CURY, *Educação e Contradição*, p. 36. De acordo com a visão dialética de história, colocada por Cury, existem cinco categorias básicas que servem de instrumento para se compreender o movimento da realidade histórica, sendo que, consideradas isoladamente, tornam-se abstratas. São estas categorias a hegemonia, a reprodução, mediação, contradição e a totalidade.

capitalismo mercantil ao capitalismo industrial.

Nesse sentido, nosso histórico colonial, pelo próprio objetivo da colonização, revela em seu bojo a luta de uma classe por preservar sua hegemonia⁽²⁾. Isso porque a história das grandes descobertas marítimas não passa de mais um capítulo do desenvolvimento do comércio europeu, do qual Portugal é apenas parte de um todo em busca da exploração e acumulação de riquezas.

É sabido que até o século XIV só havia um caminho comercial de grande porte no mundo europeu; o terrestre⁽³⁾. Este ligava o Mediterrâneo ao Mar do Norte e a prioridade do comércio se concentrava nos territórios centrais do continente. A partir do século XIV aconteceu uma verdadeira revolução na arte de navegar, e uma nova rota comercial uniu aqueles dois polos comerciais: era a rota marítima que contornava o continente pelo estreito de Gibraltar. O privilégio comercial se deslocou do centro do continente para os países da fachada oceânica: a Holanda, a Inglaterra, a Normândia, a Bretanha e a Península Ibérica. Disso resultaria um novo sistema de relações internas do continente, e que culminaria com a expansão européia ultramarina.

Portugal foi o pioneiro nessa avançada para o mar, devido não só à sua posição geográfica, banhado pelo Oceano Atlântico, como também pelos conhecimentos da arte de navegar. Enquanto os outros países se ocupavam na via comercial recém-aberta, os portugueses buscavam as costas da África, traficando

(2) Hegemonia= Entendida "como capacidade de direção cultural e ideológica, que é apropriada por uma classe, exercida sobre o conjunto da sociedade civil, articulando seus interesses particulares com os das demais classes de modo que eles venham a se constituir em interesse geral". Op. cit., p. 48.

(3) Seguirei a interpretação histórica de Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil. Colônia e Império e Formação do Brasil Contemporâneo*.

com os mouros que dominavam as populações indígenas. "Nesta a vançada pelo Oceano descobriam as Ilhas [Cabo Verde, Madeira, Açores], e continuavam perlongando o continente negro para o sul" (4). Meados do século XV, tentarão atingir o Oriente contornando a África, em busca das especiarias.

No rastro dos portugueses, vieram os espanhóis, que seguindo outra rota, descobriram a América, seguidos aliás de perto pelos portugueses que também toparam com o novo continente. Atrás deles, vieram os franceses, ingleses, holandeses, até dinamarqueses e suecos. Todos em busca de produtos que pudessem comercializar e obter lucro. Assim, "não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e a ocupação de seus vários setores". (Prado Jr. 1973, p. 22).

Foram sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordaram essas novas terras e tudo o que nela edificaram foi no sentido de tirar o máximo de proveito em benefício próprio.

Os espanhóis tiveram mais sorte que os portugueses. Desde o início encontraram os metais preciosos, a prata e o ouro do México e do Peru, que foram sugados rapidamente pelo comércio europeu.

Nos lugares onde não encontraram esses metais ficaram a princípio e por muito tempo nas madeiras, nas peles, caças. Veio depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: a agricultura.

(4) Portugal desejava encontrar um caminho marítimo até as Índias, no sentido de eliminar os intermediários que encareciam os artigos desejados para o comércio. Caio PRADO JR. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 22.

As condições naturais da América, tão diferentes do habitat de origem dos povos colonizadores, exigiu dos primeiros colonos uma adaptação forçada que somente seria corrigida em gerações subseqüentes, por um novo processo de adaptação. Mas se isso se apresentou como uma dificuldade, por outro lado se revelaria como forte estímulo de permanência no novo território. É que, devido ao clima tropical, diversos gêneros tais como o açúcar, a pimenta e mais tarde o algodão, arroz, café, etc. eram aqui possíveis de cultivo, o que na Europa era tido como raridade vendidas a peso de ouro. Contudo, para que esses produtos fossem produzidos eram necessários a iniciativa e o esforço do homem. Entretanto, o colono português não vinha com a disposição de trabalhar a terra, e sim de obter os ganhos que ela pudesse oferecer. *"Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele".* (5)

No Brasil, o trabalho branco não teve nem ensaio. Isso porque nem na Espanha nem em Portugal, aos quais pertencia a maioria das colônias, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que maior parte do seu território se achava ainda, em meados do século XIV, inculto e abandonado; faltavam braços por toda a parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos que foram presos nas guerras que Portugal levou desde os princípios do século XV para os seus domínios do norte da África, como de

(5) Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 28. Aliás, o fato do colono vir com esse tipo de propósito, o de não trabalhar e colocar a escravidão a seus interesses, solidifica com o tempo o estereótipo de que nenhum branco deveria trabalhar. O trabalho será visto como humilhante, coisa de escravos.

pois, de negros africanos que começam a fluir para o reino desde meados daquele século.

"Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. Nada havia portanto que provocasse no reino um êxodo da população; e é sabido como as expedições do Oriente depauperaram o país, datando de então, e atribuível em grande parte a esta causa, a precoce decadência lusitana". (Prado Jr., 1973, p. 30)

Aqui, como o indígena brasileiro não correspondeu como trabalhador, foi substituído pelo negro africano que vinha dos territórios que os portugueses dominavam. Aliás, o negro veio junto com as primeiras expedições e, portanto, foi assimilado pela colônia quase que de imediato.

A colonização então, tomou a forma de uma vasta empressa comercial mais completa que a antiga administração, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comêrcio europeu. Foi este o sentido da colonização tropical, de acordo com Prado Jr. O Brasil foi uma das resultantes desse processo. A atividade comercial explicaria os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.

Tipo de colonização

O Brasil possuía de início apenas os recursos naturais como riqueza a ser extraída para os mercados estrangeiros, e durante os primeiros trinta anos os portugueses disso se apropriaram sem montar nenhum sistema de povoamento em função dessa apropriação. Isso porque o interesse maior era em fazer pilha

gem no Oriente. Somente quando as Índias e demais terras provaram ser um logro, e as "vds.ças" dos franceses às costas brasileiras passaram a ser freqüentes, é que Portugal viu-se obrigado a criar nelas núcleos fixos de povoamento.

"...o objetivo dos colonizadores era o lucro, e a função da população colonial era propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas. No entanto, para que a empresa funcionasse, estes lucros não poderiam se concentrar exclusivamente nos grupos externos citados (burguesia mercantil). Uma parte, pequena é certo, deveria permanecer na colônia com a camada que dirigia internamente a atividade produtiva". (Ribeiro, 1984, p. 25)

As estatísticas demográficas sobre o povoamento da colônia são bastante escassas. Sabe-se que até a segunda metade do século XVII, época da descoberta do ouro, a emigração do Reino para a nova terra foi muito pequena. Fixou-se exclusivamente no litoral de maneira irregular. Eram núcleos, alguns bastante densos, mas separados uns dos outros por largos vácuos de povoamento ralo, senão inexistentes.

"No século XVI, sem contarmos a Vila de São Paulo de Piratininga fundada mais para o interior das terras, todas as demais povoações, vilas e cidades eram litorâneas. E no litoral dois núcleos principais polarizavam o povoamento: Recife-Olinda e Salvador da Bahia. Dois núcleos secundários congregavam igualmente as primeiras populações: Rio de Janeiro e São Vicente..." (Marcílio, 1969, p. 118)

Foram vários os fatores dessa dispersão pelo litoral, um dos determinantes é a própria extensão da Costa que coube a Portugal na partilha de Tordesilhas, o que o obrigou, para uma

ocupação e defesa, a povoar vários pontos dela. (6)

"Foi tal o objetivo da divisão do território em capitâncias, o que de fato, apesar do fracasso do sistema, permitiu garantir à coroa portuguesa a posse efetiva do longo litoral" (Prado Jr., 1973, p. 37).

O tipo de colonização empregado no Brasil foi, pois, aquele em que o branco dominou política e economicamente as outras raças, em função dos seus interesses mercantis.

De início, os colonizadores que emigravam, não o faziam para trabalhar a terra, mas para explorá-la. Para isso tentaram escravizar o indígena, que no começo viera trabalhar espontaneamente. Porém, os processos brutais empregados pelos portugueses afastaram o entusiasmo inicial dos gentios, preferindo estes ficarem nas matas do seu jeito habitual. Começa assim a caça do branco ao índio, e sua interrupção somente acontecerá quando os jesuítas influenciarem junto aos soberanos portugueses.

Em substituição aos indígenas, foram trazidos os negros africanos, os quais já vinham sendo usados em Portugal desde o final do século anterior (século XV). Esses serão os braços que trabalharão a terra para o homem branco obter produtos que, enviados para Portugal, serão comercializados.

Do fator econômico decorreria o tipo de trabalho que essas duas outras raças (7) teriam para se enquadrar na im

(6) Além da extensão do território, a dispersão do povoamento ocorreu em função do bandeirismo para o interior do país em busca de indígenas e ouro; as missões católicas da Companhia de Jesus, principalmente na Amazônia; os rebanhos do Nordeste que avançavam para o sertão; além da inércia castelhana que fixou-se nos lugares onde foram encontrados os metais preciosos. (Op. Cit., p. 37).

(7) Estou entendendo por raça nesse texto como "conjunto dos ascendentes e descendentes de uma família, uma tribo ou um povo, que se origina de um tronco comum". (Novo Dicionário Aurélio).

posição da raça dominante; o trabalho servil, a escravidão, e junto com ela a miscigenação. Essa teve importância decisiva para o tipo de formação da sociedade brasileira e a sua origem se encontrava na própria forma pela qual se processou, na maior parte dos casos, a emigração para o Brasil.

Ela não se fez, senão raramente, por grupos familiares, mas quase sempre por indivíduos isolados que vinham tentar uma aventura, e que mesmo tendo família, a deixavam atrás à espera de uma situação mais definida e segura do chefe que emigrou.

"Espera que se prolonga e não raro se eterniza, por que o novo colono, mesmo estabilizado, acabará preferindo a facilidade de costumes que lhe proporcionam mulheres submissas de raças dominadas que se encontra aqui, às restrições que a família lhe trará. E quando não, já estará tão habituado a tal vida que o freio da mulher e dos filhos não atuará nele senão muito pouco". (Prado Jr., 1973, p. 350)

Nestas bases, formada de irregularidade dos costumes sexuais, escravidão e insegurança econômica, a constituição de família na colônia teve poucas chances de criar raízes sólidas e estáveis.

O colono emigrando só, a mulher branca se fez ausente. A facilidade dos cruzamentos com mulheres de outras raças, estimulou fortemente a miscegenação. As uniões mistas com pretas e índias, embora com as primeiras houvesse no início fortes preconceitos, eram tão frequentes que passaram à categoria de situação perfeitamente admitida e aprovada sem restrição pela moral dominante.

"A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante, e por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas, estão em contacto, tudo naturalmente se dispõe ao sabor da primeira, no terreno económico e no social, e em consequência, no das relações sexuais também". (Prado Jr., 1973, p. 110).

Com a miscigenação foi criado o mito⁽⁸⁾ da mulher branca e junto com ela o preconceito com relação às mulheres de raças e condições submissas. Em virtude disso era preciso mandar trazer as mulheres brancas de Portugal, mesmo que fossem enjeitadas ou "erradas" lá. Aqui elas seriam as responsáveis pela perpetuação do domínio europeu, através da procriação da raça branca. Não importava se na Metrópole fossem órfãs, ladras, prostitutas ou de qualquer procedência social; bastava que fossem brancas e europeias. A cor era o elemento necessário para que os padrões ideais europeus fossem reproduzidos como a camada de "sangue-limpo". Aliás seria a cor o elemento discriminatório em todo o período colonial para ambos os sexos⁽⁹⁾.

"Em 1552, Nóbrega escrevia a El-Rei referindo-se 'a falta que nesta terra há de mulheres com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem', e insistia para que 'Vossa Alteza mande muitas orphans e si não houver muitas venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem a terra'" (Rodrigues, 1962, p. 30).

(8) Mito - Representação de fatos ou personagens reais, exagerados pela imaginação popular, pela tradição (...) Idéia falsa, sem correspondente na realidade... (Dicionário Novo Aurélio).

(9) A cor branca é o elemento discriminatório no sentido de que inicialmente ela é a cor da classe dominante, ou seja, a cor dos portugueses. Devido às mudanças ocorridas em diversas ordens durante o período colonial, surgem as brancas empobrecidas, ficando nesse momento mais evidente a supremacia da condição social em detrimento da cor.

Contudo, apesar dos pedidos do padre jesuíta, a ausência de mulheres brancas persistiu por muito tempo, principalmente nas áreas de mineração, onde havia a necessidade de muitos braços masculinos para a extração dos metais preciosos.

"Em Minas Gerais, no princípio do povoamento registrou-se a mesma efetiva falta de mulher branca, com desequilíbrios espantosos entre os sexos na população, cerca de 1800 homens para cada 100 mulheres, de que resultava a valorização social da mulher portuguesa e toda uma política de integração de mulheres brancas no processo de colonização..." (Dias, 1984, p. 73).

Quanto à economia colonial, o próprio sentido da colonização revelaria o tipo de vida material da colônia. Era destinada a fornecer ao comércio europeu alguns generos tropicais ou minerais de grande importância: inicialmente o pau brasil, a açúcar, depois o ouro, o tabaco, algodão, café... A nossa economia se subordinou inteiramente a este fim, isto é, se organizou e funcionou para reproduzir e exportar esses produtos.

A organização e a produção da agricultura foi feita através da grande propriedade monocultural trabalhada por escravos.

"A grande exploração agrária - o engenho, a fazenda - é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os generos que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. São estes em última análise os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil-Colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e com consequência necessária daqueles fatores". (Prado Jr., 1973, p. 120).

Não só Portugal não contava com população suficiente para abastecer sua colônia de mão-de-obra, mas o português, semelhantemente a qualquer outro colono europeu, não emigrava para os trópicos, em princípio, para trabalhar. A escravidão tornava-se uma necessidade.

É pois, sobre esses três elementos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo que se constitui o núcleo fundamental da economia agrária brasileira. Como se constituirá também a base principal em que se assenta toda a estrutura econômica e social.

Além da agricultura, também a mineração, a partir do século XVIII, adotara uma organização que afora as distinções de natureza técnica, era idêntica à da agricultura. Concorrem para isto, de uma forma geral, as mesmas causas do processo de colonização, acrescidas talvez da influência que a feição geral da economia brasileira já tomara quando a mineração se iniciava. Era ainda a exploração em larga escala que predominava: grandes unidades trabalhadas por escravos.

Como atividades fundamentais da economia colonial, acresce-se à agricultura e à mineração, também o extrativismo.

Além dessas atividades fundamentais, fundamentais porque representam a base em que se assenta a vida da colônia, acrescento as atividades acessórias, tais como a pecuária, certas produções agrícolas, em suma aquelas que não tinham por objetivo o comércio externo, como as que acabamos de ver.

Serviram apenas, para amparar e tornar possível a realização das primeiras.

"São estes, em suma, os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro lado, a sua orientação voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional". (Prado Jr, 1973, p. 125).

Em tempo algum a metrópole portuguesa e sua política tiveram outra intenção que utilizar sua colônia no sentido por elas apontado. O Brasil existia para fornecer ouro, diamantes, açúcar, tabaco e algodão. Todos os atos da administração com relação à colônia tinham por objeto favorecer aquelas atividades que enriquecem o seu comércio, e pelo contrário oporem-se a tudo mais. Qualquer atividade que os colonos fizessem que não estivesse de acordo com esses objetivos, intervinha a metrópole com suas sanções e medidas repressivas. Foi o caso das manufaturas, da siderurgia, do sal e de tantas outras atividades por ela impedidas.

No que diz respeito ao poder político, até meados do século XVII este se encontrava de fato, investido nos proprietários rurais, que o exerciam através das administrações municipais. A Coroa mantinha uma atitude passiva, pois era essa a classe⁽¹⁰⁾ que valorizava e explorava o território, em busca de pedras e metais preciosos, que tanto fascinavam Portugal. Eram os grandes fazendeiros, que, através do trabalho escravo dos negros africanos, exportavam o açúcar para a metrópole.

Esse poder político foi necessariamente disperso, devido à própria extensão do território. Em cada região era a câmara respectiva que exercia o poder, mediante a aplicação das leis que se amoldavam aos interesses desses proprietários, explorando a grande massa da população. Compreende-se aliás tal atitude passiva da metrópole. Coincidiam perfeitamente seus interesses nestes primeiros anos da colonização com a das classes dominantes na colônia.

(10) Classe entendida aqui como grupo ou camada social que se organiza, em sociedades estratificadas, e para cuja formação contribuem a divisão do trabalho as diferenças de propriedade e de rendas ou a distribuição de riquezas (Dicionário Novo Aurélio).

"Vemos as câmaras fixarem salários e o preço das mercadorias; regularem o curso e o valor das moedas; proporem e recusarem tributos reais, organizarem expedições contra o gentio, e com ele celebrarem pazes; tratarem da ereção de arraiais e povoações; proverem sobre o comércio, a indústria e a administração pública em geral; chegam a suspender governadores e capitães, nomeando-lhes substitutos, e prender e pôr a ferro funcionários e delegados régios". (Prado Jr. 1985, p. 31).

Apresentava-se, dessa forma, o estado colonial, até meados do século XVII, como instrumento exclusivo de classe desses proprietários de terra e de comum acordo com os interesses comerciais de Portugal.

Quando no século XVII, os interesses da colônia se distanciaram da metrópole, a Coroa criou vários mecanismos no sentido de abalar o poder político dos proprietários de terras. "É a austeridade política da metrópole sobre sua colônia que se afirma". (Prado Jr., 1985, p. 43).

Portugal, vendo o risco de uma possível perda de sua colônia e com ela sua geradora de riquezas, começou a aplicar medidas de contenção do comércio da colônia com outros países, principalmente com a Inglaterra. A nação portuguesa com sérios problemas financeiros, repassava todo o ônus para a colônia e criava assim, obstáculos ao progresso do Brasil.

Das medidas de repressão adotadas por Portugal em relação à colônia, posso citar: em 1661, a proibição do comércio com todos os navios estrangeiros; em 1684, foi vedado aos navios saídos do Brasil tocarem em portos estrangeiros. "Tal medida pretendia não somente reprimir o contrabando, mas principalmente transformar o Reino em único entreposto para as mercadorias brasileiras". (Prado Jr., 1985, p. 35). Em 1711, proibiu-se aos moradores do Brasil passarem diretamente a países estrangeiros, etc.

Foram criadas, também, as companhias que obtinham

a exclusividade do comércio no exterior. A primeira foi criada em 1647, sendo a Companhia Geral do Comércio, para o Estado do Brasil. Em 1682, a do Maranhão e, assim, sucessivamente: Geral do Grão-Pará, Geral do Comércio de Pernambuco, Paraíba, etc. Eram essas companhias, empresas com a finalidade de restringir qualquer tentativa por parte dos colonos, de criar comércio internacional. Tinham essas companhias muitas vantagens do Reino:

"...escudados em privilégios que permitiam toda a sorte de abusos, recebiam fartas remunerações pelos capitais empregados, canalizando assim para o Reino o melhor da economia brasileira". (Prado Jr., 1985, p. 37).

Contudo, o exemplo mais frisante da intolerância de Portugal, segundo Prado Jr., estava na proibição de quaisquer manufaturas, salvo apenas os grosseiros tecidos de algodão.

"Esta medida, adotada em 1785, é a satisfação dada aos industriais e comerciantes do Reino, que pela voz do vice-Rei do Rio de Janeiro, Marquês de Lavradio, se queixavam dos prejuízos que lhes causavam as fábricas e os teares da colônia..." (Prado Jr., 1985, p. 38).

Em resistências a essas sanções, surgiram os movimentos nativistas, que, em última instância, representam o descontentamento com as medidas de contenção. Efetivamente esses movimentos contribuíram para a independência em 1822. Em Minas Gerais, onde o regime das minas era o mais repressivo possível, surgiu a Inconfidência Mineira, provocando a morte de Tiradentes como exemplo de força da metrópole. Em Pernambuco, a revolta dos Mascates, configurando a dívida dos senhores de engenho para com os comerciantes reinóis. Enfim, cresciam movimentos e revoltas dos nacionais contra as medidas de repressões portuguesas.

Estas condições de hostilidade tiveram continuidade. Até a independência, a situação da colônia dividiu-se entre o poder político firme nas mãos da metrópole, tendo como representantes, de um lado, uma burguesia mercantil portuguesa, que não se ocupava da produção, mas apenas de troca dos produtos. E de outro lado, a classe senhorial, que detinha as formas de organização no terreno econômico, além de uma solidificação de três séculos de domínio no campo social. (11)

A colônia dividiu-se, portanto em duas fases, de acordo com Prado Jr., onde num primeiro momento o poder estava concentrado nas mãos do senhor de terras em alianças com a metrópole, e posteriormente, nas mãos da burguesia de negociantes reais. Porém não deixando de haver dominação dos senhores rurais.

Prado Junior, assim como outros historiadores, registraram a concentração do poder nas mãos dos homens dominantes. Porém é preciso explicitar que as mulheres, as companheiras desses homens, tinham o mesmo interesse de classe e que portanto a colônia dividiu-se num primeiro momento entre as matronas das casas-grandes e num segundo momento no poder das mulheres dos negociantes do reino. O interesse da classe une homens e mulheres, mesmo que entre ambos ocorra supremacia de um sexo sobre o outro.

(11) "...o choque destas forças contrárias assinala a contradição fundamental entre o desenvolvimento do país e o acanhado quadro de regime de colônia. Dele vai resultar nossa emancipação". Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil, Colônia e Império*, p. 44.

CAPÍTULO II

O PAPEL DA MULHER BRANCA DE ELITE NA COLÔNIA:

SUA EDUCAÇÃO INFORMAL

Atividades da mulher branca na colônia

Nessas primeiras páginas procurei captar as relações entre os aspectos econômicos, sociais e políticos que se encontram no processo da colonização portuguesa no Brasil.

Em todo o conjunto da obra colonizadora perpassa um fio condutor que nada mais é do que a exploração extensiva dos recursos naturais de um território virgem, para abastecer o comércio internacional de alguns gêneros tropicais e metais preciosos de grande valor comercial.

Esse fio condutor, "essa linha mestra"⁽¹⁾ é tanto mais importante e essencial por que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, o tema que me interessa. É somente através dela que posso destacar o papel da mulher branca de eli

(1) Expressão de Caio Prado Jr. ao abordar a história. "Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo 'sentido'. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto de fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra (grifo meu) e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirige-se sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise de um povo, seja aliás qual for o momento e aspectos dela que interessam, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja". Op. Cit., p. 19.

te e estudá-la à parte,

Para evitar falsas interpretações, início afirmando que os mesmos interesses comerciais do homem branco são também os das mulheres brancas portuguesas e não poderia ser diferente. Ambos compactuavam na exploração do novo território, escravizando outras raças, em benefício próprio e da metrópole da qual originaram.

Mas essa dominação não se faz sem luta das próprias raças dominadas nesse período, representadas pelo índio e pelo negro. Luta essa que muitas vezes interferiu nos próprios interesses dos que detinham a hegemonia, como atesta a recusa do índio ao trabalho proposto pelos colonizadores obrigando-os a novos encargos comerciais, uma vez que foram obrigados a buscar alhures o negro para o trabalho escravo. E este próprio escravo, pelas suas fugas, suicídios, quilombos, dificultou a rentabilidade da empresa colonial criando possibilidades futuras para a sua própria emancipação.

Ainda mais, é preciso considerar que existia uma supremacia masculina decorrente da própria estrutura patriarcal, em que ao homem era reservado o papel⁽²⁾ de comando, direção, condução e à mulher o de ser dirigida, comandada, subalterna. Mas, no sentido de assegurar a hegemonia, muitas vezes a mulher branca assumiu papéis tidos como masculinos.

Poucos sabem que das capitanias doadas no século XVI, duas foram governadas por mulheres. A capitania de São Vicente e a de Pernambuco. A primeira foi governada por D. Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Souza:

(2) Papel no texto é entendido como função, desempenho.

"Dando por fônda sua grandiosa empreitada, com a instalação da Vila de São Vicente, pouco mais de um ano após, pelos princípios de 1533, voltou Martin Afonso para o Reino, transmitindo os poderes de que se achava investido à sua mulher, D. Ana Pimentel, dama das mais altas qualidades e do mais subido valor e nomeando seu lugar-tenente e capitão-mor o Padre Gonçalo Monteiro. Algum tempo depois, esta senhora substabeleceu dâtos poderes ao referido Padre Monteiro, a quem, por sua vez, sucedeu, como capitão-mor, governador e ouvidor, Antonio de Oliveira". (3)

Através dessa citação posso fazer algumas considerações a respeito do nosso tema de estudo. Fica claro a princípio, que diante da ideologia ⁽⁴⁾ que perpassava a época, a passividade existia por parte das mulheres apenas quando era conveniente. No momento em que havia a necessidade de ocupar papéis supostamente masculinos em benefício da hegemonia da classe dominante, a passividade era substituída imediatamente pela atividade permanente.

Os poderes estavam nas mãos dos portugueses e portuguesas que governavam a colônia.

Quanto à capitania de Pernambuco, D. Brites (ou Beatriz) de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho governou, juntamente com seu irmão, duas vezes (1554-1560) e 1572:

"Vendo Duarte Coelho, que a terra estava quieta, e os moradores contentes, determinou ir-se a Portugal com seus filhos, deixando o governo da Capitania a seu cunhado Hyeronimo de Albuquerque em companhia da irmã. (...) Rezão (sic)-tinha se tivera prefeito uso della -o Gentio desta Capitania para não se inquietar, e inquietal-a com a ausência de Duarte Coelho, pois ficava em seu lugar sua mulher Donna Beatriz de Albuquerque que a todos tratava como filhos e Hyeronimo de Albuquerque seu irmão..." (5)

(3) José Torres de OLIVEIRA, "Martin Afonso de Souza e a fundação de São Vicente", In: Revista do Instituto Histórico de São Paulo, vol. XLI, 1942, p. 19.

(4) Ideologia entendida aqui como sistema de idéias dogmaticamente organizados como um instrumento de luta política em favor de um grupo dominante (Dicionário Novo Aurélio)

(5) Frei Vicente SALVADOR, História do Brasil (Duarte Coelho). In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. vol. XIII, 1888, pp. 49-50.

Essas mulheres assumiram o mais alto posto de comando, no início da colonização de um Brasil precário em benfeitorias, praticamente selvagem, e tendo um oceano como separação da terra de origem. O que as levou a agir dessa forma? A resposta é a própria necessidade que a classe que detém o poder possui para manter a sua hegemonia. E ela usará de todos os recursos para poder manter-se.

Assim como essas duas governadoras representavam o poder da colônia recém-instalada, outras tiveram uma participação direta na preservação desse domínio português, mesmo que "aparentemente" assumissem papéis secundários.

Quando não eram cargos administrativos, era o próprio trabalho doméstico que se tornava tarefa de grande porte, considerando que os afazeres na propriedade rural eram de enormes proporções...

"implicava capacidade de liderança e de administração, desdobradas em horas de trabalho e treinamento de escravos e de execução de tarefas penosas e lentas, envolvendo dias a fio de trabalho incessante, essenciais para a sobrevivência do grupo". (Dias, 1984, p. 74).

Entretanto, alguns autores citam as mulheres desse período como pessoas passivas, com o costume de ficarem horas a fio numa poltrona e que esse elemento estaria ligado ao gosto pela comodidade, pelo luxo e pelas formas agradáveis de vida exterior, que no dizer de Spix e Martius, "se espalhou rapidamente, (mais do que) o amor pelas artes e pelas ciências no sentido liberal". (6)

(6) J.B.SPIX e C.F.P.MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, p. 53. J.B. SPIX, zoólogo alemão que morreu em 1824. Foi agregado com C.F.P.MARTIUS à comissão científica austríaca que veio para o Brasil em 1817. Permaneceu três anos no país. Fez um inventário das espécies existentes no Brasil. Catalogou 3.381 espécies de animais. Escreveu "Viagem pelo Brasil (1823 a 1831) e também "O desenvolvimento do Brasil até o nosso tempo" (in: *Enciclopédia Larousse*).

Outros descrevem-nas como senhoras ativas, como é o caso de Dias, no papel de comando e supervisão das atividades que se desenvolviam nos engenhos de açúcar. Atividades essas de grande importância, tais como: o trabalho de tecelagem, fiação, feitura de comida, e direção do trabalho de escravaria.

Muitas vezes, o senhor patriarcal realizava viagens pelo sertão (é o caso do bandeirante), ou morria, e eram elas que assumiam a direção na qualidade de matronas do lar. Contamos Dias que desde a colonização eram fundadoras de negócios, capelas, administradoras de fazendas e líderes políticos locais. Apesar de afirmar que as mulheres brancas de elite não exerciam cargos políticos, o que foi comprovado contrariamente no exemplo das governadoras, relata exemplos de como a classe que domina utiliza-se de mecanismos diversos para se manter:

"Não exerciam pessoalmente cargos administrativos, mas como donas, proprietárias e herdeiras de cargos, intermetiam-se constantemente na administração pública: Angela Siqueira chefio um motim armado, descendo para Santos, com familiares e capatazes, para assegurar seu filho menor, no cargo de provedor... "Em 1719, Isabel Faro era proprietária do ofício do correio, na Capitania de São Paulo". (Dias, 1984, p. 77).

Acredito que a vida no campo exigia o trabalho feminino, devido ao montante de responsabilidades apresentadas. Na casa grande, era a senhora que dirigia e diligenciava todas as coisas. O ócio e o gosto pela ostentação talvez existissem mais nas cidades onde as atividades eram limitadas. "Na cidade a mulher escondida, suspeitada, requestrada como se anulou, viveu reclusa, escondida durante todo o período colonial" (Horta, 1975, p. 60).

É nesse caso de grande relevância relembrar os dados de Caio Prado Jr., com relação às cidades do período colo-

nial e a sua insignificância populacional com respeito à totalidade do país.

"As cidades brasileiras, ainda em fins do regime colonial, eram insignificantes. Rio de Janeiro, então já a capital, não passava de 50.144 habitantes; Bahia, 45.600; Recife, 30.000; São Luís do Maranhão 22.000; São Paulo, 16.000. Estas cinco cidades reunidas (as demais não passavam de aldeias) representavam apenas 5,7% da população total do país, ou seja, 2.852.000 habitantes". (Prado Jr., 1985, p.22).

A maior parte da população estava realmente no campo. Isso me leva a concluir que havia mais mulheres administrando, do que na ociosidade. Um outro dado a acrescentar, é que as próprias condições de colonização exigiam a sua colaboração ativa. E essa colaboração se dava através da sua função de comando administrativo. É bom lembrar que o trabalho manual era menosprezado. Considerado coisa para escravos.

Assim, os relatos mostram até o presente momento que o ócio existia na propriedade rural, quando havia possibilidade, ou seja, quando as circunstâncias não exigiam da mulher uma presença na esfera de atuação. No momento em que o domínio econômico era posto em perigo, através da morte do marido, de brigas políticas ou mesmo dificuldades financeiras decorrentes da lavoura de cana, a mulher assumia papéis de comando, que a princípio eram considerados de origem masculina.

Nesse sentido, posso dizer que existiam os momentos de ócio, cruzando com momentos de atuação e assim, as informações de que disponho não são contraditórias, mas se completam, na medida em que explicitam os diversos aspectos da história das atividades das mulheres brancas do período colonial.

Dessa forma, há elementos para se pensar que, integrada na atividade colonial, a mulher branca de elite ia adquirindo informalmente os conhecimentos necessários aos diversos de

sempenhos. E assim procedendo, minava a supremacia masculina toda vez que exercia com competência o comando não só sobre os homens e mulheres negros e índios, como também sobre os brancos subalternos na sua propriedade, ocupando-se dos mesmos afazeres dos outros senhores proprietários. Nesses casos era detentora dos mesmos conhecimentos necessários ao homem colonial.

Condição de inferioridade das outras mulheres

Se a cor era o elemento que discriminava os indivíduos, obviamente a cor branca possuía não só o poder sobre as demais, mas também o prestígio e os privilégios dele decorrentes. Isso porque eram os portugueses da cor branca.

Sendo dominante, a cor branca impregnava a ideologia da colônia e a reproduzia através de contos, versos, poemas. Assim, a literatura era um instrumento de reprodução a favor da hegemonia dominante que veiculava o status de ser branca e sua condição social privilegiada. Ao mesmo tempo que indicava a dificuldade das brancas empobrecidas manterem esse status da classe dominante.

Esses contos preconceituosos refletiam também a luta entre as duas cores. A branca e a negra e o fato de que por alguns momentos a classe dominada superava a dominante. Porém a classe que dominava detinha o poder e logo assumia o comando.

Na versão caipira do conto português "A moura torta" ... narrava a coincidência de se encontrarem, um dia, junto à fonte da cidade, uma moça branca e uma escrava com seu pote de barro; a moça branca estava nua (empobrecida), à espera do noivo, que fora buscar roupas. As águas refletiram simultaneamente as duas imagens e a escrava, muito assanhada, confundiu-se com a branca, deixou cair o pote e voltou muito alegre para a casa, onde foi repreendida e teve que voltar à fonte, desta vez com um pote de ferro... e assim sucessivamente, num vaivém monótono, até que

conseguiu usurpar o lugar (e o noivo) da moça branca; assim que se perceberam uma à outra, lado a lado na fonte e não como reflexos na água, o costume do cafunê foi pretexto para entabularem relações cordiais: a negra serviçal e trapaceira, ofereceu-se para 'catar em seus cabelos', onde enfiou um alfinete enfeitado. (Dias, 1984, p. 134).

Esse conto, muito preconceituoso contra a negra, colocando-a como esperta e malvada, procura veicular a supremacia da senhora branca de elite, atribuindo-lhe o papel de dirigente, e o trabalho manual tarefa das escravas.

"Com relativa frequência, nas histórias de contar, repetiam-se situações de quebranto e de encantamento, que transformavam a moça branca (princesa, ou herdeira rica) em negra maltrapilha, encarregada de ofícios aviltantes, próprios de escravas: cuidar das galinhas, dos patos, lavar a roupa... Invariavelmente, o seu destino ou status era devidamente restituído". (Dias, 1984, p. 134).

Mas as outras mulheres de condição inferior, ou seja, as escravas ou brancas pobres, maioria da sociedade colonial, nem sempre podiam sustentar o estereótipo da "moura torta", isto é, serem portadoras de: fraqueza, passividade fragilidade, suavidade, dependência e outras qualidades que uma senhora deveria possuir. O próprio lugar na relação de produção pedagogicamente desenvolvia caracteres ditos masculinos como força, superioridade, independência, espírito de aventura, dureza, etc. (7)

Desta forma a própria experiência de vida foi para essas mulheres de grande teor pedagógico. Esse estilo de vida advindo das necessidades que lhes eram impostas lhes deu um conhecimento do vivido que, de acordo com Cury, é um aprendizado:

(7) "As mulheres eram forçadas a desempenhar na sua ausência, temporária ou definitiva muitos papéis "masculinos", entre os quais, os que diziam respeito à administração de bens, incluindo roças e propriedades de criação de gado (...). Em abril de 1847, Joaquina Ferreira de Alvarenga passava pela passagem de Caraguatatuba, com 19 bestas, tendo de pagar 3\$800 réis, Beralda Iselinga Pereira, com 15 animais, pagou 7\$400; Quitéria Lopes Moreira com 18 bestas pagou a quantia de 3\$600". DAE, Seção de Periódicos, O Governista, 26 de junho, 19847, fls. 2 (livro das barreiras) in: M. Odila da S. DIAS, *Quotidiano e poder em S. Paulo no Século XIX*, p. 34.

"Desse viver colado à vida nasce um tipo de saber espontâneo. Neste caso, espontâneo quer dizer nascido da experiência e ainda não teorizado, não elaborado e nem sempre expresso. O processo em que se vive é em si mesmo educativo, variando de acordo com a maneira com que os homens se apropriam dos frutos do trabalho e de como são capazes de rever esse processo". (CURY, 1985, p. 96).

De outro lado esse estereótipo trouxe dificuldades às mulheres brancas empobrecidas. O fato de que servir era função da escravidão, trouxe, por vezes, situações de verdadeira miséria por não poderem trabalhar, e quando era realmente necessário, o faziam sempre às escondidas, no escuro da madrugada.

Dias relata o comentário de Vieira Bueno sobre a pobreza recolhida, "que saía misteriosamente à rua à noite para cumprir misteres - buscar água, fazer compras - que cabiam antes a escravos do que a donas brancas" (Dias, 1984, p. 71).

Isso significa que as moças brancas empobrecidas tinham dificuldades em manter o status da cor. Por isso usavam artifícios, tais como o de sair à noite para as compras, usar a manta (baeta) para esconder o rosto ou ir à missa de madrugada porque, se era costume as moças brancas serem seguidas por uma escolta de escravos em suas cadeirinhas, nesse caso, a pobreza não lhes dava esses elementos. "Em São Paulo eram geralmente as mulheres do povo que se embuçavam, não se estendendo o hábito às damas das famílias eminentes da cidade senão aquelas decahidas da fortuna e posição social, esquivadas e encenadas em casa". (Annaes Museu Paulista, p. 321). Não teriam sido tais situações enormes guilhões difíceis de serem carregados?

Essas mulheres de condição inferior, brancas empobrecidas, índias e negras, carregaram sobre si a promiscuidade da colônia.

Pois, se a maioria das mulheres brancas de elite era casta, isso só foi possível devido à prostituição das outras mu

lheres, que, submissas e de condição social inferior, submeteram-se aos desejos sexuais dos senhores.

A função das outras mulheres, portanto, negras, índias e brancas empobrecidas, não poderia ser outra, do que instrumentos sexuais dos colonizadores. No que se refere à negra e escrava se a sua função era a reprodução do domínio patriarcal. Por outro lado esse desempenho sexual muitas vezes fez com que a negra escrava minasse o sistema; não só por ocupar um lugar importante na vida do senhor em detrimento da mulher branca de elite, como também porque houve situações em que os senhores proprietários venderam escravos vigorosos por medo desses competirem na conquista de sua escrava preferida.

Mas de fato havia todo um cuidado em assegurar a submissão da mulher escrava. Assim, através de cartas régias, as negras eram proibidas de imitarem através do vestuário, o modelo das mulheres da camada senhorial. Em 1696, a 20 de fevereiro, houve uma proibição de luxo no vestuário das escravas no Brasil, o que reforçava a distinção entre as classes na colônia. A ordem régia declarava que...

"sendo presente o demasiado luxo das escravas no Brasil e devendo evitar-se esse excesso e o mau exemplo que d'elle podia seguir-se, el rei era servido resolver que as escravas de todo o Brasil em nenhuma capitania pudessem usar vestidos de seda, de cambráia ou hollandas, com rendas ou sem ellas, nem também de guarnição de ouro ou prata nos vestidos". (8)

Vê-se que as leis aplicadas na colônia, pelo governo da metrópole, em favor da classe dominante impediam qualquer equiparação entre papéis de escravas e mulheres brancas. Por

(8) Desembargador José Vieira FERREIRA, "Legislação Portuguesa Relativa ao Brasil", In: *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, vol. 105, 1929, p. 215.

outro lado, revelam essas mesmas leis a tentativa por parte das escravas de se igualarem aparentemente às mulheres brancas.

Dessa forma, tanto as mulheres brancas de elite como as outras mulheres, aprendiam, através de suas experiências de vida, os conhecimentos necessários aos seus papéis.

A mulher branca de elite ao assumir postos de comando, lugares pertencentes aos homens, adquiria informalmente os mesmos conhecimentos para se tornar administradora dos latifúndios, quando necessário. Além disso, ia no dia-a-dia aprendendo as funções consideradas próprias à vida feminina na colônia.

Da mesma forma, as mulheres de condições sociais inferiores aprendiam os ensinamentos necessários, através das próprias circunstâncias a que eram expostas.

O trabalho manual deu-lhes subsídios para superarem o estereótipo de fragilidade que a sociedade vigente passava.

Isso posto, passo agora à reflexão sobre a origem da família patriarcal, na busca da apreensão dos mecanismos que explicitem as expectativas de papéis entre os dois sexos, neste período histórico.

CAPÍTULO III

A FAMÍLIA PATRIARCAL E MONOGÂMICA E A EDUCAÇÃO INFORMAL DAS CRIANÇAS

A luta fundamental que se trava no Brasil Colônia se passa entre a classe dominante, composta de senhores(as) proprietários(as) rurais, e a classe dominada, a grande massa de trabalhadores do campo, os escravos, índios e semi-livres.

Isto posto, percebe-se que dentro dessa luta maior ocorre um segundo conflito que se passa dentro de uma mesma classe ou entre as classes, onde acontece a tentativa de supremacia da parte de um sexo sobre o outro.

Esse tipo de domínio é determinado pelo tipo de família que prevaleceu no início da colonização brasileira. Elementos, tais como a escravidão, a submissão, estão ligados à formação da família patriarcal. Esta era caracterizada pelo autoritarismo e arbitrariedade do senhor, que começava na senzala, onde se dava o começo da submissão dos escravos e escravas, e depois se estendia até a casa grande abrangendo a esposa e os filhos.

Para se obter a compreensão da família patriarcal no período colonial e suas contradições, creio ser necessário situar, mesmo que sucintamente, a origem na família, pois ela nos dará subsídios para criar uma visão de conjunto dos condicionamentos das relações de domínio masculino na sociedade colonial.

São várias as formas de se explicitar a origem da família e existem muitas controvérsias nas teses sociológicas,

psicológicas, antropológicas, etc. sobre como foi constituído o domínio masculino. Para o nosso tema de estudo, a educação da mulher branca de elite, e a forma como o abordamos, vou retomar a explicação de Engels e Marx.

De acordo com Engels ⁽¹⁾: "Uma das idéias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem". (Engels, 1981, p. 51).

O estudo da história primitiva ⁽²⁾ revela que o direito, inicialmente, era o materno. As formas de família eram por grupos, e sendo por grupos, a descendência só poderia ser estabelecida do lado materno, e por conseguinte, apenas se reconhecia a linhagem feminina.

Nas comunidades primitivas, a mulher não era apenas livre, mas muito considerada pelos homens. Não existia hierarquia, todos os membros tinham os mesmos direitos e obrigações.

No que tange às relações sexuais, tanto o homem praticava a poligamia como a mulher a poliandria, e os filhos eram considerados comuns.

Na divisão do trabalho, esta era equilibrada, embora diferenciada por sexo e idade. Aos homens cabia a arrecadação do alimento e às mulheres o cuidado com a casa e os filhos. Seus utensílios domésticos tinham a mesma importância que os instrumentos de caça do homem. Cada qual tinha o seu papel definido e de forma igualitária. "Na comunidade primitiva, as

(1) Engels escreveu *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, baseado em anotações de Marx, logo após a morte do mesmo.

(2) Este estudo foi feito por Morgan, em "A sociedade primitiva" Trabalho realizado a respeito dos índios norte-americanos durante 40 anos, que demonstraram que existia um comunismo tribal como origem pré-histórica de todos os povos conhecidos. Foi baseado nesse estudo que Engels escreveu *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Como já frisei, dado o limite do problema, não serão abordados outros estudos mais atuais.

mulheres estavam em p^ê de igualdade com os homens, e o mesmo acontecia com as crianças". (Ponce, 1981, p. 18).

Com o aumento de seu rendimento, o trabalho do homem adquiriu certo valor. A natalidade que era reprimida em outros tempos, devido a produção ser exígua, agora passava a ser necessária. Também os prisioneiros de guerra, que eram mortos quando uma tribo vencida a outra, começaram a ser desejados, "e o inimigo vencido passou a ter a sua vida garantida com a condição de transformar-se em escravo". (Ponce, 1981, p. 25).

As novas técnicas de produção, aliadas ao trabalho escravo aumentaram o excesso de produtos de que a comunidade dispunha. Donos dos produtos, os homens modificaram a propriedade e também a situação social da mulher. Se antes, na comunidade primitiva, o matrimônio era grupal, e portanto a ordem de herança era feminina, com as novas técnicas e a domesticação dos animais que provocaram um aumento da riqueza social, o direito sobre os filhos que era materno passou a ser paterno.

O matriarcado apareceu dessa forma, ligado às comunidades fundadas na propriedade comum do solo e o patriarcado à propriedade privada. Isso porque as terras foram repartidas entre os responsáveis pelas transformações ocorridas na produção.

"Para assegurar a perpetuidade da riqueza privada a través das gerações e o benefício exclusivo dos seus próprios filhos - e não dos filhos dos outros, como ocorreria se o matriarcado tivesse subsistido - a filiação paterna substituiu a materna, e uma nova forma de família, monógama agora, apareceu. Com ela, a mulher foi relegada a um segundo plano, passando a ocupar-se tão-somente com funções domésticas, que deixaram de ser sociais. A mulher, antiga mente, quando, juntamente com o homem, desempenhava funções úteis à comunidade, gozava dos mesmos direitos que este; mas perdeu essa igualdade e passou à servidão no momento em que ficou afastada do trabalho social produtivo, para cuidar apenas do seu esposo e dos seus filhos. A sua educação, ao mesmo tempo, passou a ser uma educação pouco superior à de uma criança". (Ponce, 1981, p. 31).

Engels não sabe quando e como isso aconteceu, pois remonta aos tempos pré-históricos, mas sabe o significado dessa revolução masculina, com relação à posição das mulheres:

"O desmoronamento do direito materno, [foi] a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução". (Engels, 1981, p. 61).

Talvez existam outras explicações, diferentes da que citei sobre os motivos da mudança dos direitos femininos. Seria preciso fazer um estudo à parte sobre essa questão. No momento, para o trabalho que me proponho, interessa o fato de que inicialmente as mulheres não exerciam um papel de submissão com relação aos homens. E que a família patriarcal se organizou baseada na propriedade privada.

"Marx notou argutamente que já existiam em germe todas as contradições do nosso mundo de hoje: um marido autoritário, que representa a classe opressora, e uma esposa submissa, que representa a classe oprimida" (Ponce, 1981, p. 31)

O primeiro efeito do poder exclusivo do homem, desde o momento em que se instaurou, na forma intermediária da família patriarcal, foi a organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe.

A família patriarcal teve pois, nos seus traços essenciais, a incorporação de escravos e o domínio paterno. Nesse sentido, a família romana é o tipo perfeito dessa forma de família.

"Em sua origem, a palavra família não significa o ideal - mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas - do filisteu de nossa época; a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. Famulus quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem". (Engels, 1981, p. 61).

Outro aspecto da família patriarcal é o fato dela ser monogâmica. Mas somente à mulher coube exclusivamente a monogamia, a obrigatoriedade de ter apenas um companheiro. Isso porque o homem tem que ter certeza de que o filho gerado, o herdeiro de seus bens, seja mesmo seu. Porém, ao homem se concedeu o direito de ser infiel na vida conjugal, sancionado pelo costume, (exemplo disso é o código napoleônico, que outorga essa infidelidade, desde que ele não traga a concubina ao domicílio conjugal) e esse direito se exerceu cada vez mais, à medida que se processou a evolução da sociedade.

Exigiu-se da mulher a tolerância do heterismo masculino⁽³⁾ e, que por sua vez, ela também guarde uma castidade e uma fidelidade conjugal rigorosas. Para o homem, ela não passa, afinal de contas, da mãe dos seus filhos legítimos, seus herdeiros.

O papel a ser exercido pela mulher, portanto, na família patriarcal é aquele de governar a casa e vigiar as escravas - "escravas que ele pode transformar (e transforma) em concubinas, à sua vontade. A existência da escravidão junto à monogamia, a presença de jovens e belas cativas que pertencem, de corpo e alma, ao homem, é o que imprime desde a origem um caráter específico à monogamia". (Engels, 1981, p. 67).

(3) Heterismo de acordo com Engels é "uma instituição social como qualquer outra, e mantém a antiga liberdade social... em proveito dos homens..." Op. Cit., p. 72.

Não é exatamente isso que ocorreu na época do Brasil escravocrata? A sociedade colonial não tinha a mulher da camada senhorial como servidora, e não como companheira e amiga do homem, apesar de terem os mesmos interesses de classe? E o senhor, não possuía a escrava negra e índia como sendo seu objeto sexual preferido? A convivência entre o homem e a mulher de uma mesma classe no Brasil-Colônia foi reduzida geralmente a uma convivência puramente econômica, de interesses fundamentados na preservação da hegemonia como classe dominante.

É que a família monogâmica foi a primeira forma de união que se baseava em condições econômicas. Concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum, originada primitivamente.

A função da mulher na colônia era pois o de procriar os "varões" que pudessem herdar as posses do pai, para a preservação de seus privilégios masculinos. Quanto ao mais, o casamento para eles era uma carga, um dever necessário.

"A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história". (Engels, 1981, p. 70).

Marx e Engels afirmam na ideologia alemã: "A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos". (Engels, 1981, p. 70). Mais tarde, Engels completaria:

"O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino". (Engels, 1981, p.70).

Contudo, no casamento monogâmico, em que a base são os interesses econômicos, ambos os sexos têm o seu preço.

Nas classes dominantes não há lugar para outros interesses no casamento. Poucos eram aqueles que fugiam à regra. Principalmente durante as descobertas marítimas, convinha aos exploradores que os casamentos fossem "acertados" dentro da mesma classe;

"Tal era a situação com que se encontrou a produção capitalista quando, a partir da era dos descobrimentos geográficos, se pôs a conquistar o domínio do mundo através do comércio universal e da indústria manufatureira. E de se supor que este modo de matrimônio lhe conviesse excepcionalmente, e isso era realmente verdade". (Engels, 1981, p. 86).

As informações sobre a época colonial geralmente mencionam somente a mulher branca de elite submetida à vontade do pai para o casamento, o que não corresponde à verdade. O homem também era submisso ao poder paterno.

Relatam diversos autores que eram os pais que escolhiam o marido de suas filhas, geralmente, um desconhecido que se adequasse à preservação dos bens do latifúndio, ou parentes que pudessem conservar a propriedade na mesma família. As moças casavam-se cedo. Com doze ou treze anos.

Mas não eram só as mulheres que tinham seu casamento e sua conduta dirigida pelos pais. Os homens também. Como o objetivo do matrimônio era a permanência do latifúndio na mesma família, os casamentos eram arranjados igualmente para os moços.

"Quase todos os jovens serviam na milícia, salvo raras exceções, (...) nenhum podia casar sem pedir permissão ao seu chefe militar, o que certamente contribuía para fortalecer o poder paterno, pois era sempre possível aos pais recorrerem às autoridades militares para separarem jovens decididos a casar

contra a vontade da família" (Silva, 1981, p. 28).

Havia diferenças na educação da menina e do menino.

"A menina, a esta negou-se tudo que de leve parece-se independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a beliscão a menina respondona ou saliente; adoravam-se as acanhadas; de ar humilde (...). As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais - depois substituída pela tirania dos maridos". (Freyre, 1975, p. 421).

O menino, ao contrário de sua irmã, não poderia ser tímido. Aos nove ou dez anos era obrigado à força, a se tornar homenzinho. A se comportar como gente grande.

"Meninos diabos eles são eram até os dez anos. Daí em diante tornavam-se rapazes. Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os de homens. Sua preocupação, sifilizarem-se o mais breve possível, adquirindo as cicatrizes gloriosas dos combates com Vênus..." (Freyre, 1975, p. 411).

Para isso utilizavam as escravas, a negra ou a mulata. E nesse sentido, essas mulheres educadas para a submissão contribuíram para o desregramento sexual "mas não por si, nem como expressão de sua raça ou do seu meio-sangue: como parte de um sistema de economia e de família: o patriarcal brasileiro". (Freyre, 1985, p. 373).

Contudo, apesar das vantagens que possuía em relação à educação rígida das meninas, no que diz respeito à sua relação com os pais e homens mais velhos, o filho deveria ter o mesmo comportamento que os outros elementos da colônia; a obediência ao poder paterno.

"Que judiasse com os moleques e as negrinhas, estava direito; mas na sociedade dos mais velhos o juizado era ele. Ele que nos dias de festa devia apresentar-se de roupa de homem; e duro, correto, sem machucar o terno preto em brinquito de criança. Ele que em presença dos mais velhos devia conservar-se calado, um ar seráfico, tomando a bênção a toda pessoa de idade que entrasse em casa e lhe apresentasse a mão suja de rapê". (Freyre, 1975, p. 420).

A escrava na vida do branco

Foram analisados alguns elementos sociais que deviam obediência ao senhor patriarcal tais como a própria esposa, encarregada de procriar herdeiros que preservassem os bens da família. A filha que tinha toda uma criação rígida, casta, para um futuro casamento planejado. O filho, que criado para assumir o comando administrativo do engenho e da escravaria, recebia desde cedo uma formação "masculina" caso fosse o primogênito. Os outros seriam padres ou de outra profissão.

Em cada caso existiam resistências a esta submissão paterna, mas tinham sempre presente o fato de que todos pertenciam a uma mesma classe, com interesses definidos. Constituíam-se numa minoria no Brasil colonial que comandava a grande classe explorada: os escravos. Minoria essa que também se encontrava dentro de uma luta maior pelo poder. A luta que se travava entre os interesses de nobreza da metrópole e os proprietários de terras da colônia, que de acordo com Fernando Novais se apresentava como:

"...um tipo particular de relações políticas, com dois elementos: um centro de decisão [metrópole] e outro [colônia] subordinado relações através dos quais se estabelece o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais". (Ribeiro, 1984, p. 24).

Quanto aos escravos, estes seriam a mão-de-obra que atuaria em qualquer circunstância como ser servil.

Nessa classe dominada, as mulheres trabalhariam na produção de bens materiais como seus parceiros de cor, e também submetidas sexualmente. Foram exploradas no corpo e na cultura, espoliadas de seu cultos e a elas era negada a possibilidade de terem ligações definitivas.

"A escassez de mulheres nas fazendas conduzia necessariamente à instabilidade da vida familiar. Os senhores, por sua vez, não estimulavam os casamentos entre escravos, preferindo as ligações passageiras às mais estáveis". (Costa, 1982, p. 258).

O casamento, além de ser muito caro, poderia prejudicar a venda do escravo, por isso a promiscuidade sexual era tida como natural no Brasil-Colônia.

As negras, muitas vezes, entregues virgens, ainda meninas, satisfaziam, como já mencionei, moços brancos já sifilíticos. Isso porque por muito tempo dominou uma crença na colônia de que para o sifilítico não há remédio melhor do que uma negrinha virgem.

As escravas utilizadas no serviço doméstico eram escolhidas entre aquelas de presença mais agradável, as mais bonitas. Ocupavam estas posições invejadas, embora estivessem diretamente sujeitas aos caprichos do seu senhor.

Desses caprichos resultava uma população de mestiços que se diferenciava dos negros. O mulato que era o fruto dos amores escusos, era bem mais tratado, mais acariciado e mais bem vestido que os demais. "Ouvê algumas vezes as mães dizerem as cozinheiras: meu mulato não pode comer isto" recusando a ração dos negros. Comumente esses mestiços eram empregados como copeiros ou criados graves dos filhos da casa, que,

de fato, eram seus irmãos. (Costa, 1982, p. 267).

Diz-se, geralmente, em muitas obras sobre a escravidão no Brasil-Colônia, que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira pelo fato de iniciar no amor físico os filhos da família patriarcal. Mas essa corrupção foi realizada pela escravidão. Era a sua própria condição de servidão que lhe empunha também esse encargo.

Ela era explorada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de trabalho produtivo, mas inversamente ela explorava o seu senhor, pelo fato dele se constituir o seu escravo do prazer.

Nessa contradição a mulher escrava tornava-se instrumento que, inconscientemente, e de forma paulatina minava a ordem estabelecida na família patriarcal. Deixava como consequência fatal, a erosão da família monogâmica ou patriarcal.

"Maculada pelo contato permanente do escravo, perde a sua pureza e chefes de família havia que introduziam em seu lar os filhos naturais tidos do comércio com escravas. A mulher legítima, inerte e resignada, dava a impressão de sofrer tais afrontas sem revolta e parecia mesmo ter perdido a consciência da humilhação. A autoridade do pai e dignidade da mãe eram, assim, profundamente atingidas e entre as crianças o respeito filial e o orgulho doméstico se esvaíam". (Costa, 1982, p. 271).

Como as mulheres brancas da classe senhorial não tinham nenhuma informação sexual antes do casamento, os filhos da classe dominante usavam escravas e brancas empobrecidas para iniciarem-se no prazer sexual. Nos matrimônios realizados por questões puramente econômicas, sem a atração natural, se revelava a influência dessas relações, a escravização do prazer do homem branco exercida pela negra escrava. Raul Dunlop narra o caso de:

"... um jovem de conhecida família escravocrata do Sul; este para excitar-se diante da noiva branca, precisou, nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de bundum, da escrava sua amante. Casos de exclusivismo ou fixação. Mórbitos, portanto; mas através dos quais se sente a sombra do escravo negro sobre a vida sexual e da família do brasileiro". (Freyre, 1975, p. 284).

Um outro exemplo de como o senhor patriarcal era escravo do prazer, eram as vendas de negros que ameaçassem interferência na sua relação amorosa com a escrava, como já citei anteriormente ⁽⁴⁾.

A importância que os braços negros representava para a sociedade agrário-comercial indica o prejuízo decorrente dessas medidas. Lembro que o preço dos negros era superior ao das negras, devido à função que esses exerciam no engenho de açúcar; portanto, a venda por motivos amorosos implicava prejuízo de produção e de capital.

Dessa forma, a educação da mulher escrava com a gama de conhecimentos sobre sexualidade, se de um lado assegurava a reprodução da dominação do senhor patriarcal sobre seu corpo e sua vida, de outro lado foi um elemento de dominação sua, mulher negra, sobre o corpo do "senhor", pois lhe assegurava o prazer. Foi também uma vitória sobre a "sinhô-moça" ignorante desses feitiços. Vitória essa ainda mais patente, como frisei acima, quando o ciúme do "senhor" determinava a venda de negros fortes que interfiriam na sua vida amorosa com a escrava. E assim a classe oprimida se fazia vitoriosa através de seu elemento mais dominado: a mulher.

É verdade que isso não se passou tranquilamente, pois

(4) "A valorização sexual da mulher negra levava, de uma parte, a comportamentos antieconômicos, por parte do senhor, tais como a venda e a tortura de negros com os quais aquele competia no terreno amoroso". H.I. SAFFIOTTI, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. p. 165.

as mulheres brancas de elite tinham reações de crueldade que por muitas vezes acabavam em assassinatos. Exemplo:

"Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho, contra escravos iⁿermes. [...] Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender, mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas, ou mandavam lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias". Freyre, 1975, p. 337).

Esses exemplos de sadismo eram formas de protesto contra os direitos sexuais masculinos, contudo o preço era pago por outras mulheres de condição servil. Representava a rivalidade da mulher branca de elite para com as outras mulheres de cor que, como frisei, muitas vezes as venciam subjugando também o chefe patriarcal a seus agrados.

Dessa forma, a reação dessas mulheres deixava de ser apenas uma contestação à poligamia e se constituía em mais uma forma de tentar submeter as negras e brancas pobres à supremacia da classe dominante. Essas mulheres de condição inferior eram pois, duplamente despojadas. E a vitória, dessas mulheres despojadas nos exemplos citados anteriormente, era duplamente significativa

Mas, se as mulheres brancas de elite não podiam aparentemente ter relações sexuais e o prazer como os elementos masculinos, elas tinham formas de burlar essa regra social. Isso porque a monogamia das mulheres trazia implicitamente suas contradições. Se por um lado ela favorecia a prática da poligamia pelo homem, do que resultaria o heterismo, do outro lado, em oposição surgia o adultério.

Esta é a segunda contradição da monogamia. O adultério feminino representou o contrário do heterismo masculino.

De acordo com Engels;

"...na própria monogamia, desenvolve-se uma segunda contradição. Junto ao marido, que amenizava a existência com o heterismo, acha-se a esposa abandonada. E não pode haver um termo de uma contradição sem que lhe corresponda o outro, como não se pode ter nas mãos uma maçã inteira, depois de se ter comido sua metade. Esta, no entanto, parece ter sido a opinião dos homens, até que as mulheres lhes puseram outra coisa na cabeça. Com a monogamia, apareceram duas figuras sociais constantes e características, até então desconhecidas: o inevitável amante da mulher casada e o marido corneado. Os homens haviam conseguido vencer as mulheres, mas as vencidas se encarregam, generosamente, de coroar os vencedores. O adultério, proibido e punido rigorosamente, mas irreprimível, chegou a ser uma instituição inevitável, junto à monogamia e o heterismo". (Engels, 1981, p. 72).

Isso é compreensível, ao se observar que na família patriarcal, o matrimônio tinha como base os laços econômicos. Tanto ao marido como à esposa cabia a tarefa de exercerem papéis diferentes, mas definidos de acordo com interesses da mesma classe: manter a hegemonia. Como não havia interesses afetivos, ambos procuravam essas relações amorosas fora do casamento. Foi o que se constatou no período do Brasil-Colônia. Um alto índice de mulheres traía às escondidas, seus maridos. Freizer em 1713 relatou que na Bahia durante um ano apenas, foram cometidos 30 uxoricídios, ou seja, assassinatos de mulheres pelos próprios maridos, por causa da suposição de adultério⁽⁵⁾.

Os viajantes que aqui estiveram, registraram os efeitos dessa traição, atribuindo os gestos dos portugueses a um suposto ciúme "exagerado". Em 1610, o francês Pyrard de Laval, ao se hospedar na casa do governador geral do Brasil, D. Diogo de Meneses e Siqueira, futuro Conde de Ericeira, soube que um

(5) Freizer in: Affonso TAYNAY, Na Bahia Colonial, p. 343. O ciúme português será uma constante nos relatórios dos viajantes. Desde Pyrard de Laval, em 1610 aos estrangeiros do século XIX.

encontro de um dos filhos do governador com uma senhora, terminou em várias apunhaladas pelo marido ciumento. "Senhora de alta gerarchia, que contudo não veio a morrer das feridas". (Taubay, 1925, p. 261).

Ou o caso do Coronel Antonio de Oliveira Leitão, retratado por Pedro Taques:

"é frísante demonstração da violência dos sentimentos sobre a necessidade do claustramento feminino, reinante entre os antigos brasileiros de linhagem, sentimentos esses de cunho perfeitamente mahometano. A este homem, pessoa da mais alta importância pela fortuna, prestígio próprio e dos cargos ocupados, muito piedoso, instituidor de uma das antigas devoções do Mosteiro de São Bento em São Paulo, desvairou o simples facto de haver encontrado a filha no momento em que no fundo do quintal da casa via tremular um lenço que a moça tinha levado para se enxugar ao sol. Concebeu que era senha de algum occulto offensor que lhe manchava a honra e ficou tão cego de violenta paixão que, sem mais averiguação num assesso, sacou de uma faca de ponta e com ela lhe atravessou o peito". (Annaes Paulista, p. 325).

Felizmente esse senhor foi preso, remetido a Bahia e foi degolado em alto cadafalso, um caso raro entre os que aconteciam com certa regularidade na colônia.

Percebe-se, entretanto, um fato curioso: enquanto as senhoras maltratavam as escravas, quando surpreendiam seus maridos nas relações sexuais escusas; do lado oposto, em situações de adultério, eram elas mesmas que recebiam o castigo e não o amante, com exceção daqueles oriundos de classes inferiores. Conclui-se o que é evidente: o homem, nesse tipo de sociedade, onde o poder lhe pertencia, enquanto classe dominante e senhor dessa classe, geralmente não sofria qualquer tipo de sanção direta por seus deslizes, salvo raras exceções.

Havendo a infidelidade feminina, desde o princípio da colônia, tanto os pais como os maridos procuravam formas de preservar a castidade das mulheres.

Na cidade, as mulheres viviam reclusas, e só saíam para ir à igreja, sempre acompanhadas das mucamas ou atrás do marido, em fila indiana. Mas reagindo às reclusões a que eram confinadas, eram as próprias mães que auxiliavam as filhas a ludibriarem os pais, apesar da vigilância ser severa. Froger, em 1695, um dos poucos viajantes que esteve no Brasil na época, porque era proibida a entrada de estrangeiros de outros países, que não fossem portugueses, registrou o seu espanto pela tendência amorosa dos baianos:

"Prodigiosamente ardentes, nada negam às suas mulheres, que aliás são dignas de lastima, pois nunca vê em a quem quer que seja. Apenas saem aos domingos, de madrugada, para ir à Igreja. São os Bahianos extraordinariamente ciumentos e é um ponto de honra apunhalar um marido à mulher desde que se convença de sua infidelidade". (Taunay, 1925, p. 291).

Apesar dessas informações serem muitas vezes distorcidas, elas contêm dados importantes sobre a época: revelam toda uma existência que procura educar a mulher para a submissão.

Dessa forma, pois, pelo que coletei até aqui, considero que a família patriarcal, fundamentada no casamento monogâmico, reflete sua origem histórica e "manifesta com clareza o conflito entre o homem e a mulher, originado pelo domínio exclusivo do primeiro..." (Engels, 1981, p. 73).

Ficam claras também as contradições que se encontram inseridas na relação do poder paterno com os diversos sujeitos que lhe deviam submissão. Mas, apesar do domínio ao senhor patriarcal, há momentos em que ele é dominado pela própria superação do(s) seu(s) contrário(s).

CAPÍTULO IV

CONJUNTO DE ELEMENTOS QUE CONSTITUIA O PROCESSO EDUCATIVO NO BRASIL-COLÔNIA

O motivo principal da colonização portuguesa era esstritamente comercial, por isso o Rei administrava os problemas da colônia, conforme os interesses da captação de lucros.

"Para a política portuguesa, não havia aqui uma sociedade ou uma economia de que se ocupar, fosse embora em função dos interesses portugueses, mas tão-somente "finanças" a cuidar. Lendo-se a maior e mais importante parte da correspondência oficial e da legislação relativa ao Brasil, percebe-se isto imediatamente. Aliás nunca se procurou escondê-lo, e o Real Erário é o personagem que representa em nossa história colonial, e sem nenhum disfarce, o maior papel". (Prado Jr., 1973, p. 363).

Dessa forma, de uma maneira geral, inicialmente a educação escolarizada não fazia parte dos objetivos da administração da colônia, a não ser como instrumento utilizado pelos jesuítas como forma de conquista dos gentios e como mecanismo de expansão religiosa, que se dava através do ingresso dos filhos de proprietários rurais nos colégios e seminários, em busca de erudição.

Contudo, não eram todos os filhos desses proprietários que tinham acesso à educação formal, apenas aqueles que estivessem fora da esfera de atuação gerencial dos bens do latifúndio.

Tanto os primogênitos, como as mulheres brancas de elite, eram excluídos dessa possibilidade, porque eram eles que futuramente exerceriam papéis diretamente de extrema importância na preservação dos interesses dessa classe dominante. A

eles era destinada uma educação que tinha por objetivo assegurar o domínio da colônia:

"...predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas aqueles cabia o direito à educação e mesmo assim, em número restrito, porquanto deveriam estar excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção futura dos negócios paternos". (Romanelli, 1978, p. 33).

Tanto a metrópole, como os senhores de engenho centraram seus objetivos na questão econômica. O que importava era a produção das lavouras de cana, a descoberta de pedras preciosas, etc. Prova disso eram as dificuldades da expansão cultural. A imprensa estava proibida e a vinda de livros também, exceto para os jesuítas, cujas leituras eram em sua maioria feitas em latim. Leituras estas que dificultavam o acesso dos portugueses leigos, já que deveriam aprender o latim para entendê-los.

O papel além de muito caro, era escasso:

"O próprio sortimento de papel é mesquinho: duas ou três mãos, uma resma quando muito. De sua raridade há mais de uma prova. Em um pedacinho de quinze por doze centímetros estão o testamento de Paulo Bueno e os despachos que mandam cumprí-lo". (Machado, 1965, p. 100).

Era raro um professor que não fosse padre e o seu salário em geral apresentava-se muito baixo, desestimulando a docência. Isso ocorria porque não era interesse da metrópole que a educação formal na colônia fosse desenvolvida. Nesse período histórico, o modo de produção era agrícola e executado em moldes elementares. As técnicas empregadas no plantio e colheita se transmitiam oralmente e nem para os instrumentos rudes de

produção (enxada e raramente arado puxado a boi) eram a leitura e a escrita necessárias.

A reprodução do trabalho manual se fazia pela escravatura, seja pelo nascimento ou pelo tráfico negreiro.

Favorecer a aprendizagem da leitura poderia facilitar a penetração das idéias européias e com elas a emancipação do país, a igualdade dos nativos com relação aos portugueses, a emancipação da escravidão, acelerando a oposição colônia x metrôpole.

Eis um relato sobre os rendimentos de um professor do século XVII onde se observa a desvalorização do ensino.

"As classes particulares devem ser em número diminuto e de nível inferior, tão baixo é o salário dos mestres. Para ensinar uma criança a ler e escrever Antonio Pereira da Costa se contenta com meia pataca ao mês. Oitocentos réis pelo ensino de dois rapazes durante três meses recebe Diogo Mendes Rodrigues em 1670. Mais vale ser mestre de música".
(Machado, 1965, p. 99).

Além dessas dificuldades decorrentes da própria forma de colonização, através da exploração da colônia por parte da metrôpole, existia concomitantemente um conjunto de elementos que constituía o processo educativo tanto do homem como da mulher.

Esses elementos se entrecruzaram e formaram o quadro que compôs a rede ideológica da educação de uma maneira geral. Foram especificamente: a família, a igreja, a religião e as tradições, bem como as influências do negro e da negra. Todos germinaram de certa forma, a educação branca dominante no período colonial.

Sendo portugueses os nossos colonizadores, natural é constatar a importação de modelos portugueses para a nova terra.

A tradição ibérica, transposta de Portugal para a colônia, considerava as mulheres como seres ignorantes e inferiores, pertencendo assim o sexo feminino ao "*Imbecilitus sexus*" (expressão que corresponde aos inferiores natos: crianças, doentes e incompetentes). Essa tradição decorre em parte das influências mouras em Portugal. Durante os oito séculos da permanência dos árabes nesse país, foram sendo infiltrados pouco a pouco traços de sua cultura, sua moral e de seus costumes.

O valor social da mulher entre esses povos sempre esteve diretamente ligado à limitação do seu espaço ao mundo do místico.

"A influência de Portugal tal qual era, resguardando espôsas e filhas, com zelo excessivo, e mesmo muitas vezes, com severidade e ciúmes, e que, transportadas para a colônia, adaptando-se às condições do meio, sem contudo perder nada do seu rigorismo, melhor condiciona a situação da mulher brasileira. Aliás, essa mentalidade constituía uma tradição generalizada na Europa, certamente mais acentuada na Península Ibérica..." (Rodrigues, 1962, p. 32).

Dos mouros foi herdada também a idéia da reclusão feminina. O ciúme seria o motivo do resguardo da mulher no lar. Ciúme que, como foi verificado em páginas anteriores, é decorrente também das contradições da família monogâmica.

Resguardada, a mulher branca de elite não participava da vida social em situações de calma, limitando-se seu espaço geográfico da casa à Igreja, que muitas vezes constituía-se em capelas construídas na própria propriedade rural.

Luccock, viajante que esteve no Brasil no princípio do século XIX fez uma observação da reclusão:

"...as mulheres das classes altas e médias, e especialmente as mais moças, vivem muito mais reclusas que em nossa própria terra. O pouco contato que os costumes com elas permitem, dentro em breve, põem a

nã a sua falta de educação e instrução. Isto, aliã, fazia parte do sistema declarado; estava assentado que o saber ler para elas não devia ir alẽ do livro de rezas, pois que isso lhe seria inútil, nem tampouco se desejava que escrevessem a fim de que não fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte". (1)

É interessante notar que as mulheres portuguesas e brasileiras casavam-se cedo, como já mencionei anteriormente. Com doze ou treze anos eram mães e aos vinte anos, se não se casassem, eram consideradas solteironas. Aliã, ser uma mulher solteira, representava uma exceção que não era bem vista diante dos objetivos da sociedade colonial. Logo as chamavam de feitiçeras, indesejáveis, rejeitadas, ou beatas. Contudo, muitas optaram por preservar sua virgindade, mesmo correndo tais riscos de humilhação:

"Diante deste estado de desconfiança e opressão, a mulher se libertou frequentemente optando pela virgindade, escolhendo a vida de beata ou recolhida: foram elas que tiveram influência decisiva na formação do catolicismo dos pobres no Brasil. A opção pela virgindade - como em outras épocas da História da Igreja - significou no Brasil português, machista e dominador, uma recusa de gerar e criar filhos para o outro". (Hoornaert, 1979, p. 374).

Isso porque, como citarei em páginas posteriores, alẽ do casamento, a única possibilidade das mulheres obterem uma posição relevante na vida colonial era nos conventos. Estes serviriam de verdadeiros reflexos da sociedade colonial, onde as mulheres adquiriam um espaço de atuação.

Convẽm ainda lembrar que, comportando-se dentro dos moldes da tradição ibérica trazida de Portugal, as mulheres não praticavam exercícios físicos e engravidavam continuamente.

(1) J. HAHNER, *A mulher no Brasil*, p. 32. John LUCCOCK residiu no Brasil no princípio do século XIX (1808/1818). Escreveu "Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma permanência de dez anos nesse país" in: *Enciclopédia Larousse*.

Assim, o corpo das mulheres da época colonial perdia a graciosidade e aos quarenta anos eram verdadeiras matronas, obesas e quase sempre mau-humoradas. Esse mau-humor, provavelmente, refletia o descontentamento com a própria situação de decadência física e a inveja que possuíam da negra, que com essa idade ainda conseguia reunir atrativos para o senhor da casa-grande:

"Parece que as negras não ficam velhas tão depressa, nos trópicos, como as brancas; aos quarenta anos dão a impressão de corresponder às famosas mulheres de trinta anos dos países frios e temperados. Uma preta quarentona é ainda uma mulher apenas querendo ficar madura; ainda capaz de tentações envolventes". (Freyre, 1975, p. 44).

Essa situação decorria, talvez, do tipo de trabalho que as mulheres das diferentes classes exerciam nesse período.

O fato das negras realizarem tarefas mais pesadas, que demandavam força física, possivelmente dava-lhes mais resistência e agilidade ao organismo, além do fato de não gerarem tantos filhos como as mulheres brancas de elite. Na Bahia, as africanas tinham poucos filhos "...quando a escrava conseguia a alforria e podia pensar numa vida de família, já havia passado seu tempo de poder ou querer ter filhos". (Reis, 1986, p. 228). Já as atividades das mulheres brancas se restringiam ao comando da escravaria, à procriação e à administração da casa, o que contribuía para a sua obesidade e flacidez.

Debret relata a rotina do dia-a-dia de uma propriedade rural, e a descrição das funções de uma dona-de-casa:

"Quanto aos hábitos, seguindo os costumes ancestrais, ocupa-se a mulher, exclusivamente, da fiscalização e manutenção de numerosa família, em geral constituída de doze a quatorze filhos ou às vezes mais; mas sujeita, pela exigência dos negócios, a

ver seus filhos exercerem funções longe dela, seu consolo limita-se à gratidão de suas filhas, que se revezavam para vir com sua pequena família fazer-lhe companhia e enriquecer sua solidão com uma descendência nova igualmente cara a seu coração. Obedientes desde o berço aos hábitos de sua mãe, como ela se levantam de madrugada e, após o banho habitual, saem para respirar o ar fresco. Ao fim de uma hora de passeio, a dona da casa volta e vai sentar-se na sua marquesa, que lhe serve de leito de repouso durante o dia; perto dela se mantêm sempre duas ou três mucamas à espera de ordens, enquanto os outros escravos arranjam a casa até o almoço às oito horas da manhã. Depois da refeição que se com põe de chá, café ou chocolate, o dono da casa vai ver os seus negros trabalharem e a senhora volta para o seu lugar até a hora do jantar, servido entre 1 e duas horas. Saíndo da mesa todos fazem a sesta até às quatro horas. Depois dessas duas horas de descanso, acordam, mais ou menos banhados de suor e com a boca ardente; esforçam-se então para acalmar a sede que os devora, ingerindo grandes copos de água, e estacar a transpiração que lhes escorre do peito". (Debret, 1975, vol. I, p. 146).

Essa citação revela que aliado às atividades de administração doméstica, existia o ócio cultivado pelas mulheres brancas de elite na colônia. Aliás o ócio da nobreza também foi transportado de Portugal para a colônia. Ócio carregado de inanição.

As mulheres e os homens portugueses pertencentes à classe senhorial consideravam o trabalho indigno para si. Assim como os romanos, que para todo o trabalho produtivo usavam o escravo e na usura excederam todos os que nos antecederam, da mesma forma, os fidalgos portugueses transformados em proprietários rurais na colônia, achavam que todos pertencentes à raça branca não deveriam trabalhar.

"Uma pequena parte de fidalgos, pobres em Portugal, donos agora de imensas extensões de terra, transformados em proprietários rurais, origem da nova casta de senhores de engenho que de acordo com os mais recentes modelos de decadente fidalguia portuguesa da época, consideravam o trabalho da terra humilhante..." (Basbaum, 1982, p. 60).

Essa talvez seja uma das mais importantes influências do sistema escravagista na colônia: a desvalorização do trabalho manual que, como citarei, só foi contestada por Luís Antonio Verney, no período das reformas pombalinas no final do século XVIII.

Além do preconceito ao trabalho manual que implicava em imobilidade, as portuguesas assimilaram da tradição moura o costume de sentarem em cima dos joelhos ou agachadas, além de não praticarem o hábito de caminhar ou cavalgar. Qualquer percurso, curto ou longo, era sempre feito pelos escravos, tanto em cadeirinhas como em redes. O Conde Maurício de Nassau, ao enviar a sua impressão ao país de origem, sobre os portugueses, faz uma menção sobre a indisposição física de suas mulheres:

"Os homens e as mulheres portuguezas pouco tem de bonitos: são seccos de rosto e corpo, e a pelle é negra (swart van huyt). De ordinário as mulheres, ainda moças, perdem os dentes, e pelo costume de estarem de continuo sempre sentadas, não são tão ágeis..."
(Rev. Ins. Arc., e Geogr. Pern., 1887, p. 174).

Outro costume assimilado dos mouros é a utilização da manta negra para cobrir a cabeça (baeta). Esse se apresentava também como um recurso para burlar a vigilância que a sociedade impunha. Percebendo tal situação, em 1775, o General Martin Lopes Lobo da Saldanha proibiu o uso das baetas:

"Nada mais lúgubre do que o aspecto de semelhantes as pectros negros e nada mais próprio aliás a prática de desmandos, pois, deste modo, com as caras todas tapadas, tanto nas ruas como nas igrejas, se precipitavam muitas a entrarem até de dia em casas de homens onde não a entrariam se lhes não desse ousadia o barão rebuço" (Annaes Paulista, 1922, p. 321).

No entanto, as baetas, comum aos povos de origem ibera, triunfaram. Ainda por muito tempo elas foram usadas.

As relações sociais também se apresentavam com feições diferentes na colônia. Os grupos eram separados em homens e mulheres, a tal ponto que dois homens podiam se conhecer perfeitamente sem que um trocasse uma palavra com a mulher do outro, o que revela subreptemente a ideologia da inferioridade feminina.

"Nos bailes dançavam-se danças figuradas, apenas trocando damas e cavalheiros uma ou outra palavra rápida [...] Nos jantares de família as mulheres, do mesmo lado da mesa e em frente aos homens, guardavam respeito-silêncio enquanto os parentes masculinos, contrangidos com a sua presença, esperavam para conversar a vontade quando se retirassem as senhoras". (Annaes Museu, p. 323).

Outro elemento que contribuía para a formação da educação colonial era a Igreja.

A influência da Igreja católica esteve presente tanto na vida doméstica, como através das edificações de igrejas e capelas e, posteriormente, nos conventos de clausura.

Entretanto, o catolicismo dos brasileiros teve uma forma diferente daquela empregada no mundo europeu.

"...o catolicismo dos brasileiros teve sempre um caráter peculiar, não diremos nacionalista, mas fortemente influenciado pelas religiões e superstições africanas. E cada chefe de família, sobretudo dentre as mais ricas, tinha sua religião católica particular, os seus santos domésticos, que muito pouco tinham de pureza católica". (Basbaum, 1975, p. 152).

Nesse sentido, essa doutrina caracterizava, através de seus representantes, o pensamento da classe dominante. Apesar de ser a única força capaz de ofuscar o senhor patriarcal, a Igreja não ofereceu nenhum instrumento de libertação à mulher

branca, ou a outros que estivessem sob a influência dos senhores proprietários de terras. Ao contrário, criou alianças de interesses com esses, tirando proveito do desregramento sexual e financeiro da colônia.

A regilião aparecia como mediadora entre o senhor e o escravo, entre o marido e a esposa, entre o pai e os filhos.

Assim, no que tange aos escravos, os padres aconselhavam resignação, passividade e esperança na vida eterna. Deviam pois, trabalhar e obedecer ao seu senhor e se conformarem com suas sinas. Nos seus sermões o vigário enaltecia o senhor de escravos, considerando-o como um pai, a ser temido e respeitado. Era esse o catecismo imposto ao negro pela Igreja.

Para o senhor, detentor das terras e do poder político, a Igreja aconselhava moderação tanto nos castigos aos escravos, como nas relações promíscuas com as escravas da fazenda ou com as prostitutas das cidades. Inversamente, era dentro do próprio clero que se encontravam muitos padres que tiravam partido da prostituição que existia na colônia.

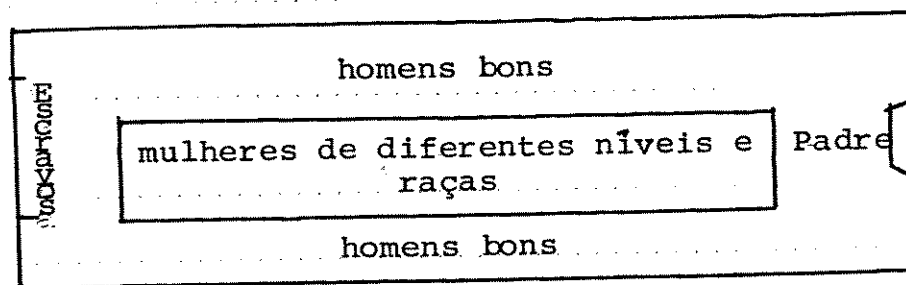
Em 1777, um Arcebispo da Bahia afirmou que os frades... *"nesta parte do mundo são religiosos por trazerem algumas vezes o hábito, porque se não trouxerem, em coiza alguma têm não diferença de um pae de família..."*⁽²⁾. Kidder confirma com o exemplo de um padre, que além de vivenciar as mesmas situações, não incentivava a instrução e revelava seus vícios: *"não gosto de livros, gosto mais de jogar"* (Kidder, 1972, Vol. II, p. 250).

As igrejas e capelas eram edificadas muitas vezes ao lado da casa grande e o padre ou morava nessas grandes propriedades ou as visitava frequentemente. Este, muitas vezes, de

(2) Instrução para o Marquês de Valença, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia. 10 de outubro de 1779. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 32, 1910, p. 439.

pendia do senhor rural. Existia na colônia o princípio "*Cajos regio illius et religio*" ou seja, quem manda na região manda também na religião. "Na minha fazenda, eu sou o papa", dizia um fazendeiro, que arbitrariamente, optara pelo repouso semanal dos seus escravos. (Costa, 1982, p. 233).

O senhor patriarcal contava com a igreja católica e com os padres com quem mantinha uma verdadeira aliança para preservação de interesses comuns. A própria arquitetura do templo revelava o poder paterno. No livro de Hoornaert existe uma descrição dos lugares ocupados pela população nos dias de missa, e na sua disposição percebe-se a hierarquia dos papéis da colônia:



Nessa disposição as mulheres ficavam "agachadas ou ajoelhadas" num plano mais baixo que os recintos laterais. Apesar de estarem misturadas com as escravas, cada uma tinha uma posição a ocupar. Os homens "bons" ⁽³⁾ ocupavam as laterais, num plano mais elevado. Eram eles os proprietários de terras, que "ficam em pé, simbolizando assim sua posição característica, tanto diante do clero como diante das mulheres e dos escravos... Esses, por último, ficavam também em pé, no fundo da igreja, quase na porta, 'espiando os santos', como o povo diz até hoje". (Hoornaert, 1979, p. 294).

(3) Homens bons - Esta expressão, de incerto significado, usada em sentido diverso nas leis, tem longas origens. "...o escopo íntimo da superioridade institucional do 'homem-bom' será o mesmo que inspira os conselhos portugueses: inscrever os proprietários e burocratas em domicílio na terra, bem como os seus descendentes, nos 'Livros da Nobreza', articulando-os, desta sorte, na máquina política e administrativa do império". Raimundo FAORO, *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 1985.

Por esses dados que revelam a posição ocupada por cada elemento na sociedade colonial, dentro das igrejas, é possível constatar a força do homem na família e na colônia. Mas essa disposição física era apenas uma das formas de evidenciar o poder masculino dos portugueses.

Um outro mecanismo de controle usado pela Igreja foi o confessionário.

"...aqui o confessionário absorveu os segredos pessoais e de família, estancando nos homens, e principalmente nas mulheres, essa vontade de se revelarem aos outros [...]. Nossas avós, tantas delas analfabetas, mesmo quando baronesas e viscondessas, satisfaziam-se com contar os segredos ao padre confessor e a sua mucama de estimação". (Freyre, 1975, p.IXXVI)

Ao revelarem aos padres seus segredos, davam a liberdade aos confessores, que sabendo dos acontecimentos proibitivos, tinham tanto a mulher, como qualquer elemento dessa sociedade em suas mãos, apesar do juramento sagrado do segredo da confissão.

Contribuíam dessa forma com os objetivos dos colonizadores, no sentido de reforçarem nas mulheres brancas a função de reprodutoras da elite dominante. Para isso introjetavam a crença nos santos, além de tentarem reprimir o adultério:

"Os interesses de procriação abafaram não só os preceitos morais como os escrúpulos católicos de ortodoxia; e ao seu serviço vamos encontrar o cristianismo que, em Portugal, tantas vezes, tomou características, quase pagãs de culto fálico". (Freyre, 1975, p. 246).

Um santo que recebia muitas promessas de mulheres estéreis, ou com dificuldades de fecundação, era São Gonçalo do Amarante. Este, como outros santos, representava para elas, a esperança de gerar a continuidade da família patriarcal e do

seu poder.

A Igreja católica foi, dessa forma, um espaço que reproduzia o mesmo ideal de educação da casa grande para as mulheres escravas e senhoras.

Entrosada desde a idade média através de papas e Reis de Portugal, com o poder leigo, a igreja tinha uma dependência financeira com o Reino e conseqüentemente uma aliança política.

Entretanto, contraditoriamente, as circunstâncias nem sempre refletiam aquilo que era esperado. Por ser o único lugar, além da casa, ao qual as mulheres podiam ir, a igreja transformou-se em um local para diversas utilizações. Era ali que iam rezar, ver as modas, namorar às escondidas atrás dos muros, ou mesmo onde veiculavam-se as notícias.

"Naquele tempo em que não havia imprensa, as beatas faziam nas igrejas o jornal falado, veiculando as notícias do dia. [...] as beatas contavam as novidades de casamentos, de recentes partos destas ou daquelas, ou conjecturas de mortes para estes ou aqueles, a descrição das moléstias, as mil coisas triviais da vida". (Freyre, 1975, p. 110)

Muitos dos adultérios praticados pelas esposas, tinham o enredo inicial nos flertes das missas rezadas em latim. E se o padre era o "vigia" dos maridos, a celebração de costas para o povo impedia-lhe de ter controle sobre os acontecimentos "indesejáveis".

Na educação colonial, também outro elemento teve influência, apesar de ser negado: os costumes e tradições dos negros africanos. Esses, mesmo sendo do povo dominado, influenciaram a educação branca. Na vida doméstica, eram os filhos dos senhores rurais entregues exclusivamente à guarda e ao convívio dos negros. A "mãe-preta", além do carinho, transmitiu,

maternamente, todas as influências africanas, desde crenças e superstições, à comida, danças, etc.

Com relação às superstições, elas representam um elo muito forte na concepção de vida do branco. Debret cita a educação religiosa de uma brasileira, ainda no século XIX, repleta de crenças nos poderes misteriosos dos diversos vegetais.

"Por exemplo, é sob a proteção de São João Batista que se coloca a arruda, a que a superstição atribui uma influência universal sobre a felicidade. Essa planta maravilhosa costuma ser respeitosamente cultivada nos jardins e o seu grande consumo faz dela um objeto infalivelmente lucrativo". (4)

Sobre as moças que se casam:

"Assim é que ainda hoje se procura fazer crer. às recém-casadas brasileiras deverem elas evitar cuidadosamente de cheirar uma rosa, pois seu perfume, afirmam, pode ser nocivo a concepção. Essa proibição, que visava inicialmente proteger a delicadeza do sistema nervoso, tão sensível aos odores, teve mais tarde maior rigor em virtude do cálculo dos maridos ciumentos, os quais procuravam assim de antemão, desacreditar as primeiras tentativas simbólicas dos conquistadores que procurassem cortejar-lhes as mulheres". (Debret, 1975, Tomo II, p. 46).

As influências dos escravos africanos também passaram pela linguagem. Os padres tentavam corrigir as sinhá-moças e moços com varas de marmelo dos costumes absorvidos de seus negros:

-
- (4) Informações dessa natureza são encontradas no livro de Jean Baptista DEBRET, que esteve na missão de artistas em 1816 - que D. João VI mandou vir da França. Fundou a Academia de Ciências, Artes e Ofício do qual foi lente, no Rio de Janeiro. O livro "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil" foi publicado em 1939 em Paris e nele constam além de quadros pintados sobre a época, relatos de grande importância para a compreensão dos costumes do período colonial e do Império. In: Enciclopédia Larousse, J.B. DEBRET, Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Tomo II, p. 46.

"Para Frei Miguel - padre-Mestre às direitas - era com os portugueses ilustres e polidos que devíamos aprender a falar, e não 'com tia Rosa', nem 'mãe Benta', nem com nenhuma preta de cozinha ou senzala. Meninos e moças deviam fechar os ouvidos aos 'oxentes' e aos 'mê deixe' e aprender o português correto..." (Freyre, 1975, p. 334).

Porém era muito difícil não sofrer as influências dos negros africanos no período colonial, uma vez que eram em número superior aos próprios brancos. A educação da raça branca não podia ficar preservada dessa influência. Principalmente a mulher, que vivia reclusa na propriedade, cercada de mucamas e submetida ao poder paterno. Além de ignorantes, possuíam essas mulheres uma imensa imaturidade.

Quanto à educação formal para a mulher, tanto no Brasil, como em Portugal, era considerada uma "heresia social".⁽⁵⁾ Essa heresia deveria ser necessária ao sexo masculino, pois limitando o acesso das mulheres à educação formal, não disputariam algo que era inerente à supremacia masculina. Enquanto permanecessem analfabetas, o controle paterno teria melhor resultado. Resultado nem sempre favorável, pois pela falta de conhecimentos da escrita muitas mulheres colocaram em risco os bens da família, como citarei quando tratar as espoliações de heranças.

Porém era da própria metrópole que provinha a concepção de que não ficava bem o exercício das artes da escrita e leitura para o sexo feminino e de que nem sempre as mulheres portuguesas eram tratadas com consideração, chegando em alguns lugares a serem vistas pouco mais do que como escravas. A ideologia que se difundia, através dos contos e poemas da época não representava outra coisa, do que o ideal da educação doméstica da mulher portuguesa.

(5) D. Antonio da Costa assinalou que: "...O ensino do sexo feminino heresia social se consideraria". D. Antonio da COSTA, História da instrução popular em Portugal, in: Luiz Alves de MATTOS, *Primórdios da educação no Brasil*, p. 38.

Os poetas daquele período tinham na literatura um veículo transmissor repressivo da instrução, na medida em que concretizavam e encarnavam as idéias da supremacia masculina.

Através dos textos escritos por eles, havia a reprodução do que interessava ao domínio paterno, ou seja, de que a instrução não fazia parte da educação feminina.

Um exemplo dessa época, é a do poeta português, Gonçalo Trancoso, que afirmava que a mulher não tinha necessidade de ler e escrever e, se possível, não deveria falar. "Afirmo que é bom aquele refrão que diz: a mulher honrada sempre deve ser calada". Também o seu abecedário moral contém implícito o padrão de comportamento de uma dama dentro da sociedade tanto portuguesa como colonial. Sua obra foi muito apreciada durante o período, o que revela a importância da literatura como veículo de transmissão de uma ideologia dominante. Esse abecedário moral foi apresentado em forma de uma carta a uma dama que gostaria de aprender ler. Observe:

"Senhora. Agora me deram um recado da parte de Vossa Mercê, em que me pedia lhe mandasse um ABC feito de minha mão, que queria aprender a leer porque se acha triste quando ve senhoras de sua qualidade, que na igreja rezam por livros e ela não. Folguo que de seje saber leer pera rezar por livros, que é bom; porém, já que não aprendeu na meninice em casa do senhor seu pai com suas irmãs, deve agora contentar-se com as contas (do rosário), pois não sabe leer, pois já é casada e passa de vinte anos de idade. Porém se este conselho não lhe parece bom ou se a não satisfaz, por obedecer a seu rogo lhe mando aqui com esta um abecedário que Vossa Mercê aprenda de cor; o qual é que:

- A - quero dizer que seja amiga da sua casa;
- B - benquista na vizinhança;
- C - caridosa para com os pobres;
- D - devota da Virgem;
- E - entendida no seu ofício;
- F - firme na fé;
- G - guardadeira de sua fazenda;
- H - humilde a seu marido;
- I - inimiga de mexerico;
- L - lial;

M - mansa;
 N - nobre;
 O - onesta;
 P - prudente;
 Q - quieta;
 R - regrada;
 S - sîzuda;
 T - trabalhadeira;
 V - virtuosa;
 X - xã (simples)
 Z - zelosa da honra.

Quando tiver tudo isto anexo a si, que lhe fique prôprio, creia que sabe mais letras que todos os filôsofos. Confio em Vossa Mercê que o experimentará e achará certo". (6)

Ao analisar os significados correspondentes das letras desse abecedário, pude obter vários elementos que compunham a rede ideológica transmitida na época. Nele encontram-se inseridos os vários elementos que influenciaram a educação feminina.

A letra A, a meu ver, revela o ideal da educação da mulher restrita ao círculo doméstico, o seu único espaço de atuação, além da Igreja. A letra B, impõe a necessidade dela possuir um relacionamento cordial com os mais próximos. A letra C, revela que a dama deve possuir um caráter assistencialista com a classe explorada. A letra D, permite que se veja a influência da imagem que a Igreja passa de Maria, como o exemplo da mulher passiva e resignada. Nesse sentido, aparece a atuação do catolicismo como elemento mediador entre o poder masculino na esfera doméstica e a passividade feminina através de exemplos religiosos. A letra E, atribui o papel da mulher como administradora da casa, procriadora, etc. A letra F, revela o peso da Igreja católica e seus mandamentos, onde a mulher ocupa

(6) Gonçalo Fernandes TRANCOSO foi um poeta português do século XVI. Escreveu "Histórias de Proveyto e Eixempro" em 1569 e publicado em 1575. Reeditado e muito popular até o século XVIII, inspirou-se em Boccaccio, Bandella, Sachetti e na tradição oral. In: Enciclopédia Larousse. O texto acima citado encontra-se em Leda Maria Pereira RODRIGUES, *A instrução feminina em São Paulo*, p. 34.

sempre o papel inferior em relação ao homem de sua classe. O G tanto demonstra a restrição do espaço físico feminino, como o seu papel de guarda da propriedade. O H mostra com clareza a tentativa de evidenciar a supremacia masculina diante de qualquer resistência, tais como o adultério ou a equiparação de privilégios. A letra I tenta afastá-la de qualquer envolvimento em conversas que coloquem em risco "a felicidade do seu lar". E assim, sucessivamente, as outras letras reforçam qual era o tipo de educação desejada para a mulher da classe dominante.

Pela aceitação desse abecedário moral de Trancoso, que foi reeditado e tornou-se popular, percebe-se que as mulheres assimilavam sua função dentro de uma família, onde o poder absoluto pertencia ao homem. A educação que lhes era reservada era a doméstica.

Havia também fortes preconceitos limitando o acesso de mulheres ao mundo da cultura. O verso que se segue indica que não havia necessidade de ler nem escrever. Bastava que pudessem reproduzir a continuidade da classe e o ideal da educação estava cumprido. Mais importante que a sua educação formal era que a mulher branca fosse fértil, e gerasse muitos filhos:

*"Menina que sabe muito,
É mulher atrapalhada,
Para ser mãe de família,
Saiba pouco ou saiba nada..." (7)*

E realmente, pouco sabiam essas mulheres. Muitas nem o português pronunciavam. Em São Paulo, as primeiras matronas, devido ao contato prolongado com os seus escravos indige-

(7) Luís Edmundo foi escritor e jornalista brasileiro (1880/1961). Escreveu as seguintes obras: "A corte no Rio de Janeiro", p. 299, s.d., "O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis" em 1932; "O Rio de Janeiro do meu tempo", 1938; "Recordações do Rio antigo", 1930; "A corte de D. João no Rio de Janeiro", 1937; "Olhando para trás", 1934 e outros, in: Enciclopédia Larousse. O texto citado encontra-se em M. Odila da S. DIAS, *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, p. 26

nas, não falavam outra língua a não ser a dos gentios. Em 1768, o governador Artur de Sã e Menezes dirigindo-se às igrejas do Sul dizia: ...*"A mayor parte daquella Gente se não explica em outro ydioma (o guarani), e princípalmente o sexo feminino"*. (Rodrigues, 1962, p. 36).

O governo metropolitano, nos termos relativos aos deveres dos tutores disposta na Ord. 1.88 - 15 e 16 (Machado, 1965, p. 100), incutia o papel reservado a cada sexo, e como aqueles deviam educar as crianças de ambos os sexos. Assim, eles assumiam o compromisso de: *"Ensinar os machos a ler e escrever e contar, e as fêmeas a coser a lavar e fazer renda e todos os misteres que as mulheres por suas mãos usam, e a todos os bons costumes"*. (Machado, 1965, p. 100)

A primeira mulher no Brasil de que se tem notícia que sabia ler e escrever, foi a filha que Diogo Alvares Correia, o Caramuru, teve com a índia Moema ou Paraguassu. No dia 26 de Março de 1561, ela escreveu uma carta de próprio punho ao Pe. Manoel de Nóbrega. Seu nome ainda não está esclarecido nas fontes pesquisadas. Há controvérsias que indicam a necessidade de maior aprofundamento⁽⁸⁾

A educação formal, entretanto, estaria reservada ao sexo masculino, e a incumbência de tal fato foi de responsabilidade exclusiva dos padres da Companhia de Jesus. Porém, apesar de toda essa expectativa em relação à mulher, e da pouca função da educação numa sociedade agrária dependente, vimos páginas atrás que o próprio modo de existir do Brasil como colônia exigiu muitas vezes aprendizagem informais do sexo feminino que se

(8) Otto SCHNEIDER, *Curiosidades brasileiras*, p. 20 refere-se a Madalena Paraguaçu como a primeira brasileira alfabetizada, mencionando a carta como prova. Adalzira BITTENCOURT, *A Mulher Paulista na História*, p. 51 relata a bahiana pelo nome de Madalena Caramuru. Infelizmente esses dois autores não remetem a fonte primária dessa informação. Seria interessante resgatar essa carta, que representa o primeiro documento escrito por uma mulher alfabetizada, bem como descobrir o seu conteúdo.

mostrou hábil e competente para conduzir a administração do latifúndio. Veremos posteriormente como foi capaz de burlar a vigilância dos maridos e pais através da linguagem simbólica das flores enviadas a amantes e namorados. E sob a aparente passividade desfiguraram cruelmente e de modo irreversível as escravas, objeto de amor sexual de seus maridos. Vimos também como através do sexo e dos costumes as escravas dominadas se tornaram dominadoras.

O ensino jesuítico

De 1549 a 1759⁽⁹⁾ funcionou na colônia o plano de ensino elaborado pela Companhia de Jesus. Além do ensino de português, do latim e da doutrina cristã, os alunos aprendiam com a leitura e a escrita, a música. Esses alunos eram filhos dos colonos e filhos dos índios. Aos primeiros dava-se a possibilidade de continuarem seus estudos na Europa, caso apresentassem tendências favoráveis ao prosseguimento. Quanto aos indígenas, esses aprendiam o ensino elementar principalmente o catecismo, a fim de que fossem imbuídos da ideologia da raça branca, conseqüentemente da idéia de sua submissão a essa raça.

Com relação à instrução feminina, encontrei referências às tentativas feitas por parte dos jesuítas desde o início da colonização. Porém oficialmente, a educação formal seria destinada apenas ao sexo masculino.

"Foram eles... 'os primitivos mestres do Brasil e seus colégios dedicados ao sexo masculino'". Na bula de aprovação da Companhia, onde se inclui a fórmula do instituto, encontra-se a finalidade da fundação com a seguinte frase:

(9) A expulsão da Companhia de Jesus deu-se em 1759, por Pombal.

"nomeadamente ensinar aos meninos",⁽¹⁰⁾ (Leite, 1954, p. 6, Tomo I).

A primeira reivindicação pela instrução feminina, partiu dos indígenas, quando enviaram uma carta à Rainha D. Catarina, solicitando educação para suas mulheres:

"Naquele tempo, meados do século XVI, pouco se pensava na instrução das meninas. Em todo o caso dá-se o fato extraordinário de irem ter os índios com o Pe. Manoel de Nóbrega a pedirem-lhe que assim como havia padres para ensinar seus filhos, também desejavam mulheres virtuosas para as filhas".
(Moacyr, 1936, p. 10) (11)

Porque a reivindicação partiu dos indígenas e não dos colonos? A resposta se encontra no bojo do próprio projeto de colonização.

Os colonos estavam interessados nos produtos que a nova colônia poderia proporcionar. A própria catequização dos gentios era uma tentativa de conseguir mão-de-obra para esse tipo de tarefa. Cada um tinha um papel a ser desempenhado nessa nova sociedade. Sociedade formada nos mesmos moldes das tradições portuguesas.

A educação para os colonos era aquela fundamentada nos interesses econômicos e a mulher tinha como função apenas a procriação que desse segmento ao domínio da classe dominante.

Na simplicidade natural de sua cultura primitiva, o indígena que via na mulher uma companheira não via razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Não viam o perigo que pudesse representar o fato de suas mulheres aprenderem a

(10) Grifo meu.

(11) Também MATTOS relata que "A idéia parece ter partido inicialmente dos próprios indígenas da Bahia, que por volta de 1552 procuraram Nóbrega para pedir-lhe que fundasse também recolhimento para suas filhas, confiando-as a mulheres cultas e virtuosas". Luiz Alves de MATTOS, *Primórdios da Educação no Brasil*, p. 88.

ler e a escrever, como os brancos os preveniam. Condenar ao analfabetismo e à ignorância o sexo feminino lhes parecia uma idéia absurda. Isso porque o trabalho tanto do homem, como da mulher indígena era considerado equitativo e socialmente útil. Não havia disputa entre um sexo e outro. Como Engels afirma, na origem dos povos primitivos não existia hierarquia, todos os membros tinham direitos e obrigações. Assim as oportunidades de adquirir conhecimento eram equilibradas. *"Todos os cronistas do Brasil quinhentista se admiravam da harmonia conjugal existente entre os indígenas brasileiros."* Anchieta escreve: *"Sempre andam juntos"*. (Hoornaert, 1982, p. 376).

Nóbrega achou a idéia originalíssima. Ele e outros padres na colônia fizeram várias tentativas, através de cartas, no sentido de conseguir autorização régia para abrir recolhimentos para jovens mulheres indígenas aprenderem o catecismo e consequentemente a leitura e a escrita. Entretanto, a metrópole negou a iniciativa, qualificando de "ousado" tal projeto, devido ao perigo que isso pudesse representar... O perigo era a possibilidade da instrução viabilizar um grau de consciência às mulheres, em relação à sua submissão perante o outro sexo. Aliás, como já frisei, em Portugal as mulheres eram impossibilitadas de obterem instrução: *"Na própria metrópole não havia escolas para meninas, apenas recolhimentos que visavam o ensino de afazeres domésticos, e a mentalidade era considerar a instrução feminina como algo supérfluo e mesmo perigoso"*. (Rodrigues, 1962, p. 18).

Outra tentativa foi no ano de 1556. O Pe. Luís de Grã escrevia ao Padre Inácio de Loyola explicando a importância da instrução feminina para a sociedade colonial em formação:

"Como nōs no podemos tener congregaciōn de mugeres, que en niñas, aprendan y se quiten de los costum-bres de las suias, si ia no oviessse entre los blan-cos mugeres viejas y honestas que las ensenassen y el Rei proveiesse como se sustentassen, no tienen los moços que ansí recogemos con quien casar sino com índias, y como el suegro en esta tierra tiene el marido de la hija subiecto y los hermanos della al cuñado, a todo tiempo se la quitarian: por esso ensinar en las Aldeas es ganar a todos". (12)

O objetivo de Nōbrega e dos outros jesuítas era que ... "a educação feminina na colônia poderia vir a colaborar de forma eficiente na obra de catequese e conversão do gentio e na formação de famílias..." (13)

Mas, o objetivo educacional dos jesuítas sō era co-mungado pelos portugueses no que tocava à dominação dos gentios, e instrução dos filhos da classe dominante. De acordo com Pai-va,

"...compreende-se que a pregação da religião tenha feito parte de todo um conjunto de recursos usados para a consecução dos grandes objetivos assinalados pelo estamento dominante para a sociedade". (Paiva, 1982, p. 99)

e não se deve, com efeito, "analisar o processo colonial como um empreendimento do comércio ao qual se tenha associado a Igre-ja, um à busca do ouro, outro à busca das almas". (Paiva, 1982, p. 99).

(12) Carta ao Padre Luís de Grã ao Padre Inácio de Loyola, Pira-tininga, 8 de julho de 1556 in: Serafim LEITE, *Cartas dos primeiros jesuítas*. Vol. II, p. 294.

(13) "Para ele, a educação feminina na colônia não era apenas um requinte de erudição humanística. Era uma questão muito mais grave; tratava-se nada menos que de lançar sólidos fun-damentos para a obra gigantesca da moralização dos costu-mes da colônia incipiente, dotando-a de famílias genuina-mente cristãs. Os gērmens educativos e moralizadores dos recolhimentos masculinos cairiam em terreno sáfaro se não encontrassem correspondência nos frutos produzidos pelos projetados recolhimentos femininos". Luis Alves de MATTOS, *Primórdios da educação no Brasil*, p. 92.

De acordo com a visão quinhentista, o homem português não poderia dissociar a fé dos interesses econômicos, para ele ambos eram prioridades. Assim é que o Pe. Manoel de Nóbrega acreditava piamente no fato de que abrindo recolhimentos femininos traria mais almas para o Reino de Deus e de Portugal. E isso se objetivava melhor, quando se sabia que a presença feminina era maior nos cursos de catecismo. O Pe. Anchieta, nas "Annua", enviadas de Piratininga a todos os estabelecimentos, deixa transparecer essa preocupação...

"Nesta aldeia, cento e trinta de todo o sexo e ida de foram chamados para o catechismo e trinta e seis para o batismo, os quais são todos os dias instruídos na doutrina, repetindo as orações em português e na sua própria língua; o concurso e frequência das mulheres é maior..." (14)

Apesar da insistência dos vários pedidos à metrópole, o projeto foi veementemente negado pelo governo português e dessa forma a instrução permaneceu como privilégio masculino. "Assim os padres acabaram ministrando em princípio, educação elementar para a população índia e branca (salvo as mulheres) educação média para os homens da classe dominante..." (Romaneli, 1980, p. 35).

Dessa forma, ficaram as mulheres analfabetas e consequentemente expostas a enganos de elementos masculinos, que por vezes resultavam em espoliações, roubos de propriedades através de falsificações testamentais ou escrituras. Por não saberem escrever, havia a necessidade de serem representadas pelos homens. Eram eles que assinavam os documentos que indica-

(14) Joseph de ANCHIETA, Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554, de Piratininga, p. 39, in: Leda M. P. RODRIGUES, A instrução feminina em São Paulo, p. 19.

vam a herança dos bens que possuíam.

Paes Leme conta-nos o caso de Da. Isabel Pires Monteiro, que do primeiro casamento tivera uma filha e herdara uma fortuna. Casada novamente com João Fernandes de Oliveira, que também tinha um filho, se viu lesada pelo próprio marido. "Fez lavrar uma escritura sem sua mulher ser sabedora, e em cujo nome assinou um clérigo, por ela não saber ler, nem escrever". (Rodrigues, 1962, p. 38)⁽¹⁵⁾. Através dessa escritura a filha de Da. Isabel foi espoliada dos bens de seu pai, os quais ficaram pertencendo ao padrasto e conseqüentemente ao seu filho. Esse exemplo ocorreu com bastante freqüência durante o período colonial, e é uma das razões de muitas famílias ditas "nobres" se reduzirem à completa miséria.

Se por um lado os pais e maridos não permitiam a leitura e a escrita às suas mulheres com receio de perderem o domínio sobre elas, por outro lado, a ausência de instrução foi motivo de transferências de riquezas a aproveitadores de ocasião. Riquezas estas construídas ao longo de décadas ou séculos, tendo na base o trabalho escravo, que através de uma assinatura indevida extinguíam-se.

A desproteção, a insegurança das mulheres da época colonial apresentavam-se de uma maneira tão acentuada, ao ponto de serem constantemente submetidas à humilhação. Kidder conta que quando Manoel Beckman e seu irmão Tomás rebelaram-se em 1682, contra a solução da Coroa em proibir a escravização indígena no Maranhão, o primeiro foi executado. Nessa ocasião, sua família ficou na miséria, pois os bens de Manoel Beckman foram confiscados. Sua mulher, viúva, com duas filhas sem dotes para

(15) Alcantara MACHADO revela que em 450 inventários de 1578 a 1700, apenas duas mulheres sabiam ler e escrever. Nos documentos do tempo "se declarava o motivo de ser o ato assinado por outrem a pedimento da outorgante: por ser mulher e não saber ler". *Vida e Morte do bandeirante*. p. 101.

criar, não teve outra solução do que ir na antecâmara pedir a Gomes Freire, o mandante da execução de Beckman, que tomasse o lugar do pai de suas duas filhas órfãs, ainda que como escravas. Felizmente, quando os bens de Beckman foram a leilão, Freire os adquiriu com seus próprios recursos e os devolveu inteiramente às moças. (Kidder, 1972, vol. II, p. 158).

Mas eram raras atitudes como a de Freire. Normalmente essas senhoras perdiam todos os privilégios da classe que pertenciam e as filhas prostituíam-se. É bom lembrar que sendo o trabalho manual tarefa de escravos, a branca quando empobrecia prostituía-se como única alternativa que lhe restava no sistema colonial.

Poucas eram as mulheres que sabiam escrever.

Até 1627, somente duas mulheres de São Paulo sabiam assinar o nome. Eram Leonor de Siqueira, viúva de Luiz Pedroso e sogra do Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida, e Madalena Holst, viúva de Manuel Vandala, que parece flamenga. (Machado, 1965, p. 101).

Mas o abuso não era apenas financeiro, a questão da moral, aspecto importante nesse período, foi por vezes motivo de desgraça de muitas mulheres. Numa sociedade em que ao homem pertencia o poder absoluto, e conseqüentemente o direito de abusar desse domínio, aconteciam situações delicadas para as mulheres brancas de elite. Sem terem como reagir aos abusos do elemento masculino, muitas não tiveram formas de denunciar tais situações. A instrução nesses casos poderia representar um instrumento de resistência.

Prova disso é o registro que temos de D. Margarida de Mendonça que foi violentada por um nobre da corte e deixada à sua sorte. Teríamos, talvez, maior acesso a essa série de registros se as mulheres da época dominassem a escrita e pudessem

assim, recorrer aos superiores, embora estes pela própria ideologia do momento talvez não as atendessem.

O fato ocorreu, em 1611, sendo que a referida enviou uma petição para a Coroa, no sentido de que esta tomasse providências que obrigassem o suposto "marido" a casar-se legalmente com ela, tal qual o dito juramentou:

"Diz Dona Margarida de Mendonça, mulher fidalga, donzela, que ella estava em companhia de sua mãe Annã de Andrade, com muita honra e recolhimento, e tida em muita reputação, como he notorio a toda esta corte e todas as religiões e fidalguia e a mais gente. N'este anno de 611 entrou hum dia Nuno da Cunha em casa de minha mãe, dizendo queria casar comigo, e concertando-se a haver de ser em segredo, esperando alguns dias ao diante, mas por ora se queria juramentar; n'uma ermida dentro d'huma capella camhum missal e hum Christo se juramentou commigo, e fez voto, e alli sobre as chagas de Christo me recebeu por sua mulher, dizendo era christão e não haver mister mais testemunhas, pois elle era um fidalgo de bem e temente a Deos: e nas mesmas horas, não querendo esperar tempo, se entregou de mi e me forçou; gritando eu, me deu e me rompeu o fato, dizendo era eu sua mulher, e se gritasse, me mataria às punhaladas, se fallasse ou aqueixasse de algũa justiça nem secular nem ecclesiastica; ao que me salteavam as casas todas as horas com forças, mandando hum cafre seu, que he o seu governo, por-me as adagas no rosto, que o não accusasse em cousa nenhuma; pelo que Senhor me ficou algum fato em seu poder, e assim, mais me cortou hua gadelha de cabellos, que em seu poder tem, e outras cousas, que tudo me tomou; er assim mais me fez fazer a força hum papel de condições como elle quiz, trazendo a nota de sua casa, e quando o não fizesse, me houvera logo de matar; e assim peço pelas chagas de Christo e pelos meritos da Virgem sua Mãe e Vossa Magestade me faça justiça de tal força, prostrando-me nos pés de Vossa Magestade, dando querela do tal forçador, pedindo me faça Vossa Magestade justiça, justiça, justiça como rey e imperador que sois, pois senhor estaes na terra por rey, e justiça para que elle case comigo". (Boxer, 1975, p. 113).

Nos relatos de C.R.Boxer sobre essa carta, ele afirma que não sabe o que aconteceu, mas parece que Nuno da Cunha morreu solteiro em Sena, como Governador de Moçambique, em 1623.

Era difícil naquela época, as mulheres terem como

se defender dos enganos dos homens, principalmente daqueles que ocupavam cargos importantes aos interesses do Rei. Num contexto social onde os interesses reais fixavam-se em mercantilizar os produtos de suas colônias, os objetivos econômicos eram muito mais importantes do que a dignidade moral de uma dama da sociedade colonial.

Contudo o registro do fato serve para caracterizar a instrução como uma possibilidade de ser instrumento de protesto diante das situações provocadas pelo abuso do direito masculino.

Mas, apesar das mulheres, na sua grande maioria, não saberem escrever e isso acarretar consequências prejudiciais tanto a nível econômico, quanto moral e psicológico, havia mecanismos estratégicos usados por elas que impediam a reprodução das ideologias que o sistema machista e dominador da colônia veiculava.

Superavam as dificuldades decorrentes da ausência da escrita, principalmente, quando queriam fraudar as proibições que existiam com relação aos namoros proibitivos. Era a chamada correspondência amorosa das flores, como já citei anteriormente.

Embora esse fosse um dos motivos dos pais não apreciarem a possibilidade das filhas serem alfabetizadas, essa correspondência era feita através de uma linguagem que por muito tempo burlou a vigilância severa deles ou dos maridos.

Essa linguagem tinha como objetivo manter a correspondência amorosa com aqueles pretendentes indesejáveis para os pais. Constituíam-se de uma combinação engenhosa de interpretação simbólica das diferentes flores, construindo uma expressão daquele que a enviara. Era um pensamento ou uma ordem transmitida, aos quais podiam fazer ou ligar consequências diversas pela adição de inúmeras outras flores ou de simples folhas de cer

tas ervas convencionadas de antemão.

"Pensamentos suaves, cólera, hora do dia, lugar de encontro, tudo se exprimia de maneira mais simples. Mas como a chave dessa correspondência era entregue ao rapaz que devia responder, essa ciência, transmitida assim de geração a geração, tornou-se um objeto de mofo quando os progressos da educação feminina a substituíram pela escrita". (Debret, 1975, vol. II, p. 11).

Isso significa que havia resistência por parte das mulheres, em aceitar as imposições dos maridos ou pais ciumentados, mesmo que às vezes isso implicasse, quando descobertos, em verdadeiros castigos corporais.

Contudo, desde que tivessem dotes, era possível às mulheres da época colonial escolher uma outra alternativa para se esquivar dos pais e maridos ciumentados: era o ingresso nos conventos. Estes serviriam tanto para as filhas que desejavam permanecer na vida contemplativa, como para os pais que as trancafiavam contra a vontade.

Educação formal feminina: Conventos e Recolhimentos

Já foi dito que a educação formal que existia no período colonial era destinada exclusivamente aos homens, através dos padres jesuítas. Quanto às mulheres, cabia cuidar do lar, do marido e dos filhos.

No entanto, é sabido que os conventos e recolhimen-
tos⁽¹⁶⁾ eram instituições que ministravam educação formal às

(16) Não existe muita clareza nos textos pesquisados sobre o que seria recolhimento e convento. No Dicionário Novo Aurélio compreende-se recolhidas como aquelas mulheres que não fizeram votos, mas que vivem vida contemplativa e o convento habitado por aquelas que vivem em permanente clausura com votos perpétuos de dedicação total a Deus. No entanto, muitos autores empregam os dois termos para uma mesma instituição religiosa.

mulheres de elite, mesmo não sendo esse o objetivo principal do seu funcionamento.

Entretanto, as informações que disponho sobre essas instituições não são suficientes para uma análise mais complexa. Em decorrência disso, minha análise sobre essas instituições se rá mais superficial do que aquela que seria necessária para um registro qualitativamente satisfatório.

Para tanto seria preciso realizar uma pesquisa aprofundada sobre uma das diversas instituições que foram criadas no período colonial, o que procurei fazer sobre o Recolhimento de Santa Thereza, o primeiro fundado em São Paulo. Infelizmente, por razões não identificadas, o projeto foi vetado pela madre superiora que limitou-se a prestar poucas informações que se encontram no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Essas resumiram-se apenas a dados informativos tais como o regulamento do recolhimento, datas de fundação, construção, doações, etc.

Nesse sentido, o texto que se segue corre o risco de apresentar-se descritivo, mas pela necessidade de preencher um vazio da historiografia educacional feminina no período colonial acredito ser ainda relevante.

Não existindo um sistema formal de educação feminina na colônia, esta apenas acontecia no interior dos conventos e recolhimentos. Eram esses então, a única alternativa aceitável para as mulheres, além do casamento pactuado pelo pai em função dos interesses econômicos.

Sendo os conventos e recolhimentos instituições religiosas, é conveniente lembrar o papel da Igreja como elemento mediador entre os interesses dominantes da sociedade, que em grande parte eram também os seus e os vários segmentos socialmente dominados. Se até então os historiadores apreenderam a sua influência na vida do indígena, dos escravos negros, da

mulher submissa aos caprichos do marido, dos filhos e da massa espúria colonial, vale ressaltar que essa mesma Igreja exerce uma dominação sobre a mulher, através da imposição de obediência aos padres e madres. Assim, a Igreja detinha o controle da vida das mulheres que se casavam como também daquelas que, por falta de liberdade de opção eram colocadas num convento.

Os conventos surgem no Brasil apenas na segunda metade do século XVII. Até então, as filhas das famílias abastadas seguiam para os conventos de Portugal, conseguindo algumas instruírem-se e destacarem-se no campo intelectual. Eram raros esses casos, como o da Sra. Tereza Margarida da Silva e Orta, a primeira romancista brasileira. Nascida em São Paulo, foi freira no Convento de Trinas, Portugal, onde foi instruída em música e poesia e no ano de 1752, publicou o livro:

"Máximas/de/virtudes/e/Formusura/com que Diofanes, Clymeneia e Hemifrena, Príncipes de Thebas, vencerão/ os mais apertados lances da/desgraça/offerecidas a/ Princeza/Nossa Senhora/A Senhora D.Maria/Francisca Isabel Josefa Antonia/ Gertrudes Rita Joanna/ Por/ Dorothea Engrassia/Tavareda Dalmira. Lisboa/Na Officina de Miguel Manescal da Costa/Impressor do Santo Officio/Anno MDCCCLII/Com todas as licenças necessárias". (Rev. Inst. Hist. S. Paulo, 1938, p. 78).

Dorothea era o anagrama usado por D. Thereza e seu livro obteve quatro edições, sendo todas raríssimas em Portugal e no Brasil mais ainda, apesar de ser a primeira obra a compor a história da literatura Colonial Brasileira.

Mas, a educação formal era uma situação rara entre as mulheres nos conventos, uma vez que a instrução era um objetivo secundário na estrutura dessas instituições.

O primeiro convento no Brasil foi fundado em 1678, na Bahia, na época o centro cultural do país. Denominado Santa Clara do Desterro, foi considerado o mais mundano do período co

lonial devido aos excessos cometidos ali⁽¹⁷⁾. Tanto era assim considerado, que nos documentos do Archivo do Conselho Ultramarino de Portugal, constam os diversos relatos da vida conventual das freiras ali professoras. Exemplo é o ofício de D. Fr. Manoel de Santa Ignez, Arcebispo da Bahia, de 30 de junho de 1764, sobre os conventos.

Sobre o Desterro dizia:

"O quarto nesta série he o do 'Desterro', sendo aliás o primeiro na antiguidade; porque nelle se não observa a vida commua, pois ainda que se dá as religiosas farinha da terra e ração de carne e peixe, cada huma a manda cosinhar na sua cella, como lhe parece; e as poucas que vão ao refeitório, das suas cellas mandã ir o jantar; nem da comunidade se lhes administra todo o necessário e por conta de seus paes e parentes correm as despesas excessivas, que fazem nos officios do Convento, às quaes elles se sujeitã contra suas vontades, por não serem vilipendiadas e reputadas por gente de inferior qualidade suas filhas e parentes". (18)

A pouca religiosidade parece compreensível, pois tal qual os homens da colônia, algumas mulheres eram internadas sem nenhuma vocação definida e sempre com idade imatura, oito, dez ou doze anos, para um destino que devia durar toda a sua vida. Muitas delas, filhas de proprietários rurais, de negociantes reais, donas de dotes que interessavam à instituição religiosa, buscavam nos conventos a liberdade que os pais e maridos não permitiam na sociedade colonial.

(17) Susan Soeiro fez um amplo estudo sobre esse convento, através dos seus arquivos. Ver: SUSAN SOEIRO, *A baroque nunnery; the economic and social role of colonial Convent Santa Clara do Desterro; The social composition of the colonial nunnery; a case study of the convent of Santa Clara do Desterro* e também o artigo *The social and economic role of the convent: women and nuns in colonial Brasil, 1677-1800*. Indicações da Fundação Carlos Chagas.

(18) D. Frei Manuel de SANTA IGNEZ "carta para Francisco X. Mendonça e Furtado, no qual se refere à ordem régia que mandava suspender a admissão de noviças nos conventos das religiosas da Bahia, a respeito dos quaes lhe dá diversas informações. in: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. 32:65, 1910.

Tanto era assim que transformaram um espaço que a princípio deveria ser sóbrio e distinto; como a Igreja recomendava aos conventos, em lugares que mais lembravam uma festa na Corte. As celas eram mobiliadas como um salão, as roupas usadas por debaixo dos hábitos eram bordadas, misturadas com prata e ouro...

"...pois algumas vestem por baixo de seus hábitos camisas bordadas com mangas compridas e saias finíssimas e calção meias de seda ligando-as communmente com fivellas de ouro cravadas de diamantes, das quaes usam também algumas delas nos sapatos e chega tanto o excesso, que quando fazem alguma função pública, nella usão de sapatos todos picados, para que as pessoas assim de dentro, como de fora lhes vejam a nova meia de seda cõr de pèrola". (Pinho, 1918, p. 128)

Susan Soeiro em sua pesquisa sobre o Convento do Desterro, revela que a composição social não sô deste, mas dos outros conventos, determinava uma hierarquia onde o critério de valorização não passava pelas virtudes da caridade. Ao contrário, eram semelhantes aos da sociedade colonial, ou seja, eram as condições econômicas que estabeleciam a posição de cada uma dentro da instituição:

"A população feminina do convento dividia-se em freiras de vêu preto, de vêu branco, educandas e servas. As de vêu preto, provenientes da classe superior, eram admitidas de acordo com a certidão de cor, de limpeza de sangue, de posição financeira e social. Eram 50 filhas da elite de Salvador e do Recôncavo. Eram aceitas algumas filhas de grandes comerciantes, mas não de lojistas ou artesãos. Na metade do Século XVII, aumentou o número de filhas de comerciantes, ligados, às vezes, por intercasamento com membros de famílias de criador de gado. Sabe-se que as recolhidas de vêu branco eram pessoas de prestígio, mas não prestavam votos e seu dote sô chegava à metade das freiras de vêu preto. [...] As educandas [de 7 a 25 anos] eram alunas orfãs que, depois, iriam entrar no convento. Em 1755, havia 81 religiosas e sô 17 recolhidas e 7 educandas. [...] sô em 1720 as servas puderam ser mulatas e negras". (Mulher Brasileira, Tomo I, p. 67).

Por essa citação é possível identificar vários dados que possibilitam uma visão do que representava o convento na sociedade e como, implicitamente, ele era o reflexo do que acontecia na colônia.

O fato de que na metade do século XVII, o número de filhas dos grandes negociantes aumentou nos conventos coincide com o fato de que nessa época o ciclo da mineração provocou o surgimento dessa nova camada, assim como a camada dos pequenos negociantes, que incluía lojistas e artesãos. Esses últimos não eram bem vistos aos olhos da classe superior, que via como atividade degradante o trato com o comércio, tanto que suas filhas eram barradas nos conventos.

Também o fato de aceitarem como servas, as negras e mulatas somente em 1720 revela o preconceito racial da igreja e seus segmentos, para com as mulheres que servilmente viveram para o homem branco. Não tenho dados para informar quando foi possível a entrada de freiras negras e mulatas, mas é bem provável que tenha ocorrido após a abolição da escravatura, porque:

"A igreja permitia o trabalho escravo, aconselhava mesmo substituir o índio, cuja escravização chegou a ser proibida (sic), por motivos que desconhecemos, pelo negro africano". (Basbaum, 1975, p. 91).

Após essa data de abertura à entrada de mulheres negras e mulatas para o serviço dos conventos, o número de servas aumentou consideravelmente, de modo que, em 1779, nas instruções dadas ao Governador Marquês de Valença, diz-se que o número de 75 freiras no Desterro era muito pouco para 400 escravas que as serviam...

"...o que se faz mais digno de admiração e de espanto he o de se não contentarem as ditas religiosas com menor número de escravas e creadas que o de 400, que tantas são as que o Arcebispo da Bahia segura que se achão no referido Mosteiro, como

lhe constava pelas próprias relações que delle se remettera". (Annaes da Bibliotheca Nacional, 1910, p. 439)

A admiração existia por parte do bispo e possivelmente por parte do governo, mas pouco era feito para evitar tais exageros porque o que interessava aos pais e maridos era, em quaisquer condições, manter as mulheres nos conventos, conservando seus dotes "êntra-maros". Acumulados os dotes através do tempo, o Convento do Desterro possuiria a maior riqueza entre os conventos coloniais. O seu rendimento anual seria o mais avultado da época, e sua estrutura era dos moldes de uma empresa de grande porte. Observe a contabilidade:

"O seu rendimento seria mais avultado se não tives-se perdido pela fallencia de 51 devedores, que tinhão em suas mãos a juros a quantia de 33:436\$077 rs, e por isso se acha somente ao presente com 75 moradoras de casas, que rendem annualmente 1:342\$650 rs, e a quantia de 127:819\$407, que rende annualmente a 5%, 6:390\$970 rs, e a quantia de 6:200\$000 rs, que actualmente não tem rendimento por ser procedida da venda de hum engenho que fez a comunidade a pagamento de 600\$000 rs, cada frota e se não acha ainda satisfeita toda a quantia; e 22 braças e meia de terra, que rende 2\$250. Destes rendimentos que fazem o computo de 7:735\$870 rs. se sustentão as Religiosas e 26 servas da Comunidade, porquanto 23 recolhidas e 2 educandas, 7 acostadas ao serviço do côro e 184 servas particulares e 35 encostos, também particulares, que residem dentro da clausura se sustentão aquellas a sua custa e estas de suas senhoras". (Annaes da Bibliotheca Nacional, 1910, p. 66).

Pelo relato apresentado, fica evidenciado que apenas teoricamente existia renúncia à vida material em função da contemplação e da caridade. Na realidade, essas freiras administravam o convento como um patrimônio que deveria gerar acumulação de capital, assim como os proprietários de terras faziam com seus engenhos. Nesse sentido, reproduziram a economia da sociedade vi-

gente. Enquanto lá fora, na sociedade, não podiam participar como comerciantes ativas, apenas como reprodutoras de varões para a classe dominante: contrariamente nos conventos aprenderam a ser gerentes de finanças, além de terem uma vida repleta de prazeres físicos e materiais.

Assim se:

"A pesquisa de Soeiro vem nos revelar que houve na Bahia uma relação invertida entre matrimônio: para guardar o seu patrimônio, os senhores de engenho procuravam limitar os matrimônios de suas filhas, que ameaçavam retalhar as terras do engenho". (Hoornaert, 1982, p. 372),

inversamente, no convento, principalmente no do Desterro, elas se revelaram tão boas administradoras de bens, que além de emprestarem dinheiro aos senhores, compravam, vendiam e arrendavam propriedades.

O convento do Desterro era procurado pelos senhores não só para manterem um status ou livrá-los de preocupações com presumíveis genros indesejáveis, mas também por uma questão econômica, pois através do convento eles tinham a possibilidade de conseguir crédito.

"Nele se procurava conciliar hospitalidade e religiosidade com posição social e herança familiar. O convento fazia empréstimos e tinha propriedades, enquanto pregava a pobreza". (Mulher Brasileira, 1979, Tomo I, p. 67).

Assim, se o poder masculino, representado pelo senhor patriarcal as oprimia na sociedade colonial, algumas mulheres transformaram o convento num local mais livre do que as propriedades rurais em que foram criadas. Foram essas que dirigiram essas instituições, mesmo que atreladas ao poder da Igreja,

possibilitando o ato pedagógico da independência e da iniciativa pessoal que a vida doméstica não lhes permitia ter.

Mais do que a educação formal, os conventos ensinaram a elas aquilo que a sociedade colonial tinha como base fundamental: a questão econômica, a questão do comércio. Nos conventos muitas mulheres apesar do controle masculino exercido pela Igreja e pelos senhores proprietários e negociantes, desempenharam um papel diferente daquele a elas destinado no sistema colonial.

Além de agências financiadoras, os conventos tiveram outra função: o de penitenciárias ou prisões místicas.

Sempre que necessitavam impedir o fracionamento das heranças através dos casamentos, mortes e testamentos, os homens as trancafiavam lá.

"Mesmo os bem blasonados de sua fidalguia antiga já por certas razões dessa vaedade mesmo, já pelas comodidades na divisão das heranças, para que se não partisse com a lei das sucessões a fortuna herdada de avós ou grangeada com o auxílio indefectível do negro escravizado, para que se não fraccionassem os latifúndios - terras de engenho e sesmarias - orgulho e riqueza dos morgadios, - mesmo esses lá atiravam, sem vocação nem querer, as mulheres de seus casaes". (Pinho, 1918, p. 123).

Foi o caso de Paulo de Argollo, o avô do Conde de Passé, que pediu de uma só vez, em 1777, final da administração de Pombal, a reclusão de quatro das dez filhas que tinha de sua mulher D. Leonor Antonia de Queiroz. (Pinho, 1918, p. 132). O número de mulheres que entrava para os conventos era tão elevado que, em 1739 o Conde Galveas da Bahia fez uma representação ao trono contra o excesso de conventos:

"Foi tão elevado o número de moças e rapazes atraídos a vida monástica que, durante os quatro anos de sua administração, só se tinham realizado dois casamentos entre pessoas da sociedade. Mesmo entre as classes mais humildes, os matrimônios foram muito reduzidos em relação ao número de habitantes. E, dos realizados, muitos o foram menos pelo temor a Deus que pelo desejo de escapar ao serviço militar..." (Kidder, 1972, Vol. II, p. 24).

Era quase adquirir um título de nobreza, mandar filhas para os conventos. Uma atitude como essa era orgulhosamente comentada, fato que ainda no século XIX teve continuidade. Consideravam os pais que não havia necessidade de vocação - essa viria depois, como o amor no casamento. O importante era penetrar nos umbrais do convento para aí ficar.

Hoornaert relata a pesquisa de Soeiro que no período de 1680 a 1797, 53 famílias baianas importantes tinham 160 filhas e que destas, 77 entraram no convento, 8% ficaram celibatárias e só 14% casaram (Hoornaert, 1982, p. 372). Isso significa que, possivelmente, o convento foi uma das soluções encontradas pelos proprietários rurais para a proteção de suas filhas e de suas fortunas.

A prisão mística servia tanto às famílias como às próprias decisões do governo local. As moças que erravam e as mulheres que contrariavam seus maridos, ou aquelas que, por de terminação régia, eram enviadas para o convento, procuravam formas de resistência a essas determinações. Essa resistência na maioria das vezes, consistia em fugas constantes. Por exemplo:

"...no curso de uma acção de separação que contra seu marido, o comerciante Manoel José Frões movia, foi recolhida a pedido deste ao convento da Lapa, por ordem do Arcebispo, D. Maria Francisca do Nascimento. Nesse mesmo anno fugia em Fevereiro. Novamente recolhida foi tal e tão desbragado o seu procedimento que a Madre Abbadessa vio-se obrigada a requerer ao Prelado a sua expulsão do Convento". (Pinho, 1918, p. 133);

Não eram somente os maridos, os pais e o governo que usavam os conventos como penitenciárias. Havia os irmãos, que no momento de repartir a herança, esqueciam o sentimento que os unia e o mais importante ficava sendo a questão financeira. Tanto era assim que, em 1793, um tal de João da Costa Ferreira, pretendia recolher a um convento, à força, suas três irmãs porque não queria repartir a herança deixada pelo pai. Conseguiu que duas fossem enclausuradas, porém em agosto do mesmo ano fugiu uma e a terceira desapareceu antes que seu irmão a pudesse transportar à prisão mística.

"Uma das fugitivas entretanto foi trazida de novo a Misericórdia e sujeita a uma vigilância mais apurada. Não se curvou ainda assim à ordem do Arcebispo que a mandara recolher, essa D. Maria Joanna do Sacramento; embargou tal determinação em recurso a autoridade do Governador Geral que não quiz entretanto ouvir os seus brados nem recebeu os seus embargos. Não descançou porém a recolhida, que havia de ter interesse do por sua liberdade alguma prestigiosa vontade firme e a eficaz acção de algum advogado de boas traças, pois cantou afinal sua vitória não pequena quando, tres annos depois conseguiu a revogação daquella ordem por D. Fernando José de Portugal". (Pinho, 1918, p.135).

Essa recolhida, assim como muitas outras das *quintavendas* não tenho registro, mas que certamente existiram, evidencia *que...* havia resistência às imposições do sistema vigente, que no seu desenvolvimento almejava a submissão da mulher.

Na Bahia, além do Desterro até 1764, havia mais três conventos. O Mosteiro das Religiosas de N.S. da Conceição da Lapa, fundado em 1733, o Mosteiro das Religiosas Ursulinas das Mercês de 1739, e o Mosteiro das Religiosas Ursulinas do Coração de Jesus da Soledade, fundado em 1741.

Em São Paulo, data de 1685 o primeiro recolhimento, denominado Santa Thereza. Em 1774 foi criado o Convento da Luz.

Em Minas Gerais foi erguido o Convento das Macaúbas a 1 de janeiro de 1716 com 12 recolhidas. (Rev. Inst. Hist. Geog. S. Paulo, Vol. LXV, p. 409).

Pouco se sabe do que se ensinava nesses conventos. Afrânio Peixoto diria: "Raras dessas boas irmãs, que ensinam, sa bem ensinar: ainda não cuidam necessária pedagogia... Ensinam como aprendem, sem aproveitarem a experiência educacional de sêculos. Educação é ainda a das maneiras, e, às vezes, a devoção". (Peixoto, 1935, p. 110).

Normalmente, o ensino de leitura e a escrita era ministrado ao lado da música, do canto chão, do órgão e dos trabalhos domésticos, principalmente, a feitura de doces e de flores artificiais. Sabe-se que o objetivo da leitura era necessário, para que lessem os livros de rezas, tanto que havia essa exigência no Recolhimento de Santa Thereza para as igressantes: "...hão de saber ler e escrever e ao menos rezar também o Offício parvo de Nossa Senhora cada dia".⁽¹⁹⁾ Exigência essa extraordinária para a época, considerando o número elevado de mulheres analfabetas em São Paulo.

Entretanto, como já frisei anteriormente, a educação formal não era elemento principal, era apenas um instrumento necessário para a leitura dos livros, muitas vezes escritos em latim. De forma que se aprendia a ler, não a ponto de compreender o que se lia, senão como forma de repetir o que estava escrito.

O ensino concentrava-se nas mãos dos jesuítas e sendo assim a possibilidade de aprendizagem por parte das freiras, provavelmente, decorria dos padres que as ensinavam.

Todavia, enquanto na segunda metade do século XVIII, os conventos na colônia conservavam a estrutura do período de

(19) Estatutos - Arquivo da Cúria - Doc.Cit. in: Leda M.P. Rodrigues, *A instrução feminina em São Paulo*, p. 49.

sua criação, em Portugal, aconteciam transformações no âmbito escolar metropolitano, e colonial que culminaram com as reformas pombalinas.

Nessa tentativa de reformar o ensino, à mulher estaria reservado um tipo de educação, um pouco mais escolarizado do que até então lhe era permitido nos conventos e nas casas de família. Contudo, não é possível afirmar, devido a ausência de dados, se foram ou não tentativas frustradas no que se refere aos conventos. Até o momento, consegui obter informações sobre duas evidências de uma possível influência daquele novo modo de educação, apesar de serem coletadas em fontes secundárias e serem apenas registros escritos que não comprovam se foram colocadas em prática. Entretanto, antes de apresentá-las, creio ser necessário colocar algumas considerações a respeito das reformas pombalinas.

As reformas pombalinas

Constituíram essas reformas, um plano realizado pelo Marquês de Pombal,⁽²⁰⁾ que procurava reabilitar Portugal em suas condições econômicas e sociais, isso porque até o século XVIII o país se encontrava em crescente decadência, seja a nível econômico ou cultural.

Depois da dominação espanhola, a metrópole estava arruinada e só lhe restava a colônia e algumas posses na África. Nesse sentido, era necessário tirar o maior proveito da colônia, e para isso montar um aparato material e humano mais eficaz. Passou a ser discriminado o nascido na colônia, do nascido da metrópole e os cargos superiores eram ocupados pelos

(20) Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, foi o primeiro ministro de D. José I, no período de 1750 a 1777. Durante esse período, tanto a metrópole como a colônia passaram por transformações, principalmente na esfera do ensino.

metropolitanos.

"Esta ampliação do aparelho administrativo e o consequente aumento de funções de categoria inferior passou a exigir um pessoal com um preparo elementar. As técnicas de leitura escrita se fazem necessárias, surgindo, com isto, a instrução primária dada na escola, a qual antes cabia à família". (Ribeiro, 1984, p. 35).

Além disso, Portugal em relação aos outros países, se encontrava muito atrasado.

Em termos econômicos, como já foi lembrado no primeiro capítulo, a política colonial utilizada pela metrópole objetivava:

"...a conquista de um capital necessário à passagem da etapa-mercantil para a industrial do regime capitalista. Foi dito também que por, por razões internas e externas, Portugal, mesmo tendo se antecipado em relação a primeira etapa, não chegou à segunda". (Ribeiro, 1984, p. 33).

Quem liderava o sistema capitalista era de fato a Inglaterra. Portugal tornava-se um país pobre, sem capital. No que se refere ao ensino, a nação continuava medieval. O ensino jesuítico solidificado, continuava a formar padres e a filosofia moderna (Descartes), a ciência físico-matemática, os novos métodos da língua latina ainda não haviam chegado em Portugal. Aliado a isso, a mineração da colônia tinha provocado mudanças no Brasil e abalara o pacto colonial com a metrópole.

Assim, em 1759, o marquês de Pombal inicia a reforma, expulsando a Companhia de Jesus, visto *"ela ser um empecilho na conservação da unidade cristã e da sociedade civil"*. (Ribeiro, 1984, p. 37). Isso porque a Companhia detinha um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo, além do fato de

educar o cristão a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do país.

Dessa forma, a reforma pombalina não rompeu com a Igreja. Seu intuito era acabar com o monopólio dos jesuítas.

Não entrarei na discussão propriamente dita sobre o avanço ou não das reformas pombalinas, por que não faz parte dos objetivos desse estudo⁽²¹⁾. No entanto centralizarei meu objetivo nas idéias que permearam a reforma, principalmente com relação a educação feminina bem como a orientação adotada. Sobre essa, Maria Luíza dos Santos Ribeiro diria:

"Do ponto de vista educacional, a orientação foi a de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torná-los os mais práticos possíveis". (Ribeiro, 1984, p. 37)

Essas diretrizes foram tiradas do "Verdadeiro Método de Estudar" de Luís Antonio Verney, "Educação da Mocidade", de Antonio Ribeiro Sanches, e da "Gramática Latina", da ordem dos Oratorianos.

Para o presente estudo, me interessa apenas a obra de Luís Antonio Verney em função de dois aspectos relevantes. Primeiro é o fato de ser pouco conhecido nos meios acadêmicos, apesar de ser o representante por excelência, do período pombalino na história da evolução das idéias pedagógicas. Segundo, essa obra revela através do apêndice da décima sexta carta, um estudo sobre a educação das mulheres, objeto de interesse do presente trabalho.

(21) Existem algumas bibliografias sobre as reformas pombalinas, apesar de muitos pontos não estarem muito esclarecidos. Ver Laerte R. Carvalho, *As reformas pombalinas da instrução pública*. A. B. Andrade, *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, e outros.

O Verdadeiro Método de Estudar

Embora o Marquês de Pombal tenha sido o principal responsável pelo projeto de introdução das ciências naturais em Portugal, "a feição intelectual desse momento essencial da cultura luso-brasileira foi dada por Luís Antonio Verney" (O nascimento da moderna pedagogia: Verney, 1979, p. 12). Apesar de não ser universalmente aceito, seus escritos foram sempre aproveitados tanto no Reino como na Colônia.

"Mais concreta, porém, é a sua influência directa nas escolas portuguesas e estrangeiras, patenteada através das postilas manuscritas e obras impressas de filosofia, que o citam. A simples análise das idéias, nem sempre deixa ver o rastro verneiano, porque, de uma maneira geral, as fontes que lhe serviram na redacção da maioria das páginas do "Verdadeiro Método de Estudar" ou já eram conhecidas entre nós, ou ficaram a sê-lo por seu intermédio, e serviam de texto directo". (Andrade, 1965, p. 10)

Luís Antonio Verney, nascido em Lisboa, em 1713, filho de franceses, viveu e morreu na Itália, integrando-se no movimento cultural que na história se conhece por iluminismo⁽²²⁾. "Estrangeirado"⁽²³⁾ como tantos outros, publicou, em 1746, a primeira edição do "Verdadeiro Método de Estudar" em Nápoles, e não Valença como muitos supõem.

Com o propósito de reformar a mentalidade portuguesa escreveu sobre todas as disciplinas lecionadas nas escolas, sendo sua obra considerada uma parte da bibliografia pedagógica nacional e inserida na história das idéias pedagógicas. De

(22) Iluminismo - Filosofia das Luzes. Movimento filosófico do Século XVIII que se caracterizava pela confiança no progresso e na razão, pelo desafio à tradição e à autoridade e pelo incentivo à liberdade de pensamento. (Dicionário Novo Aurélio).

(23) "Estrangeirado" é aquele que prefere as coisas do estrangeiro. No caso, Verney, Genovesi, Ribeiro Sanches eram intelectuais residentes em outros países, que contribuíram direta ou indiretamente nas reformas do ensino de Pombal.

acordo com o professor Antonio Salgado Júnior:

"O Verdadeiro Método de Estudar" é a primeira obra portuguesa que nos aparece com tal ambição: a de propor um sistema pedagógico, para mais, completo. Não temos outra obra anterior que possa corresponder a esta na bibliografia da pedagogia portuguesa. Por outro lado, há que esta obra tem uma importância a que é preciso atender: - é que ela é, quando olhada pelo aspecto das idéias pedagógicas que preconiza, a única correspondente às inúmeras estrangeiras em que o problema pedagógico estava sendo debatido. Toda a gente sabe como os séculos XVII e XVIII apresentam grande número de pedagogistas com grande número de obras, sobretudo pela Alemanha e pela França, preparadores das modernas orientações. (...) a obra de Verney é, afinal, o reflexo dessas obras; a sua orientação é, afinal a orientação delas. (...) O seu interesse, pois, na história da evolução das idéias pedagógicas é essencial e incontestável". (Verney, 1949, Vol. I, p. XVII).

Usando o pseudônimo de "Barbadinho da Congregação de Itália" Verney dedicou a obra aos padres da Companhia de Jesus já que eram eles os responsáveis pela educação da mocidade do Reino.

Não manteve relações de amizade com Pombal, porém o ministro aproveitou-se da circunstância de Verney ter andado em luta com os jesuítas e o nomeou Secretário de Legação, no tempo em que iniciou em Roma a campanha da extinção desses religiosos. Entretanto, logo Verney foi expulso por problemas e intrigas de Francisco de Almada e Mendonça, primo do Marquês.

O "Verdadeiro Método de Estudar" é composto de dezesseis cartas, escritas a um padre desconhecido. Nele Verney anuncia o propósito de falar sobre os estudos práticos nas escolas e de apontar o seu próprio método, que considera o único verdadeiro. Não há problema de educação e ensino que não apareça aí discutido. Eis os assuntos abordados:

1a. Carta - Gramática portuguesa

"Na base de todos os estudos, Verney coloca o da gramática portuguesa e não o latim, como era de costume, por verificar que os primeiros mestres das línguas vivas comumente são mulheres ou gente de pouca literatura o que proporciona uma aprendizagem da língua com muitos erros, impropriedades e plebeísmos". (Verney, 1965, p. 14).

Nessa primeira carta o autor coloca uma questão que interessa ao tema que estou tratando: o papel da mulher na educação dos filhos. Ou melhor, a importância da linguagem e das idéias transmitidas na infância à criança e o seu reflexo nos anos posteriores.

Verney tratará minuciosamente dessa questão na última carta, sobre os "Estudos das Mulheres".

2a. Carta - Gramática Latina

Verney pede que seja simplificado o estudo do latim. Faz uma crítica usual do método e exige atualização que evite os defeitos de uma má metodologia.

3a. Carta - Introdução ao estudo da latinidade.

"Os malefícios que decorrem do ensino abusivo do latim são de fato muito graves; os meios sugeridos para evitá-los incluem o recurso a outros tipos de conhecimento, como a geografia, a cronologia, e a história; da correta utilização dos meios propostos espera-se como resultado, dentre outros, o de um sadio cultivo de memória". (O nascimento da moderna pedagogia: Verney, 1979, p. 9).

4a. Carta - Línguas orientais e as outras línguas modernas

"Necessidade das línguas orientais, principalmente grega e he-

braico, para entender as letras humanas, mas muito principalmente a teologia. Modo de as aprender, Utilidade da língua francesa e italiana para ser erudito com facilidade e sem despesa". (Verney, 1949, Vol. I, p. 249).

5a. Carta - Retórica

"Discorre-se da utilidade e necessidade da Retórica. Mau Método com que se trata em Portugal. Vícios dos Pregadores. Que são totalmente ignorantes de Retórica. Que absolutamente deve deixar o antigo estilo quem quer saber retórica". (Verney, 1949, Vol. II, p. 1).

6a. Carta - Plano duma Retórica moderna

"Deve-se recorrer criteriosamente às figuras de linguagem e aos estilos, também atentamente examinados quanto à prosa". (O nascimento da moderna pedagogia: Verney, 1979, p. 9).

7a. Carta - Introdução ao estudo da Poesia.

8a. Carta - Filosofia escolástica e Filosofia Moderna.

"A natureza da filosofia é reavaliada sob inspiração do empirismo inglês e são reformulados os programas das disciplinas assim delineadas". (O nascimento da moderna pedagogia: Verney, 1979, p. 9).

E ainda - Esboço duma História da Filosofia

Trata das seitas da Filosofia grega à filosofia moderna, estudo da lógica e planos para uma lógica moderna.

9a. Carta - Introdução à análise da metafísica.

A metafísica é vista como ilegítima enquanto disciplina independente.

- 10a. Carta - Introdução ao Estudo da Física
- 11a. Carta - Introdução ao Estudo da Ética.
- 12a. Carta - Introdução sobre o valor da cultura médica portuguesa em face dos oito requisitos da Medicina.
- 13a. Carta - Trata dos Estudos Jurídicos.
- 14a. Carta - Introdução sobre o valor da cultura teológica portuguesa e dos estudos modernos da Teologia.
- 15a. Carta - Trata dos direitos canônicos.
- 16a. Carta - Discorre sobre os estudos elementares, estudos de gramática, latinidade e retórica. Estudos de filosofia, medicina, direito civil, canônico, teologia e colégio para nobres. Finalmente no apêndice dessa carta, Verney propõe um estudo que trata da educação das mulheres.

Apesar de todas as cartas se apresentarem interessantes a uma análise pedagógica, para o tema proposto desenvolverei observações somente sobre a décima sexta carta referente ao apêndice sobre o estudo das mulheres, pois através desse estudo poderei avaliar as possíveis influências que o Brasil recebeu dessa obra, no que toca à instrução feminina nas reformas pombalinas.

O apêndice sobre o estudo das mulheres é dividido em cinco tópicos. Inicialmente Verney discorre sobre a pretensa inferioridade intelectual da Mulher e a sua necessidade de estudos. Estudos elementares compostos de elementos de fê; ler e escrever; catecismo histórico seguidos de gramática portugue

sa e quatro operações da Aritmética.

Passa depois aos estudos complementares: Geografia e Histórias sagradas; História Universal, especialmente Grega e Romana; História particular de Portugal.

Em seguida trata dos estudos especializados de Economia doméstica, sobre o conhecimento cabal do governo da casa, e dos labores femininos.

Trata depois dos estudos condicionados, compostos de canto, música e dança. Também sobre o estudo da língua latina e os casos em que torna ou necessário ou vantajoso o seu conhecimento. Finalmente, segue-se a conclusão.

Esse estudo tem como objetivo básico fornecer mais elementos de apoio às mulheres, especialmente das camadas mais privilegiadas, no sentido de aperfeiçoarem o trato com a casa, com o marido e com os filhos.

O estudo das mulheres elaborado por Verney é um dos pontos notáveis do "*Verdadeiro Método de Estudar*". Como o próprio organizador da edição de 1949, Prof. Antonio Salgado Júnior comenta, até então não se ouvia falar em educação feminina em Portugal, a não ser através de "acanhadas provas" (24), isto é, ligeiras influências.

Inicia seu apêndice discorrendo sobre a equiparação dos sexos, caso as mulheres pudessem ter o mesmo grau de instrução que os homens

"Pelo que toca a capacidade, é loucura persuadir-se que as mulheres tenham menos que os Homens. Elas não são de outra espécie no que toca a alma; e a diferença do sexo não tem parentesco com a diferença do entendimento. A experiência podia e devia enganar estes homens. Nós ouvimos todos os dias mu-

(24) Francisco Manuel de Melo seria o autor dessas "acanhadas provas", através de "*Carta da Guia*". Infelizmente não localizei tal obra. Luis Antonio VERNEY, *Verd. Met. Est.* Vol. V, p. 123.

lheres discurrerem tão bem como os homens; e achamos nas histórias mulheres que souberam as Ciências muito melhor que alguns grandes Leitores que nós ambos conhecemos. Se o acharem-se muitas que não são capazes, com mais razão o podíamos dizer de muitos homens. Compare V.P. uma Freira moça da Corte com um Galego de meses, e verá quem leva vantagem. De que nasce essa diferença? Da aplicação e exercício que um tem e outro não tem. Se das mulheres se aplicassem aos estudos tantas quantos entre os homens então veríamos quem reinava". (Verney, 1949, Vol. V, p. 125).

Afirma que essas idéias não são originais, e para esse estudo se pautou no trabalho desenvolvido por M. Fénelon, Bispo de Cambrai que em 1687 resultou no "*Education des Filles*".⁽²⁵⁾

Ao adotar o tratado de M. Fénelon, Verney avança um pouco mais que o bispo francês, mesmo porque já eram passados oitenta e nove anos entre um pensador e outro. É o próprio Verney que coloca o estudo das mulheres como "nenhuma parvoíce ou coisa nova, mas bem usual e racionável". (Verney, 1949, Vol. V, p. 124). Além disso, acrescenta ao estudo, alguns autores franceses, italianos, e ingleses, como por exemplo Rollin, Fleury e Locke⁽²⁶⁾.

(25) Fénelon "desenvolve longamente considerações psicológicas e morais (cps. I a X) e encerra apenas em dois capítulos X e XI tudo quanto respeita à instrução a ministrar à mulher". op. cit., p. 123.

(26) Rollin, pedagogo francês, além de ser o "*ancien Recteur de l'Université de Paris e professor d'Eloquence au Collège Royal*", escreveu '*Traité des Études*' (também designada de *De la manière d'enseigner et d'étudier les Belles Lettres par rapport à l'esprit et au coeur*) em dois volumes, nos anos de 1726 e 1728, que havia de ser posteriormente considerada monumento da pedagogia francesa. O livro primeiro é dedicado aos Estudos elementares e a educação feminina. Op. Cit. Vol. X, p. X. Quanto a Fleury, era um abade que em 1686 escreveu "*Traité du choix et de la méthode de études*", além do "*Cathecisme historique*", citado por Fénelon. René HUBERT, *História da pedagogia*. p. 242.

Apesar de afirmar que a equiparação dos sexos na a plicabilidade dos estudos é possível, no que tange a necessida-
de de estudos, Verney não acrescenta mais do que a própria ser
ventia doméstica como objetivo da educação feminina.

"Quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mu-
lheres estudem. Elas, principalmente as mães de fa-
mília, são as nossas mestras nos primeiros anos da
nossa vida; elas nos ensinam a língua; elas nos dão
as primeiras idéias das coisas. É que coisa boa nos
hão-de ensinar, se elas não sabem o que dizem? Cer-
tamente que os prejuízos que nos metem na cabeça na
nossa primeira meninice são sumamente prejudiciais
em todos os estados da vida; e quer-se um grande es-
tudo e reflexão para se despir deles. Além disso,
elas governam a casa, e a direção do econômico fica
na esfera da sua jurisdição. É que coisa boa pode
fazer uma mulher que não tem alguma idéia da econo-
mia?" (Verney, 1952, Vol. V, p. 125).

Ao entrar propriamente na educação, Verney propõe que
as mães, ou na impossibilidade dessa, governantas ensinem as me-
ninas os elementos da fé, "o que podem fazer desde a idade de
cinco até os sete anos" (Verney, 1952, Vol. V, p. 127). Depois
disso, começar a ler e escrever corretamente o português. Nesse
ponto, o Barbadinho critica duramente a falta de instrução das
mulheres portuguesas:

"...ler e escrever Português corretamente. Isto é
o que rara mulher sabe fazer em Portugal. Não digo
eu escrever correctamente, pois ainda não achei al-
guma que o fizesse; mas digo que pouquíssimas sabem
ler e escrever; e muito menos, fazer ambas as coi-
sas correctamente. Ortografia e pontuação nenhuma
as conhece. As cartas escritas pelo estilo das Bu-
las, sem vírgulas nem pontos; e alguma que os põe,
pela maior parte é fora do seu lugar". (Verney,
1952, Vol. V, p. 128).

Paralelamente ao ensino de português, orienta que lei-
am histórias do Testamento Velho e Novo, já que não há livros
vulgares que expliquem essas coisas. Cita uma "Cartilha" do pa-

dre Inácio e diz que é uma coisa indigna, não recomendável para a instrução feminina⁽²⁷⁾.

Cita novamente a importância da ortografia e da pontuação e nesse momento revela que essa instrução feminina bastaria para a esfera do lar e sua atuação como administradora doméstica:

"Em terceiro lugar, a Pontuação e Ortografia correta. Isto compete a rapazes e raparigas: mas eu principalmente o digo das fêmeas, porque os rapazes que hão-de-seguir os estudos devem nas escolas estudar mais".

Segue-se a parte dos estudos complementares: Geografia e História sagrada, História Universal, especialmente a grega e a romana; e finalmente a História de Portugal. Recomendava Verney para que lessem devagar e quando em passagens importantes fizessem as reflexões necessárias, "porque, sem isto, é ler como o papagaio". (Verney, 1952, Vol. V., p. 134). Pedia ainda que as mulheres fizessem resumos para que memorizassem e escrevessem corretamente.

Sobre a História de Portugal, acreditava ser de grande importância. No entanto, não era necessário que se aprofundassem, já que suas funções não requeriam essa utilidade:

"É justo que as mulheres saibam a História da sua Pátria, e vejam o que tem havido, bom e mau, na história de seu Reino. Não digo que devam ler tudo o que se vai escrevendo na Academia Real sobre esta matéria; basta que se sirvam de um Compêndio, ou leiam o de Faria etc... (Verney, 1952, Vol. V, p. 136).

(27) Infelizmente não localizei tal cartilha, o que seria interessante para constatar o que poderia representar algo indigno para uma mulher naquele período.

Verney é a favor do aprendizado do castelhano, afirmando que isso só traria vantagens. Indica como referência bibliográfica o livro de Manuel de Faria e Sousa, "Epítome de las Historias Portuguesas desde el Diluvio hasta el año 1628":

"No mesmo tempo, aprendem, ou se aperfeiçoam na Língua Espanhola, que serve muito para ler as histórias e outras obras daquela Nação". (Verney, 1952, Vol. V., p. 137).

O próximo tópico dos estudos das mulheres é sobre a economia doméstica, o conhecimento cabal do governo da casa e os labores femininos. Evoca Rollin para definir a função da mulher e de toda a educação que recebe para isso:

"Diz M. Rollin com razão que este é o fim para que a providência as põs neste mundo: para ajudarem os maridos e os parentes, empregando-se nas coisas domésticas no mesmo tempo que eles se aplicam às de fora". (Verney, 1952, Vol. V., p. 137).

Dando seqüência ao método de estudos femininos, Verney toca no ponto essencial: a questão econômica. É sobre ela que discorrerá minuciosamente, demonstrando a ausência de habilidade financeira de muitas mulheres em decorrência da falta de conhecimentos sobre o assunto:

"Por este nome de Economia entendo saber o preço de todas as coisas necessárias para uma casa e a melhor qualidade delas, como também em que tempo se devem fazer as provisões de casa, o que importa muito para poder poupar. Também como se deve preparar um bom jantar, e com a menor despesa, em cada tempo do ano; e outras coisas destas. Isto não parece nada aos ignorantes; mas parece importante a quem reflecte que, da falta destas coisas, nasce fazerem-se gastos supérfluos, com ruína das famílias. Vemos todos os dias muitas Senhoras (e V.P. conhece algumas) arruïnarem as suas casas e rendas com coisas que talvez não são supérfluas, mas porque não sabem gastar quando se deve, e como se de-

ve; dar esmolas proporcionadas; ajudar os aflitos e beneméritos; pagar dívidas de algumas pessoas honradas, oprimidas com este peso; e outras coisas desastrosas. Pelo contrário, quando vejo deitar o dinheiro na rua, e gastá-lo sem reflexão, chamo-lhe soleníssima loucura". (Verney, 1952, Vol. V, p. 139)

Recomenda que uma donzela tenha seu livro de contas e nele coloque as receitas e despesas, bem como crie idéias de como aumentar seu patrimônio.

Nesse sentido, é oportuno relembrar, como registrei em páginas anteriores, o fato de que sendo as mulheres analfabetas, ficavam expostas a enganos dos elementos masculinos que as representavam na assinatura de documentações. Verney, prevendo tais situações, inclui em seu estudo esse objetivo:

"Além disso, deve uma donzela aprender a ter o seu livro de contas, em que assente a receita e despesa; porque, sem isto, não há casa regulada. Deve também ter alguma idéia do modo de conservar e aumentar as rendas das suas fazendas. Sucede todos os dias que as senhoras fiquem viúvas e tutoras de seus filhos, ou senhoras absolutas de muitas fazendas; e neste caso, se não têm alguma idéia e conhecimento destas coisas, não podem deixar de arruinar os seus bens, ainda que lhes pareça que têm feitores de consciência". (Verney, 1952, Vol. V., p. 140).

Neste ponto percebo um avanço de Verney com relação a educação ministrada anteriormente. Antes, a mulher de elite recebia conhecimentos tanto em casa de seus pais, como nos conventos, apenas para cuidar da administração doméstica, ou seja, o trato com os escravos, os filhos e o marido. Sua interferência nos negócios era quase que nula, o que acarretava problemas futuros, como já mencionei anteriormente.

Posteriormente, quando acentuou-se os casos de espoliações, Verney achou importante incluir no seu estudo a necessidade dessas mulheres adquirirem conhecimentos que antes estavam reservados apenas à esfera dos homens. O objetivo porém, conti-

nua ser o da preservação dos bens dentro de uma mesma família.

Ainda sobre a questão da Economia, Verney atribuiu ao trabalho manual importância nunca vista, nem exercida pelas mulheres, tanto na metrópole, como na colônia. Já descrevi o desprezo que os portugueses adquiriram por esse tipo de trabalho, tarefa exercida apenas por escravos.

Verney avança também aí. Ele acreditava que o cozer, o tecer eram receitas eficazes contra o ôcio, principalmente, para as mulheres mais pobres, que não tinham possibilidade de manterem muitos escravos como a nobreza:

"Acham-se mulheres plebêias (e eu vi algumas), que o não sabem fazer (trabalhos manuais), o que causa sumo prejuízo em uma família. Mas quando a Senhora fosse tão rica, que não necessitasse disso, sempre o devia aprender, para conhecer bem as coisas de que necessita, etc." (Verney, 1952, Vol. V, p.141).

Condena aquelas mulheres que vivem para as vaidades, sob o excesso de vestidos feitos por outrem. Comenta a importância do trabalho manual na história e que muitas princesas se aplicavam a tecelagem. Cita as romanas, gregas e até mesmo o Czar Pedro da Rússia, que aprendeu a fabricar um navio artesanalmente em terras estrangeiras.

Sobre o canto, somente quando fosse necessário, como no caso das freiras. Estas deveriam aprender a tocar órgão e saber música. As outras mulheres se quisessem cantar, melhor aprenderem enquanto solteiras e como forma de estancar a ociosidade.

O que parece ser importante para Verney é a dança.

"O que, porém, me parece necessário a uma Senhora que tem boa educação é aprender alguma coisa a dançar; não para se servir de todas as galantarias que ensinam os Mestres, mas para aprender o que é neces

sário a uma pessoa que hã de tratar com gente bem e ducada e de nascimento. Por falta deste exercício, vemos muita gente que anda torta e com alcorva..." (Verney, 1952, Vol. V., p. 145).

No que se refere ao estudo da língua Latina, Verney diz que hã diversidade entre os homens doutos. Alguns proibem as mulheres, outros aprovam. Ele, por sua vez não entra nessa discussão:

"Jã que se sabe que não falamos das mulheres ordinárias, porque estas basta que saibam as coisas de casa em um livro etc. História, Latim, e outras coisas, não são tanto necessárias. Falo das pessoas civis e nobres; e destas digo que o estudar Latim, algumas ã necessário, e são as Freiras, porque me parece ridículo que leiam continuamente sem o entenderem". (Verney, 1952, Vol. V., p. 147).

Finalmente, Verney conclui seu "Estudo das Mulheres" ressaltando que a Educação das mulheres em Portugal era pêsima, e que os homens quase as consideravam como animais de outra espécie; incapazes de assimilarem qualquer gênero de estudo e erudição:

"Mas, se os Pais e Mães considerassem bem a matéria, veriam que têm gravíssima obrigação de as ensinar melhor; e que de o não fazerem resulta gravíssimo prejuízo à República, tanto nas coisas públicas, como domésticas". (Verney, 1952, Vol. V., p. 149).

Nessa conclusão se torna explícito o resultado do não aperfeiçoamento educacional feminino. Resulta graves prejuízos para a República pelo fato de serem mulheres pertencentes à classe dominante e pela necessidade de manterem a hegemonia. Os conhecimentos formais e informais são instrumentos importantes para a manutenção do poder desta classe, conseqüentemente não adquirirem essa educação, essas mulheres poderiam aba

lar a estrutura montada pelo poder.

Influência do apêndice "Estudo das Mulheres" no Brasil

Não tenho informações sobre as influências e repercussões desse estudo feminino proposto por Verney no "*Verdadeiro Método de Estudar*" em Portugal. Possivelmente isso afetou de alguma forma o tratamento reservado a elas, visto que essas cartas causaram polêmicas de diversas ordens. Para resgatar tais influências seria necessário um trabalho que recuperasse a educação das mulheres em Portugal, semelhante à tentativa que faço sobre a História no Brasil-Colônia.

No Brasil consegui localizar duas propostas que poderão ter sofrido a influência de suas idéias no período das reformas pombalinas.

A primeira proposta é a obra de José Lino Coutinho, professor de Medicina. Foi escrito no primeiro quartel do século XIX, sob o título "*Cartas sobre a educação de Cora*" que era sua filha.

"Educar seu corpo e seu espírito, a fim de fazermos dela uma sã e virtuosa criatura. Conservando-se a saúde do seu corpo, procuraremos infundir na sua alma... as perfeições morais: Nada precozmente: desgracada toda antecipada educação... Para começar, uma boa educação física. Para crescer e nutrir-se, uma razoável higiene. Nutrição simples e frugal. Brinquem as meninas como quiserem; a correrem ou saltarem. As crianças sirvam igualmente de ambas as mãos, o que podemos chamar ambidexteridade. Duas mãos úteis, em vez de uma... A dança produz utilidades conhecidas ao corpo, melhor garbo a atitude, e muitos movimentos devidos as articulações. (...) Co-
ra veja e brinque com animais feros, ouça estrondos acostume-se ao escuro da noite, à solidão das igrejas, com a vista dos mortos. (...) Mentir e roubar vêm de maus exemplos: com as crianças a franqueza e a generosidade. Uma religião, sim, mas apurada e despida de prejuízos e superstições. Ensine-se a ler e escrever sem o temor dos mestres. Nada de

gramática ou ortografia para começar. Nem palavras esquisitas, nem termos e maneiras afetadas. (...) Nada de castigos corporais: castigos morais, nunca físicos. Não é a força de pancadas que o menino mudará suas más inclinações. A ortografia, agora que escreve, a melhor ortografia, aquela que tenha o cunho dos literatos da nação, porque tendo de acreditar para os outros é mister que ela escreva segundo estes mesmos preceitos. (...) Começar a desenhar. Leituras clássicas. Gramática portuguesa. Língua Francesa. Música, canto. Piano. História Natural, noções ao menos, história natural do homem e da mulher... Com suas diferenças físicas e morais, e que fazem a essência de um e outro sexo. História Geral e do Brasil, Aritmética, Geografia, Astronomia do sistema planetário, Religião, Direito, o seu e o meu. (...) Evitar, quanto puder, a comunicação de Cora com as escravas, que, ordinariamente imorais, falam e obram sem pudor. (...) Dos treze aos catorze anos... começam as regras femininas... Preparar-lhes o advento e seguimento sadio. Higiene Física e moral, segundo o temperamento. As diversões, os teatros... É preciso que aprenda alguns daqueles ofícios que mais próprios são das mulheres. A indústria doméstica; bem manejar a agulha; a fazer bailar o fuso conduzir um ferro de encomar, e a fazer sua cozinha, e nem disto pejo ou vergonha deve ter. (Peixoto, 1936, p. 110): (28)

Eis um resumo da educação de Cora⁽²⁹⁾ traçado por Afrânio Peixoto⁽³⁰⁾ que revela semelhanças com a concepção de educação tratado por Verney.

O fato de iniciar a educação na infância, enfatizam do os exercícios físicos, não forçando a aprendizagem e incutindo hábitos morais e amor à verdade, leva-me a supor que José Lino Coutinho moldou a educação de sua filha Cora nas idéias des

(28) Todos os grifos no texto são meus e foram feitos com objetivo de evidenciar a semelhança com o método de Verney.

(29) Infelizmente, devido a dificuldade de acesso a obras antigas no Brasil, também não foi possível a localização desse trabalho. No entanto, fica registrado a indicação bibliográfica dada por Afrânio Peixoto, para facilitar futuras investigações: "Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso", pelo finado Conselheiro Dr. José Lino Coutinho e publicado por João Gualberto de Passos, Bahia, na Tipographia de Carlos Poggi, Rua Nova do Commercio, 21, 1849; um volume pequeno, in-180 páginas, mais de 50 do catecismo, mais várias de listas, dos subscritores: Afrânio PEIXOTO, A instrução da mulher, p. 107.

(30) Afrânio Peixoto escreveu "Martha e Maria" 1930, "A educação da Mulher" 1936, "Ensinar a ensinar" 1937 e em 1947, "Eunice ou a educação da Mulher", sendo um dos poucos brasileiros que se preocupou com a educação feminina no Brasil.

se pensador. Ao colocar a necessidade da mulher apreender conhecimentos que ultrapassavam na época, as esferas de um livro de rezas, demonstra o quanto essa educação diferia dos moldes introjetados pelos conventos.

Posso citar algumas evidências da influência do método de Verney na concepção de educação traçada por José Lino Coutinho:

A dança como forma de se relacionar socialmente com os pares de seu nível, além de servir como exercício físico para uma postura mais elegante. Essa apreensão deveria ser feita ainda na infância, a fim de que não atrapalhasse as funções da futura dona de casa.

A ênfase dada na Ortografia é também acentuada por José Lino: "*A ortografia, agora que escreve, a melhor ortografia*" Verney muitas vezes ressaltou a aprendizagem como algo importante porque muitas mulheres portuguesas não sabiam escrever.

Outra semelhança que indica os principais reflexos da pedagogia verneiana são a introdução das ciências, ditas naturais.

A admissão da História Natural, História geral e do Brasil são de muita relevância: "*Posto isto, que é o fundamento de toda a educação, e a que menos se deve dar o nome de estudo, tem lugar um estudo mais sólido, que é o da História*" (Verney, 1952, Vol. V., p. 132).

Também a inclusão de outras ciências que não eram ensinadas nos conventos da época assemelham ao método de Verney a proposta de José Lino: geografia, astronomia, religião, noções de direito, enfim disciplinas que teriam por finalidade preencher todos os espaços do conhecimento humano.

Finalmente, quando a jovem possuísse essa educação universal, passaria a aprender os conhecimentos de sua função dentro da sociedade: Trabalhos relativos ao desempenho doméstico,

principalmente aquele que Verney ressaltou com importância: os trabalhos manuais.

Quando Coutinho desejava que Cora aprendesse a manejar a agulha, o fuso, a cozinhar e pedia que não tivesse vergonha disso parece clara a ascendência de Verney, porque essa concepção dos trabalhos manuais não era cabível no final do século XVIII. Estas tarefas ainda pertenciam aos escravos e a ociosidade era símbolo de nobreza. A introdução das artes manuais como fator utilitário no desempenho feminino pode revelar a influência de Verney.

Apesar de se constatar na obra de Coutinho a possível influência de Verney é provável que esta não tenha alcançado grande importância na educação colonial, dado que não a encontramos citada em trabalhos posteriores a este.

De qualquer forma, a educação ministrada à Cora esteve nos moldes da nobreza brasileira. Cora foi, posteriormente, a baroneza de Alagoinhas, mãe do conselheiro Jerônimo Sodré Pereira, professor de Medicina e político do Segundo Império. O ideal de aculturar a mulher para que esta pudesse dar uma melhor educação aos homens afim de que estes tivessem melhor desempenho em suas funções dentro da sociedade foi atingido plenamente, neste caso particular da filha de José Lino Coutinho.

Outra proposta que pode demonstrar influências de Verney no Brasil, diz respeito aos estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória (dirigido às mulheres). Este e o Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça (dirigido aos homens) tiveram seus estatutos redigidos por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, em 1798, na cidade de Olinda, em Pernambuco (31).

(31) Apesar de ser brasileiro, Azeredo Coutinho estudou e viveu por muito tempo em Portugal. Nasceu em 8 de dezembro de 1743, na Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, distrito do Rio de Janeiro. Licenciou-se em cânones na Universidade de Coimbra, e na vida do Reino de então, impregnou-se das idéias iluministas, vindo para o Brasil na década de noventa com o ideal de dedicar-se à educação da mocidade brasileira. Betty OLIVEIRA, *As reformas pombalinas e a educação no Brasil*.

Para conseguir a Igreja e o colégio que haviam pertencido aos jesuítas, Azeredo Coutinho teve que desencadear uma luta ferrenha, façanha que conseguiu em 22 de março de 1796.

O Seminário, reservado aos homens, teve as aulas iniciadas em 10 de janeiro de 1800. O currículo era constituído de: gramática latina, grego, francês, geografia, retórica, história universal, filosofia, desenho, história eclesiástica, teologia dogmática, moral e cantochoão.

O objetivo de D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho com relação a esse seminário era o de formação do clero episcopal. No entanto, devido à formação iluminista (científica e literária) muitos jovens não seguiram a carreira religiosa. Foram aqueles que se tornaram líderes dos diversos movimentos políticos no Brasil.

"Vieram a ser os heróis dos movimentos de emancipação política do Brasil em 1817, da própria independência do País e ainda do movimento de 1824. E foi por isso cognominado 'escola de heróis'". (Oliveira, 1973, p. 55).

Pernambuco foi dessa forma a maior experiência positiva que as reformas pombalinas deixaram como prova no Brasil setecentista. Nos demais Estados, no entanto, o método não obteve tanto sucesso.

"Para compreender essa época no Brasil, na parte da educação é preciso ler com cuidado essa riquíssima correspondência. Dá detalhes interessantes dos aspectos educacionais, desde comentários das aulas até as dificuldades de adaptação ao ambiente brasileiro que tiveram os professores lusitanos. Somos da opinião de que outras capitânias esses mesmos problemas deveriam estar aconterendo: não aceitação de novo método e conseqüentemente 'saudades dos antigos mestres' e seu respectivo método; antipatia dos naturais para com os professores da Coroa; intrigas e mais intrigas e conseqüente evasão escolar; professores 'naturais' que cobravam suas

aulas além de utilizar os livros proibidos; cassação dos direitos de muitos desses professores que ensinavam sem licença real, etc." (Oliveira, 1973, p. 50).

No que se refere ao Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, reservado à educação escolarizada das mulheres, os dados coletados até aqui não respondem se houve também uma "escola de heroínas" ou mulheres que se destacaram na sociedade da época, devido ao conhecimento assimilado de acordo com as idéias iluministas de Verney, que podem ter sido adotadas por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho.

Pode-se pensar que o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória seguia o método preconizado por esse autor ⁽³²⁾.

Observe o estatuto no que se refere as funções da mulher na esfera doméstica e a serventia que Verney discorre na página 100 citado por mim neste trabalho:

"As mulheres ainda que se não destinam para fazer a guerra, nem para ocupar o ministério das coisas sagradas, não têm contudo ocupações menos importantes ao público. Elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz, e filhos que educar em virtude". (Silva, 1981, p. 71).

Também sobre a forma de aprender brincando com o jogo das cartas no ensino das primeiras letras do alfabeto, repetem-se as mesmas idéias. Observe Verney:

"Por isso, me agrada aquele método que alguns observam, ainda antes de lhe ensinar a escrever: pintar as letras do Alfabeto nas costas das cartas de jogar, e, por modo de divertimento, jogar com eles,

(32) Maria Beatriz Nizza da Silva publicou um trabalho comparativo dessas duas instituições religiosas, atribuindo a M. Fénelon as influências dos estatutos, que por sua vez foi um dos precursores de Verney. Para a análise de alguns itens do estatuto, me pautarei no presente trabalho, in: *Cultura no Brasil Colônia*. O mesmo estudo foi publicado como artigo na *Revista de História*, São Paulo, nº 109, jan/mar, de 1977, p. 149.

ensinar-lhe que letra $\bar{e}$, mandar-lha proferir, e i-las ajuntando. Desta sorte, quando aos sete anos se ensina a ler, tem a criança vencido a metade da dificuldade sem o advertir, e facilmente lerá". (Verney, 1952, Vol. V., p. 130).

Repare no estatuto:

"...para que elas aprendam com gosto, lhes fará das cartas do alfabeto, com quatro baralhos de cartas de jogar, em papéis mais pequenos; um dos quais contenha tantas cartas, quantas letras tem o alfabeto, cada uma com a sua letra escrita com os caracteres pequenos: outro baralho feito da mesma forma com todas as letras escritas com os caracteres grandes, ou iniciais; o terceiro que contenha o mesmo alfabeto, escrito com os caracteres da letra romana, ou de imprensa; o quarto composto de dez cartas, em as quais da mesma sorte estejam escritas separadamente as dez letras do algarismo". (Silva, 1981, p. 75)

Outra passagem que lembra o método de Verney é sobre as regras de aritmética, que vem logo após a arte de ler e escrever. Veja Verney:

"Depois disso (ler e escrever), devem-lhes ensinar as quatro primeiras operações de Aritmética, as quais são todos os instantes necessárias para a economia da casa. Isto aprende-se em quinze dias com facilidade, havendo um mestre que o saiba explicar bem; pois bem se vê que, do ler para diante, requer-se um mestre, visto que as mães não têm todo o tempo, ou paciência, ou doutrina, para isso". (Verney, 1952, Vol. V., p. 132).

Agora observe a semelhança nos objetivos da aprendizagem da aritmética, prescrita nos estatutos:

"Sabendo ler e escrever, as meninas apreciam a arte de contar. Vencido o trabalho de decorar a tabuada, passarão a lhes ensinar a fazer contas de somar, diminuir, multiplicar e dividir, e 'posto que seja espinhoso para muita gente, maiormente para as mulheres' este aprendizado, é dele que depende a boa ordem das casas". (Silva, 1981, p. 76).

Toda a educação das mulheres proposta por Verney , tem como objetivo o lar, a serventia doméstica. Mas além da casa e da tarefa de educar os filhos, a mulher cabia a arte de "prender" o marido em casa, a fim de que este não colocasse em risco o patrimônio da família. Nisso também se vê reflexos verneianos inseridos nos estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória. Observe a fala do Barbadinho sobre o assunto:

"Persuado-me que a maior parte dos homens casados que, não fazem gosto de conversar com suas mulheres, e vão a outras partes procurar divertimentos pouco inocentes, é porque as acham tolas no trato; e este é o motivo que aumenta aquele desgosto que naturalmente se acha no contínuo trato de marido com mulher. Certo é que uma mulher de juízo exercitada saberá adoçar o ânimo agreste de um marido áspero e ignorante, ou saberá entreter melhor a disposição de ânimo de um marido erudito, do que outra que não tem estas qualidades; e desta sorte, reinará melhor a paz nas famílias". (Verney, 1952, Vol. V, p.126).

O trabalho que é solicitado para as mulheres não é socialmente útil, ou seja o trabalho produtivo que mantém o sistema colonial. No entanto é através da sua atividade que tornava-se possível mantê-lo.

Explicitamente o que se nota nesse período é que sua erudição é solicitada porque o homem também se aperfeiçoa através das ciências modernas. Nesse sentido, observe-se o estatuto:

"No Recolhimento as educandas exercitavam-se numa arte difícil e absolutamente necessária à sua condição feminina: 'A arte de prender a seus maridos e filhos, como por encanto, sem que eles percebam a mão que os dirige, nem a cadeia que os prende'. Pois o marido, se não acha em sua casa um objeto que o distraia e divirta, ou vai procurar o divertimento em outra parte, ou se deixa conduzir por um amigo, muitas vezes falso, que debaixo do véu de um divertimento lícito e honesto, o levará à casa de jogo' o que representará a perda total de sua honra e da sua casa". (Silva, 1981, p. 77).

Parece que a influência do "Verdadeiro Método de Estudar" de Luís Antonio Verney esteve aí presente, no estatuto desse recolhimento e, dessa forma, no Brasil-Colônia.

Aos homens estava reservada a introdução nas disciplinas modernas, tais como a Filosofia natural e a História, com isto amenizando os programas demasiadamente rígidos de Gramática, Retórica e Filosofia Racional e Moral que os jesuítas ministravam anteriormente à reforma pombalina.

À mulher, destinada a gerar os descendentes da colônia, possivelmente recebeu uma educação um pouco mais erudita do que a dos tempos dos jesuítas, mas isso foi feito apenas em função do aperfeiçoamento que as ciências exigiam da sociedade vista como um todo.

De forma concreta essas duas propostas no Brasil, tanto a educação de Cora, como os estatutos do Recolhimento de Olinda em Pernambuco tais como Verney mudaram os "conteúdos" ministrados pelos religiosos, mas a forma de encarar a mulher continuava a mesma: restrita a esfera doméstica, na arte de procriar filhos e cuidar do marido.

Até 1808, a educação de uma maneira geral continuou a mesma. Com a vinda de D. João VI houve uma mudança no Brasil "Cêrca de vinte mil europeus, vindos de Portugal com o rei, se estabelecendo na cidade (Rio de Janeiro) daí resultando naturalmente que os costumes do Brasil se modificarem pelos da Europa". (Maximiliano, 1940, p. 31).

Com relação à educação feminina, parece que pouco se modificou. De acordo com Debret:

"Desde a chegada da corte ao Brasil tudo se preparava mas nada de positivo se fazia em prol da educação das jovens brasileiras. Esta, em 1815 se restringia, como antigamente, a recitar preces de cor e a calcular de memória sem saber escrever ou fazer as operações". (Debret, 1975, Vol. II, p. 11).

Os conventos continuaram a crescer e seus objetivos não foram, ao que parece, modificados. Os escândalos prosseguiram. A Rua do Recolhimento da Misericórdia começou a ser chamada Rua do Namoro. Pinho conta que Alberto Pimentel em seu livro "A corte de D. Pedro IV" narra esse episódio, sobre mais uma aventura do Imperador Pedro I:

"D. Pedro teve em Angra um romance de amor nos conventos dos Açores. Havia raptos, fugas audazes. De uma só vez em 1809, fugiram do convento da Glória do Fayal cinco religiosas. Em 1832 os soldados de D. Pedro cultivaram a tradição que era fácil e certa. Elle mesmo foi na onda aventureira; não quis ficar atrás dos seus bravos expedicionários. Toda a gente sabia em Angra das relações íntimas do imperador com uma freira do convento da Esperança, rapariga de 23 annos muito formosa, Anna Augusta Peregrino Falleiro Toste que D. Pedro conhecera quando ella exercia o cargo de sineira. Destas relações nasceu um filho, já depois do Imperador estar ausente de Angra. A criança passou pela roda dos expostos e recebeu o nome do pai. Viveu quatro ou cinco annos apenas. Foi sepultada no Sítio junto ao adro da Sê. O partido Liberal da Terceira fez-lhe um enterro pomposo". (Pinho, 1918, p. 133).

Como é possível observar por essa citação pouco se modificou na vida "intra-muro". Teoricamente, a entrada das mulheres de elite no convento representava uma renúncia à vida em sociedade, mas na realidade ela permitia além de uma iniciativa no campo da administração, adquiria relativa independência e auto-realização. Possibilitava a algumas uma vida rodeada de amigas, família e até escravos. Entabulavam romances ilícitos ao lado de compras e vendas de propriedades. Nesse sentido, os conventos eram reflexos da sociedade colonial, reproduzindo o sistema mas muitas vezes o superando, possivelmente, através das resistências e das novas situações que eram criadas naqueles ambientes pelas mulheres.

CONCLUSÃO

A análise do processo educativo da mulher no Brasil-Colônia, especificamente da mulher branca de elite, teve como propósito resgatar o maior número possível de informações, a fim de que uma primeira etapa da historiografia educacional feminina fosse iniciada no Brasil.

Apesar da dificuldade em encontrar documentos que enfocassem com maior precisão o papel da mulher nesse período histórico, cada citação representou uma riqueza de dados passíveis de discussões sob diferentes ângulos. Muitas delas foram colocadas no próprio texto.

Sendo um tema bastante amplo e um período abrangente, no Capítulo I tentei resgatar as raízes do processo histórico. O objetivo era captar o verdadeiro sentido da colonização pelos portugueses. Dessa forma, destaquei os diversos aspectos econômicos, sociais e políticos do período e procurei evidenciar a forma como se deu a vinda das mulheres brancas para o Brasil. Em consequência das conclusões desse primeiro capítulo é possível deduzir que a emigração solitária do colono em função dos interesses mercantis provocou a ausência da família, facilitando a miscigenação com outras mulheres de condição social considerada inferior e estimulando a criação do mito da mulher branca. Ficou a cor branca sendo um dos elementos discriminatórios da colônia, isto porque ela era a cor da classe dominante.

Nesse sentido foi criada uma política de valorização da mulher branca que acarretava dificuldades às outras mulheres.

Essa política apresentava-se, às vezes, explícita através de ordens reais, tais como a proibição das negras se enfeitarem e implícitas como nos contos de literatura, por exemplo, a "Moura Torta".

Tanto a cor era uma das expressões da diferenciação das classes que no segundo capítulo procurei deixar explícito que os interesses da classe de cor branca, era o de dominar os outros segmentos, em função do modo de produção colonial. A necessidade da manutenção da hegemonia deu às mulheres brancas de elite poder para assumirem papéis de comando que a princípio eram considerados masculinos. Assim, adquiriram informalmente os conhecimentos necessários à administração dos negócios coloniais.

Da mesma forma, as outras mulheres de condição social considerada inferior, aprenderam, pelo próprio lugar ocupado na relação de produção, a desempenharem tarefas que lhes emprestavam forças físicas a ponto de superarem o estereótipo de fragilidade que a sociedade colonial transmitia acerca das mulheres em geral.

Em decorrência do tipo de abordagem que o capítulo anterior exigiu sobre os pares dentro de uma mesma classe, no terceiro capítulo tentei explicitar a origem da família patricial e as contradições que se achavam inseridas na relação do poder paterno com os diversos elementos que lhes deviam submissão.

Dentro da luta maior que se travou no Brasil-Colônia entre a classe dominante composta pelos senhores de terra e a classe dominada, escravos e semi-livres, percebi um segundo con

flito que se tratava da supremacia do homem sobre a mulher. Nessa linha de raciocínio destaquei a família patriarcal como sendo a forma de união que se baseava em condições econômicas e a mulher tendo como função a de ser a geradora dos "varões" que preservassem a hegemonia masculina.

Entretanto, apesar dessa obediência da mulher de elite ao senhor patriarcal, as resistências ocorriam. Não só a mulher resistia, mas também outros membros da família, como os filhos. Porém esse conflito não chegava a ameaçar os interesses dessa classe em que a questão econômica era mais importante do que a afetiva.

Quanto às escravas, essas eram espoliadas pelo trabalho de produção material recebendo ordens do senhor, da senhora e dos filhos desses, além de serem submetidas sexualmente pelos colonizadores. Mesmo que exploradas no seu trabalho produtivo e no seu próprio corpo, contraditoriamente, elas dominavam o senhor tornando-o escravo do prazer. Isto era possível porque possuía um conhecimento da sexualidade que representava uma vitória sobre a sinhã-moça ignorante desses feitiços.

Continuando a análise do material a que tive acesso, foi possível observar que sendo o matrimônio na família patriarcal baseado em laços econômicos não havia interesse afetivos como já coloquei. Assim, muitas vezes, ambos procuravam as relações amorosas fora do casamento. Dessa forma, a mulher branca de elite buscava no adultério proibitivo aquilo que o "senhor" seu marido obtinha no heterismo aceitável pela sociedade colonial e assim a família patriarcal perdia com o

tempo o respeito filial e o orgulho doméstico.

No quarto capítulo, tentei reunir os elementos que possivelmente compuseram o processo educativo colonial, tanto a nível de educação informal como formal, bem como os mecanismos resultantes desse processo.

Sendo o objetivo dos colonizadores o lucro no comércio ultramarino dos produtos da colônia, o interesse tanto desses como da metrópole pela educação formal, não passava de um instrumento para a conquista dos gentios através da catequese e para a formação do clero brasileiro.

A educação feminina de uma forma geral teve a influência da tradição ibérica, fundamentada nos costumes dos mouros no sentido de manter a mulher em reclusão e considerá-la um ser inferior. Limitada ao mundo doméstico, o trabalho feminino ficava restrito a dar ordens aos escravos. Sendo o trabalho manual tarefa degradante, a mulher viveria no ócio e isso lhe trazia consequências nefastas ao corpo. Além das contínuas gestações que em pouco tempo envelheciam essas mulheres.

O clero teve influência na vida feminina colonial. Comprometido com a ordem social existente, compactuava com os senhores patriarcais, tirando proveito sexual e financeiro das mulheres, através das igrejas e dos conventos.

Entretanto, contrariamente, os espaços destinados à prática religiosa foram utilizados por algumas mulheres como forma de resistência a essa submissão masculina. Foram neles, conventos e templos religiosos, que muitas iniciaram romances proibitivos.

Também as mulheres negras influenciaram a vida da

mulher branca de elite, através da presença da mãe-preta, das crenças e superstições, etc... além da própria linguagem.

Quanto à educação formal das mulheres, considerada heresia social tanto em Portugal como no Brasil, a sua ausência acarretou uma imensa massa de mulheres analfabetas na colônia. Os preconceitos limitando o acesso de mulhres ao mundo cultural ficou revelado no abecedário do poeta português Gonçalo Trancoso. Além do mais a educação letrada não era necessária ao sistema colonial, nesses primórdios. Assim sendo, o pedido de instrução para as mulheres feito por parte dos indígenas no começo da colonização só poderia ser recusado pela metrópole. Para os colonizadores, a educação das mulheres nos moldes das tradições portuguesas as restringia ao lar e ao respeito que deviam aos homens. Jamais era vista como entre os indígenas, as companheiras de uma vida em comum.

Entretanto, o analfabetismo a que as mulheres coloniais ficaram sujeitas, resultou em prejuízo financeiro e moral para muitas famílias da elite colonial. Espoliadas em suas heranças, indefesas frente aos abusos masculinos, sempre que ficavam em situações delicadas, não conseguiram resultados favoráveis como os homens, quando recorriam ao poder do rei. No entanto, algumas solicitaram o auxílio real, através da escrita como ficou revelado no exemplo de Dona Margarida de Mendonça. Isso me leva a concluir que, se de um lado os pais e maridos não permitiam a leitura das mulheres com o receio de verem seus domínios ameaçados, por outro lado, essa ausência de instrução facilitou a extinção de bens construídos ao longo de anos por esses homens através do trabalho escravo.

No entanto, apesar de não saberem ler nem escrever, essas mulheres coloniais criaram outras formas de comunicação, que podem ser entendidas como diferentes mecanismos de resistência. É o caso da utilização da linguagem das flores como forma de burlarem vigilância dos pais e maridos aos romances indesejáveis.

Quanto aos conventos, instituições sob o poder da Igreja Católica, tinham esses as funções que longe de serem educacionais, eram econômicas e políticas. Reflexo da sociedade vigente, funcionavam muitas vezes como empresas financeiras de crédito para os senhores rurais e também como prisões místicas tanto para aqueles que não queriam repartir heranças com as mulheres, bem como para o próprio governo que através de cartas régias trancaficavam-nas lá, como é o exemplo da irmã fugitiva que recorreu a um advogado para tirá-la desse tipo de penitenciária.

Apesar disso, essas mulheres de elite no papel de freiras e madres foram administradoras dessas instituições, instruindo-se sobre uma das questões do Brasil Colônia, ou seja, a gestão econômica. E desempenhavam muito bem as funções administrativas contrariando desta forma a expectativa do sistema colonial quanto a sua incompetência neste campo.

Com respeito à reforma pombalina, no que se refere à educação das mulheres pouco pude captar. Vale como registro para outras investigações, o apêndice de Luís Antonio Verney da obra "O Verdadeiro Método de Estudar" e o enfoque das duas propostas da sua possível influência, recolhidas de fontes secundárias. Não foi possível esclarecer se as mesmas foram via

bilizada concretamente. A nível do discurso alteraram o conceito sobre os trabalhos manuais, concebendo-os como tarefa não mais degradante, coisa de escravos, mas como atos de estancamento da ociosidade dentro do lar.

Acredito que, pela documentação encontrada, a educação da mulher branca de elite no período colonial embora mais restrita à gerência e, à administração da casa, ao cuidado com o marido e à procriação de filhos, possibilitou-lhe também formas diferentes de atuação, como demonstrei.

Acredito que o fundamental no trabalho analisado é a luta que se trava entre a dominação masculina e a resistência das mulheres. E é através dessa luta que elas conseguiram avançar no seu papel, ao lado da classe social que detinha a hegemonia colonial.

Se durante os primórdios da colonização a mulher branca de elite possuía como alternativa principal a reprodução de filhos, no final do Brasil-Colônia ela não conseguiu ultrapassar essa função, considerando-se como administradora de bens, através dos conventos. A imagem que nos foi transmitida de que não houve educação para as mulheres durante o período colonial correspondeu aos objetivos do sistema vigente. Apenas aparentemente a educação não lhe era cabível. Ficou claro que apenas os filhos que não eram primocênitos tinham direito a educação formal, nesse caso tanto aquele que iria dirigir os negócios da família como as mulheres não recebiam educação escolarizada. Apesar disso, algumas mulheres tiveram educação informal necessária, tanto que souberam administrar as fazendas, os latifúndios e conventos com êxito.

Quanto a submissão que lhes era imposta ficou explícito que esta não era aceita passivamente. As formas de reação ficaram evidentes quando resguardadas na casa, procuravam maneiras de burlarem a vigilância masculina. Exemplo disso é o relato de que na Bahia foram registrados 30 casos de adultério em apenas um ano. E quando prendiam-nas nos conventos, procuravam resistir através das fugas e dos escândalos amorosos, do luxo dos quartos usando a mesma decoração das grandes cortes.

Não permitiam que tivessem a mesma liberdade amorosa que o sexo masculino, no entanto tiveram muitos amores secretos. Não lhes permitiam a instrução letrada, mas elas se comunicavam de outras formas.

Essa resistência que se colocou dentro do período se pode constatar através dos dados coletados e provavelmente devam existir outros. Não tenho condições de buscá-los e os historiadores os silenciaram ao longo do tempo, bem como a participação social que as mulheres tiveram. Devo ressaltar ainda que a atuação delas foi importante mesmo quando ficaram em casa e exerceram as prendas domésticas, porque ao fazerem o que lhes era destinado deram suporte ao sistema e necessariamente aos mecanismos de reação que se ergueram contra ele.

A luta que se travou entre as classes e entre homens e mulheres permitiu que a dominação existisse, mas também a resistência.

Quanto ao aspecto específico que trato neste trabalho, a não passividade feminina representou a possibilidade

de conquistar espaços significativos de atuação, inclusive no campo da educação formal, como foi mostrado na vida conventual. Evidentemente, isto se processou dentro das mudanças possíveis feitas no modo de produção, no campo político e social.

Finalmente acredito que seja possível que futuras investigações acrescentem às reflexões aqui registradas muitos aspectos que venham a preencher a lacuna que essa área da historiografia educacional brasileira apresenta. Até o presente momento procurei colocar nesse trabalho aquilo que me foi possível captar, portanto todas as críticas a serem feitas constituirão a única forma de enriquecê-lo.

BIBLIOGRAFIA LEVANTADA

- ABREU, Capistrano de. Capítulos da História Colonial. (1500-1800) 4ª. Ed. Brasília, Universidade, s.d.
- ACCIOLI, J. e AMARAL, B. Memórias Históricas e Políticas da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1931, 5 vols.
- AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe e AGASSIZ Cabot Cary. Viagem ao Brasil. (1865.1866); trad. João Etienne Filho, apres. Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, 1975 (Reconquista do Brasil, vol. 12).
- ALORNA, Marquesa de. "Inéditos - Cartas e outros escritos". Seleção. prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade. Lisboa, Sá da Costa, 1941.
- ALLAIN, Émile. Rio de Janeiro (quelques donnés sur la capitale et sur l'administration du Brésil). Paris, Bibliothèque des Deux-Mondes, L. Frinzine et Cie.; Rio de Janeiro, Lachaud, 1886.
- ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil. São Paulo, Saraiva/EDUSP, 1978.
- ANDREWS, Christopher Columbes. Brazil, its condition and prospects. By C.C. Andrews, ex-Consul-General to Brazil, and formerly United States Minister to Sweden and Norway. New York, D. Applenton and Company, 1887.
- AZEVEDO, Thales de. Povoamento da cidade de Salvador. Bahia, Itapuã, 1969.

AZZI, Riolando. A vida religiosa feminina no Brasil: síntese histórica. Rio de Janeiro, CERIS, 1969.

BARROSO, Carmem e COSTA, Albertina Oliveira. Mulher, Mulheres. São Paulo, Cortez/FCC, 1983.

BARROSO, José Liberato. "A instrução pública no Brasil". Rio, Garnier, 1867.

BASBAUM, Leôncio. História sincera da República. Das origens até 1889. 4ª. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

BIARD, François-Auguste. Dois anos no Brasil; trad. de Mário Sette. São Paulo, Nacional, 1945. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª. - Brasiliana, vol. 244).

BINZER, Ina von. Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil; trad. Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira., introd. Antonio Callado, prefácio Paulo Duarte. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

BITTERCOURT, Adalzira. A Mulher Paulista na História. Rio, Livros de Portugal, 1954.

BORGES, Wanda Rosa. A profissionalização feminina. Uma experiência no ensino público. São Paulo, Loyola, 1980.

BOXER, C.R. Women in Iberian expansion overseas. (1415-1815) Some facts, fancies and personalities. New York, Oxford University Press, 1975.

- BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a História Natural dos distritos Auri-Diamantíferos acompanhados de um mapa; trad. de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenteldt. São Paulo, Martins, 1952. (Biblioteca Histórica Brasileira).
- CANSTATT, Emil Arthur Oskar. Brasil - terra e gente. (1871); trad. de Eduardo de Lima e Castro, ilustr. de Israel Cysneiros. 2ª ed. Rio, Conquista, 1875. (Coleção Brasileiros, 18)
- CARVALHO, Austraciano de. Brasil Colônia e Brasil Império. Rio, Tipografia do Comércio, 1927.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio, Campus, 1980.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. As reformas pombalinas da instrução pública. São Paulo, Saraiva/EDUSP, 1978.
- COUTINHO, José Lino. Educação de Cora, seguidos de um catecismo moral, político e religioso. Bahia, Carlos Pongetti, 1849.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 2ª ed. São Paulo Liv. Ciências Humanas, 1982.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- DEBRET, Jean Baptista. Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil.- 6ª ed. São Paulo, I.N.L., 1975. 2 vols.
- DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX. Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo, Brasilense, 1984.

- DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 9ª ed. Trad. Manuel do Rêgo Braga. Rio, Zahar, 1983.
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado; trad. J.S.Paes. São Paulo, Global, 1984.
- EVANS, E.E. e PRITCHARD. La mujer en las sociedades primitivas y otros ensayos. Barcelona, Península, 1971.
- EWBANK, Thomas. A vida no Brasil, ou o Diário de uma visita à terra do cacaueiro e das palmeiras, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas; trad. de Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo/EDUSP, 1976. (Reconquista do Brasil, v. 28).
- EXPILLY, Jean Charles Marie. Mulheres e costumes no Brasil; trad. prefácio e notas de Gastão Penalva. 2ª ed. São Paulo, Nacional, Brasília, I.N.L., 1977. (Reconquista. Brasileira, vol. 54).
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato no lítico brasileiro. 5ª ed. Porto Alegre, Globo, 1979. v.2.
- FERREIRA, Félix. O lyceu de Artes e Officios e as aulas de dezembro para o sexo feminino. Rio, Hildrebrandt, 1881.
- FIRESTONE, Shulamith. A dialética do sexo, um estudo da revolução feminista; trad. Vera Regina Rebelo Terra. Rio, Labor do Brasil, 1976.
- FRANCHETTO, B. et alii. Antropologia e feminismo. Rio, Zahar, 1980. (Perspectivas antropológicas da mulher, vol. 1).
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. São Paulo, José Olympio, 1975. 2 vols.

- GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841; trad. de Milton Amado. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo/EDUSP, 1975. (Reconquista do Brasil, vol. 13)
- GENOVESI, Antonio. As instituições de lógica; trad. de Miguel Cardoso, introd. do Prof. Antonio Paim. Rio de Janeiro, Documentário, Pontifícia Universidade Católica, Brasília, Conselho Federal de Cultura, 1977.
- GOMES, Guacira Lopes. Evolução da educação escolar no Rio Grande do Sul (A educação feminina no Instituto de Educação de Porto Alegre) Campinas, UNICAMP, 1985, mimeo.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. Professora de amanhã: um estudo de escolha ocupacional. Rio, MEC/CBPE/INEP, 1965.
- GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem e de uma estadia nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823; trad. e notas de Américo Jacobina Lacombe, da PUC-RJ. São Paulo, Nacional, 1956. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V-Brasileira, v. 8).
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da História. 5ª ed. Rio, Civilização, 1984.
- Os intelectuais e a organização da Cultura, Rio, Civilização, 1982.
- HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- A mulher no Brasil; trad. Eduardo F. Alves. Civilização, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo, José Olympio, 1948.

HORMEYER, Joseph. O que Jorge conta sobre o Brasil; trad. de Bertholdo Klinger. Rio de Janeiro, Presença, 1966. (Coleção Germânica).

HOORNAERT, Eduardo et alii. História da igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época, Tomo 2. 2ª ed. Rio, Petrópolis, Vozes, 1979.

HORTA, Elisabeth Vorcaro. A mulher na cultura brasileira. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1975.

HUBERT, René. História da Pedagogia; trad. e notas de Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Pena. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1976.

KIDDER, Daniel Parish e FLETCHER, James Cooly. O Brasil e os brasileiros. (Esboço histórico e descritivo); trad. de Elias Doliniti, revisão e notas de Edgard Sussekind de Mendonça. São Paulo, Nacional, 1941. 2 vols. (Biblioteca Pedagógica, série V - Brasiliana, vol. 205 A).

KIDDER, Daniel Parish (1815-1891) Reminiscências de viagens e permanências no Brasil, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das províncias; trad. de Moacir N. Vasconcellos. São Paulo, Martins, EDUSP, 1972. 2 vols.

KOLLONTAI, Alexandra. Autobiografia de uma mulher emancipada. Barcelona, Fontamara, 1976.

LAMBERG, Moritz. O Brasil (Ilustrado com gravuras); trad. de Luiz de Castro. Rio, Nunes, 1895. 2 vols.

- LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil, São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954.
- LEITHOLD, Joh Gottfr. Theodor von & RANGO, Fried Ludwig. O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819; trad. de Joaquim de Souza Leão Filho. São Paulo, Nacional, 1966 (Brasiliiana, v. 328).
- LENIN, V.I., Sobre a emancipação da mulher; trad. Maria Celeste Marcondes. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- MAC-ÉRIN, V. Huit mois sur les deux océans. (Voyage d'etrudes et agréments) par V. Mac-Érin, membre de la Societé de Geographie de Paris. Tours, Cattier, 1882.
- LOPES, Eliana Marta Teixeira. Perspectivas Históricas da Educação. São Paulo, Ática, 1986.
- LOPEZ, Luis Roberto. História do Brasil Colonial. 4ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- MACHADO, Alcântara. Vida e Morte do Bandeirante; trad. Sérgio Milliet. São Paulo, Martins, 1965.
- MARTINS, Oliveira. História da Civilização Ibérica. Lisboa, Guimarães & Cia., 1984.
- História de Portugal. Lisboa, Guimarães & Cia. 1977.
- MARX, K. e ENGELS, F. Crítica da educação e do ensino; introd. e notas de Roger Dangeville. São Paulo, Moraes, 1978.
- Sobre a mulher. São Paulo, Global, 1981.
- MAXIMILIANO. (Príncipe de Wied-Newwich) Viagem ao Brasil. 2ª ed. SP, Nacional, 1940 (Brasiliana, série V, Vol. I e II).

MATTOS, Luiz Alves de. Primórdios da educação no Brasil. Rio, Aurora, 1958.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira. São Paulo, Ática, 1978.

MICHEL, Andréé. O feminismo. Uma abordagem histórica, trad. Ângela Loureiro de Souza. Rio, Zahar, 1982.

MOACYR, Primitivo. A instrução e o Império. São Paulo, Nacional, 1936.

MOREIRA LEITE, Míriam et alii. Aspecto da condição feminina no Rio de Janeiro no séc. XIX (Antologia de textos de viajantes estrangeiros) São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1984.

A condição feminina no Rio de Janeiro. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1984.

A mulher no Rio de Janeiro no século XIX. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1982.

MULHER BRASILEIRA. Bibliografia Anotada I e II. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, Brasiliense, 1979 e 1981.

A MULHER POBRE NA HISTÓRIA DA IGREJA LATINO-AMERICANA. Maria Luiza Marcílio (Org.) São Paulo, CEHILA/ed. Paulinas, 1984.

O NASCIMENTO DA MODERNA PEDAGOGIA: VERNEY. Introd. do Prof. Antonio Paim. Pontifícia Universidade Católica/Rio. Conselho Federal de Cultura. Editora Documentário, 1979. (Textos Didáticos do pensamento Brasileiro, v.2) (Coleção Documenta Brasil, 10).

NOVAES, Maria Eliana. Professora primária: mestre ou tia. São

Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984. (Coleção Educação Contemporânea).

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial, in: Carlos Guilherme Mota (Org.) Brasil em perspectiva. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1969.

OLIVEIRA, Betty. As reformas pombalinas e a educação no Brasil. São Carlos, UFSCAR, 1973. mimeo.

PAIVA, José Maria de. Colonização e catequese. (1954-1600) São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.

PEIXOTO, Afrânio. Breviário da Bahia. Rio, Agir, 1945.

A educação da mulher. São Paulo, Nacional, 1936.

Eunice ou a educação da mulher. Rio, Jackson, 1947.

Martha e Maria. Documentos de Ação Pública. Rio, 1930.

PEREIRA, Luiz. O magistério primário numa sociedade de classe. São Paulo, Pioneira, 1969.

POLYANTHÉIA, COMMEMORATIVA DA INAUGURAÇÃO DAS AULAS PARA O SEXO FEMININO IMPERIAL - Lyceu de Artes e Offícios. Rio, 1881.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 2ª ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.

PRADO JR., Caio. Evolução política do Brasil. Colônia e Império. 14ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

História econômica do Brasil. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1949.

Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia.

7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a História do levante dos males. 1835. São Paulo, Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Maria Luiza dos Santos. História da Educação Brasileira. 5ª ed. São Paulo, Moraes, 1984.

RIBEYROLLES, Charles. Brasil Pitoresco (História - Descrições Viagens - Colonização - Instituições); trad. e notas de Gastão Penalva. São Paulo, Martins, 1941. 2 vols. (Biblioteca Histórica Brasileira).

RODRIGUES, Leda Maria Pereira. A instrução feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

ROMANELLI, Otazia de Oliveira. História da educação no Brasil. 1930-1973. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1980.

ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHIER, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. trad. de Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio, Paz e Terra, 1979.

ROSA, Maria da Glória de. A história da educação através dos textos. 2ª ed. rev. São Paulo, Cultrix, 1972.

ROSEMBERG, Flúvia e PINTO, Regina Pahim. A educação da mulher. São Paulo, Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1978.

RUGENDAS, Johann Moritz, Viagem pitoresca através do Brasil. Trad. Sérgio Milliet. 5ª ed. São Paulo, Martins, 1954. (Biblioteca Histórica Brasileira).

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. São Paulo, Vozes, 1979.

A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1979.

SANCHES, Ribeiro. Dificuldades que tem um reino para emendar-se, e outros textos. Seleção, apresentação e notas de Victor de Sá. Lisboa, Inova Limitada, s.d.

SANTOS FILHO, Licurgo. Uma comunidade rural no Brasil antigo. Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia. São Paulo, Nacional, 1936.

SAVIANI, Dermeval. Do senso comum à consciência Filosófica. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.

SCHENEIDER, Otto. Curiosidades brasileiras. Rio, Pongetti, 1954.

SÉRGIO, Antonio. Breve interpretação da História de Portugal. 11ª ed. Lisboa, Sá da Costa, 1983.

SILVA, Geraldo Bastos da. A educação secundária: perspectiva teórica e histórica. São Paulo, Nacional, 1969. Coleção Atualidades Pedagógicas, vol. 94.

SILVA, Maria Beatriz da. Cultura no Brasil Colônia. Rio, Vozes, 1981.

Educação feminina e educação masculina no Brasil Colonial. in: Revista de História(USP) vol. LV, 109, Jan./mar., 1977.

SMITH, Herbert Huntington. Brazil: The Amazonas and the Coast. By Herbert H. Smith illustrated from Sketches by J. Wells Chamney and others. New York, Charles Scruber's Sons, 1879.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação econômica do Brasil. Rio, Civilização, 1976.

Formação História do Brasil. Rio, Civilização, 1976.

Ideologia do colonialismo. São Paulo, Civilização, 1976.

SOEIRO, Susan. A. A baroque nunnery; the economic and social role of Colonial Convent Santa Clara do Desterro, Salvador, Bahia, 1677 - New York/1974. Thesis (Ph.D.)-New York Univ.

SOUTHEY, Robert. História do Brasil. Rio, Garnier, 1862. 6 vols.

SPIX, Johan Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. Viagem pelo Brasil. Trad. de Lucia Furquim Lahmeyer, revisores Ramiz Galvão e Basílio Magalhães (anotador). Rio, Imprensa Nacional 1938. 4 vols.

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil; arrojadas no séc. XVI entre os antropófagos do novo mundo; trad. de G. de C. Franco. São Paulo, Gutemberg, 1942, 2 vols.

TANURI, Leonor Maria. O ensino normal no estado de São Paulo-1890-1930. São Paulo, USP, 1979.

TAUNAY, Affonso. Na Bahia Colonial. Rio, Nacional, 1925.

TEIXEIRA, Francisco M.P. & DANTAS, José. Estudos de História do Brasil. São Paulo, Moderna, 1971.

VAINFAS, Ronaldo. História e sexualidade no Brasil. Ronaldo Vainfas (organizador) Rio, Graal, 1986.

VERNEY, Luís Antonio. Verdadeiro Método de Estudar. Ed. Organizada por Antonio Slagado Jr. Lisboa, Sá da Costa, 1952, 5 v.

Verdadeiro Método de Estudar. Seleccção, introdução e notas de Antonio Alberto de Andrade. Lisboa, Verbo, 1965.

XAVIER, Maria Elisabeth S.P. Poder político e educação de elite. São Paulo, Cortes/Autores Associados, 1980.

WRIGHT, Marie Robinson. The new Brazil. Its resources and attractions historical, descriptive and industrial. Philadelphia, Georges Barrie. London C.D. Cazenove & Son; Paris, S/C/P, 1901.

ARQUIVOS

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Estatutos para o Recolhimento de Santa Theresa de Jesus Maria José - São Paulo - 1748.

Arquivo do Estado de São Paulo:

Relações enviadas na forma da Lei de 6 de Novembro de 1772 - Professores régios - 1800-1801 - Livro nº 220.

Tempos Coloniais: Ofícios das Câmaras de São Paulo, de São Carlos (Campinas), de Sorocaba, de Itu e de Santos.

FONTES IMPRESSAS

Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo, Arquivo do Estado, 1894.

Coleção Chronológica de Leis Extravagantes (1609-1761), Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Seção de Livros raros.

Coleção de Leis Extravagantes (1710-1822), "Avulsos" da Biblio

teca Nacional. Rio de Janeiro (com índice de M. Weimberger Teixeira).

Collecção de Leys, Decretos e Alvarás - 1750-1764. 2 vols.

Leis Miguel Rodrigues - Lisboa - 1760-1765.

Leis do Brasil - 1799 a 1828 - 3 vols. reimpressos na Imprensa Régia do Rio de Janeiro.

ARTIGOS

AMARAL, Braz do. "Motim da Carne sem osso e farinha sem caroço ou sedição dos chinellos, ou ainda das pedras", Revistas Históricas e Geogr. da Bahia, 43:109-114, 1917.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. "Vernei no Brasil", Revista da Faculdade de Educação (USP) São Paulo, 3(1): 46-58, 1977.

BERGSTROM, Magnus. "Dona Joana - Princesa de Portugal e Rainha de Castela". Revista de História, 7:49-56, Jul/Set, 1951.

BOXER, C.R. "Fidalgos portugueses e bailadeiras indianas". Revista de História. 45:83-105, Jan./mar., 1961.

CAIERO, Francisco da Gama. "Para uma História de iluminismo no Brasil". Revista da Faculdade de Educação(USP), 5(1/2):109-118, 1979.

"Para uma História Brasileira da Educação(USP). Revista da Faculdade de Educação. 4(1):35-61, 1978.

CARVALHO, Elysio de. "A sociedade pernambucana nos tempos coloniais". Revista Inst. Arch. e Geogr. Pernambuco, 82:393-410, 1910.

CONSELHO ULTRAMARINO DE PORTUGAL. Revista Inst. Hist. e Brasileiro, III(1956): 107, IV(1957):142, IX(1958):291, XI(1958): 149.

COSTA, Iraci Del Nero da. "Vila Rica: casamento (1727-1826)". Revista de História, 111:196-208, Jul./Set., 1977.

COSTA, Luiz Monteiro da. O convento das Ursulinas de Nossa Senhora de Merces - Separata da Revista do Instituto Histórico da Bahia - Imprensa Oficial 1956.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, "Mulheres sem História". Revista de História. São Paulo, 114:31-45, Jan./Jun., 1983.

ENNES, Ernesto. "Thereza Margarida da Silva Orta", Revista Inst. Hist. de São Paulo, XXXV:62-89, 1938.

"uma Poetisa brasileira" (1711 ou 1712-1793). Revista de História, São Paulo, 14:421-436, IV, Abril/Jun., 1953.

FERNANDES, Albino Gonçalves. São Gonçalo do Amarente, seu culto entre portugueses e luso-descendentes do Nordeste brasileiro: uma interpretação sócio-analítica. In: Ciência & Trópico. Vol. 7, Jul./Dez., 1979, nº 2.

FERREIRA, Desembargador José Vieira. "Legislação Portuguesa relativa ao Brasil". Revista Inst. Hist. e Brasileiro, 105: 215, 1929.

INSTRUÇÃO para o marquês de Valença, Governador e Capitação Geral da Capitania da Bahia. 10 de Setembro de 1779, In: Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 32:439, 1910.

- GARCIA, Rodolfo. "As Orfãs". Revista Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, 192:137-143, 1946.
- LANA, Pe. "Convento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas Estado de Minas Gerais, fundado por Félix da Costa, natural de Pernambuco". Revista Inst. Arch. e geogr. Pernambucano, 52:338-341, 1899.
- LISBOA, José da Silva. "Carta enviada ao diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa em 17 de Outubro de 1781", Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 32:494-506, 1910.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. "Evolução da população brasileira através dos censos até 1872". Anais de História Depto de História da Fac. Fil.Cien. e Letras de Assis. 69:116-132, 1969.
- "População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança" A província de São Paulo no final da época colonial, Revista de História, 114:21-30, Jan./Jun., 1983.
- MESQUITA, Enide. "Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itú de 1780 a 1830" Revista de História, 105: 33-45, Jan./mar., 1976.
- NASSAU, Conde de. Maurice J.M. van Ceuten Adriaen van der Dussen. "Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco do Brazil, Recife 14/1/1638. Revista do Inst. Arch. e Geogr. Pernambuco, 34:173-174, 1887.
- OLIVEIRA, José Torres de. Martim Afonso de Souza e a fundação de São Vicente, Revista do Inst. Hist. de São Paulo, XLI: 12-13, 18-19, 1942.

PINHO, José Wanderley de Araújo. Costumes monásticos na Bahia. Freiras e recolhidas, Revista Inst. Hist. Geogr. da Bahia, 44: 123-138, 1918.

SCARANO; Julita. "A figura feminina na obra do Aleijadinho". revista de História, 74:435-444, Abr./Jun., 1968.

SALVADOR, Frei Vicente. História do Brasil (Durante Coelho), Annaes da Biblioteca Nacional, XIII: 44-63, 1888.

STA. IGNEZ, D. Fr. Manuel de. "Carta para Francisco X. de Mendonça e Furtado, no qual se refere à ordem régia que mandará suspender a admissão de noviças nos conventos das Religiosas da Bahia, a respeito dos quais lhe dá diversas informações, 30 de Junho de 1764. Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 32:65, 1910.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Educação feminina e educação masculina no Brasil Colonial" Revista de História, 109: 149-164, Jan./Mar., 1977.

SOEIRO, Susan A. "The social and economic role of the convent women and nuns in colonial Brasil, 1677-1800, Hisp.Amer. Hist. R., Durham - N.C., 54(2): 209-32, May, 1974.

"The social composition of the colonial nunne ry; a case study of the convent of Santa Clara do Desterro, Salvador - Bahia, 1677-1800. New York, New York Univ., 1973. 16 pp. (Occasional Papers, 6).

TAUNAY, Affonso D'E. "O enclaustramento das mulheres". Capítulo IV. Annaes do Museu Paulista, 1:320-329, 1922.

WILLEKE, Fr. Venâncio C.F.M. "Senzala e Convênios". Revista de História, 106:355-375, Abr./Jun., 1976.

ERRATA

PÁGINA	LINHA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
Sumário	13	Infeioridade	Inferioridade
Introdução	01	revisão histórica	revisão da histo riografia
17	08	l00 mulheres	100 mulheres
68	27	aprendizagem in- formais	aprendizagens in formais
32	07	Por outro lado	por outro lado
36	26	e una nova forma	e uma nova forma
39	18	ab-solutamente	abso-lutamente
45	28	interfiriam	interferiam
46	24	significativa	significativa.
48	31	Concluí-se	Conclui-se
49	27	sbmissão	submissão
50	05	de lucros.	de lucros:
57	02	influência	influências
57	25	lúgebre	lúgubre
58	01	as baetas, comum	as baetas, comuns
	07	subsepteicamente	subrepticamente
59	05	A regilião	A religião
65	10	rifrão	rifão
68	27	aprendizagem in- formais	aprendizagens in formais
85	30	essas	elas
86	05	questão econômica, a questão do	gestão econômica, a gestão do
118	07	ocorriam, Não só	ocorriam, não só
120	06	mlheres	mulheres
122	17	ela não conseguiu ultrapassar	ela conseguiu ul trapassar